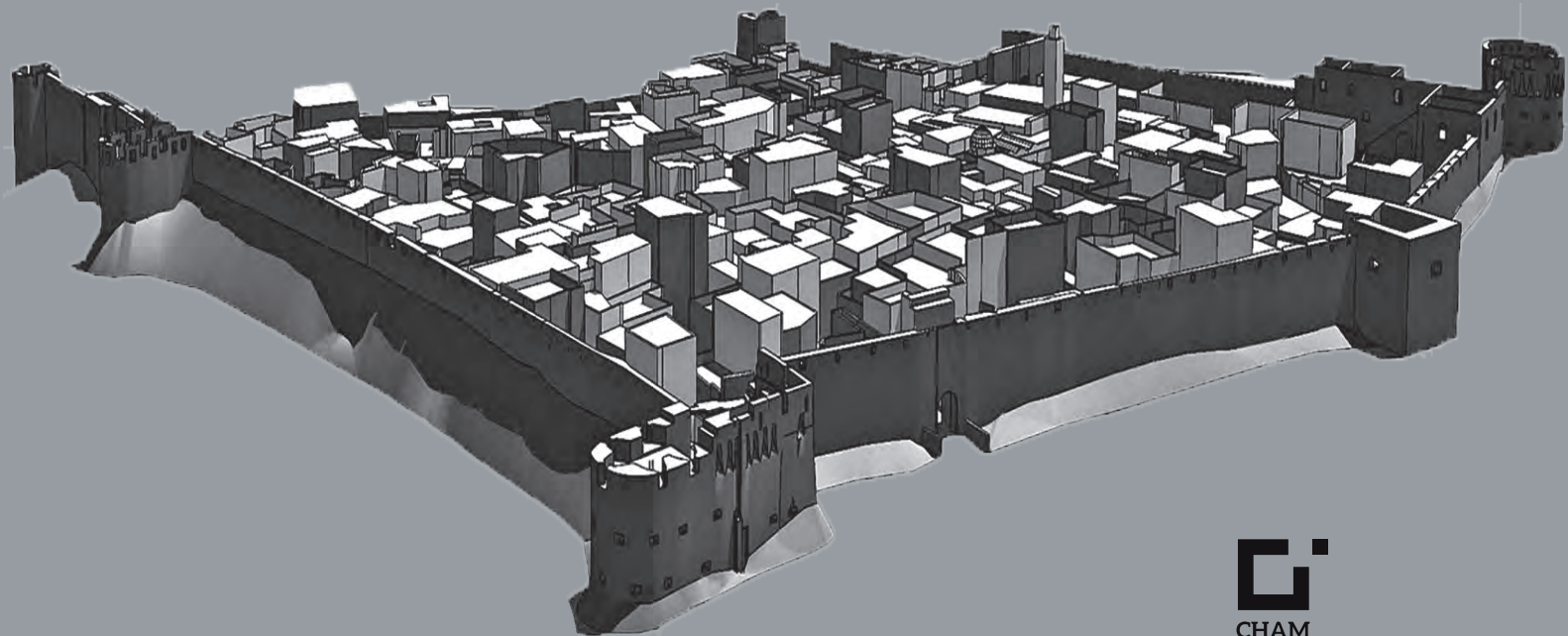


PORTUGAL E O SUL DE MARROCOS: CONTACTOS E CONFRONTOS (SÉCULOS XV-XVIII)

VOL. I – ESTUDOS

LE PORTUGAL ET LE SUD DU MAROC: CONTACTS ET CONFLITS (XV^E-XVIII^E SIÈCLES)

VOL. I – ÉTUDES




CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH – UAc


Laboratório de Paisagens,
Património e Território

COLECÇÃO ARQUEOARTE

- 1 *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna / Old and New Worlds. Studies on Early Modern Archaeology*
- 2 *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII) / Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et conflits (XV^e-XVIII^e siècles)*
- 3 *Uma Casa Pré-Pombalina na Baixa de Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*
- 4 *Entre ciência e cultura: Da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Actas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*
- 5 *Entre les deux rives du Déroit de Gibraltar: Archéologie de frontières aux 14-16^e siècles / En las dos orillas del Estrecho de Gibraltar: Arqueología de fronteras en los siglos XIV-XVI*
- 6 *De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming*
- 7 *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII). História e Património / The Iberian Peninsula and North Africa (15th to 17th centuries)*

**PORTUGAL E O SUL DE MARROCOS:
CONTACTOS E CONFRONTOS
(SÉCULOS XV-XVIII)**

VOL. I – ESTUDOS

**LE PORTUGAL ET LE SUD DU MAROC:
CONTACTS ET CONFLITS
(XV^E-XVIII^E SIÈCLES)**

VOL. I – ÉTUDES



CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH–UAc



Laboratório de Paisagens,
Património e Território

TÍTULO / TITRE

Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII), Vol. I – Estudos

Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et conflits (XV^e-XVIII^e siècles), Vol. I – Études

COORDENADORES / COORDINATEURS

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

ANDRÉ TEIXEIRA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

AUTORES / AUTEURS

AHMED BOUCHARB, professeur émérite de l'Université Hassan II, Casablanca

ANA LOPES, Lab2PT, Universidade do Minho; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

ANDRÉ TEIXEIRA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

ANTÓNIO MANUEL LÁZARO, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

AZZEDDINE KARRA, Direction Régionale de Culture de Rabat - Salé - Kénitra

BERNARD ROSENBERGER, professeur émérite de l'Université de Paris VIII

EDITE MARTINS ALBERTO, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

JOANA BENTO TORRES, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

JOÃO DE FIGUEIROA-REGO, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

JORGE CORREIA, Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho

JOSÉ ALBERTO R. DA SILVA TAVIM, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

MARIA LEONOR GARCIA DA CRUZ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Lab2PT, Universidade do Minho

PATRICIA CARVALHO, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

RAFAEL MOREIRA, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

RUI HENRIQUES, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

RUI MANUEL LOUREIRO, CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

VÍTOR LUÍS GASPARGUARDI, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

TRADUÇÃO / TRADUCTION

ELISABETE CONCEIÇÃO

FERNANDA ANDADE

EDIÇÃO / ÉDITION

CHAM – Centro de Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26C

1069-061 Lisboa

Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território | Universidade do Minho

Escola de Arquitetura, Arte e Design

Universidade do Minho

Campus de Azurém

4800-058 Guimarães



Laboratório de Paisagens,
Património e Território

COLEÇÃO / COLLECTION

ArqueoArte 2

DEPÓSITO LEGAL

493676/21

ISBN

978-989-8492-81-4

E_ISBN

978-989-8492-82-1

GRAFISMO / CONCEPTION GRAPHIQUE

Canto Redondo

www.cantoredondo.eu / geral@cantoredondo.eu

PAGINAÇÃO E IMPRESSÃO / MISE EN PAGE ET IMPRESSION

PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. – Braga

DATA DE EDIÇÃO / DATE D'ÉDITION

Dezembro 2021 / Décembre 2021

Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0)



PATROCINADORES / SPONSORS



Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores. Os textos e imagens desta publicação não podem ser reproduzidos por qualquer processo digital, mecânico ou fotográfico.

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)», financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2006). Esta obra teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH-UAC), através dos projectos estratégicos financiados pela FCT (UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020).

Les articles relèvent de la seule responsabilité de l'auteur. Aucun extrait de cette publication ne peut être reproduit sous quelque forme ou par quelque procédé que ce soit, numérique, mécanique ou photographique. Publication subventionnée dans le cadre du projet «Portugal and South Morocco: contacts and clashes (15th-18th Centuries)», financée par la Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2006). Ce livre a été soutenu par le CHAM, projets stratégiques financés par la FCT (UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020).

ÍNDICE / INDICE

- 9** **Introdução**
Introduction
MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ, ANDRÉ TEIXEIRA
- 25** **Parte I – Entre Portugal e o Sul de Marrocos: estratégias, interações e mutações**
Partie I –Entre le Portugal et le Sud du Maroc : stratégies, interactions et mutations
- 27** O Suz na história de Marrocos (finais do século XV – inícios do século XVI)
Le Sous dans l’histoire du Maroc (fin du XV^e – début du XVI^e siècle)
BERNARD ROSENBERGER
- 99** A relevância da Duquela no império comercial português a partir das «*cartas de quitação de D. Manuel I*»
La place de Doukkala dans l’empire commercial portugais à partir des «*cartas de quitação de D. Manuel I*»
AHMED BOUCHARB
- 113** A intervenção portuguesa na zona rural de Duquela (Marrocos): o caso de algumas aldeias fortificadas
L’intervention portugaise dans la campagne de Doukkala (Maroc) : cas de quelques villages fortifiés
AZZEDDINNE KARRA
- 125** A presença portuguesa nas imediações do rio dos Sáveis: Aguz
La présence portugaise dans les environ du fleuve des Aloses : Agûz
ANTÓNIO MANUEL LÁZARO
- 169** O eixo insular. Açores e Marrocos: relações sociais e económicas (séculos XV-XVIII)
L’axe insulaire. Açores et Maroc : relations sociales et économiques (XV^e-XVIII^e siècles)
JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
- 191** As Misericórdias de Marrocos na época moderna: contributo para o seu estudo
Les *Misericórdias* du Maroc à l’époque moderne : contribution à l’étude
MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO
- 205** As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África
Les controverses au temps de D. Jean III sur la politique portugaise en Afrique du Nord
MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ
- 269** Anthony Sherley, António de Saldanha e a *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos*
Anthony Shirley, António de Saldanha et la *Chronique d’Al-Mansour*, sultan du Maroc
RUI MANUEL LOUREIRO

- 295** Judeus de Marrocos em viagem pela Europa, Oriente e Novo Mundo (séculos XVI-XVII):
o exemplo de Mazagão como «porto de passagem»
Les Juifs du Maroc en voyage à travers l'Europe, l'Orient et le Nouveau Monde (XVI^e-XVII^e siècles).
L'exemple de Mazagan comme «port de passage»
JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM
- 323** Mazagão e os resgates gerais de cativos de 1689, 1718 e 1729
Mazagan et les rachats généraux de captifs de 1689, 1718 et 1729
EDITE MARTINS ALBERTO
- 359** O tesouro de Mazagão
Le trésor de Mazagan
RAFAEL MOREIRA
- 377** **Parte II – A cidade de Azamor sob domínio português: história e património**
Partie II – La ville d'Azemmour sous domination portugaise : histoire et patrimoine
- 379** Azamor medieval: uma aproximação arqueológica
Azemmour médiévale : une approche archéologique
ANDRÉ TEIXEIRA, AZZEDINNE KARRA, PATRÍCIA CARVALHO, JOANA BENTO TORRES
- 465** A propósito da conquista de Azamour: do discurso eufórico à realidade
À propos de la conquête d'Azemmour : du discours euphorique à la réalité
MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ
- 485** Azamor entre 1513 e 1541: arquitectura e urbanismo
Azemmour entre 1513 et 1541 : architecture et urbanisme
JORGE CORREIA, ANA LOPES
- 539** Organização militar e práticas de guerra dos portugueses em Azamor
L'organisation militaire et les pratiques de guerre des portugais à Azemmour
VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
- 559** Azamor e serviço régio: tenças, mercê e nobilitação (1513-1541)
Azemmour et le service régalien : subsides, grâces et anoblissement (1513-1541)
JOÃO DE FIGUEIROA-REGO
- 573** Os capitães de Azamor e Mazagão (1513-1541)
Les capitaines d'Azemmour et de Mazagan (1513-1542)
RUI HENRIQUES
- 595** Os moradores de Azamor
Les *moradores* d'Azemmour
MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ
- 651** Judeus de Azamor e Mazagão: um diálogo permanente
Juifs d'Azemmour et de Mazagan : un dialogue permanent
JOSÉ ALBERTO R. SILVA TAVIM

As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África¹

Les controverses au temps de D. João III sur la politique portugaise en Afrique du Nord¹

MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa)

Questionado por dificuldades internas conjugadas no Norte de África com uma crescente ofensiva externa xarifina e com determinadas circunstâncias económicas, sociais e religiosas que se interligam com as políticas e as militares, Portugal confronta-se também, ao tempo de D. João III (1521-1557), com condicionantes que ultrapassam o quadro nacional e marroquino, decorrentes da extensão e choque de poderes no território europeu, na área mediterrânica, no Atlântico e no Oriente.

Tudo parece requerer uma observação e avaliação contínuas, por parte do monarca português e em coordenação com ele por infantes, grandes nobres e prelados, conselheiros, gente experimentada. Refiro-me à Expansão portuguesa em África, no Oriente, no Brasil, bem como aos diferentes interesses regionais e internacionais que interferem e ameaçam esse empreendimento.

Na verdade, a política portuguesa conjuga-se com a expansão e as iniciativas do império turco em diversas áreas e as suas ligações com Argel e os potentados do Norte de África, com a extensão e pluralidade de interesses e intervenções do império de Carlos V, com as lutas e movimentações de outros Estados europeus e, particularmente, a actuação da França ameaçadora dos interesses portugueses.

1. Estudo originalmente publicado em 1997 em língua portuguesa pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, na revista *Mare Liberum* n.º 13, Junho 1997, pp. 123-199 (reed. CD-ROM), com *Compilação de Documentos* no n.º 14 de *Mare Liberum*, Dez. 1997, pp. 117-198. Estudo e documentos compilados foram posteriormente impressos em conjunto, numa separata com numeração própria: Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política portuguesa no Norte de África* (Separata Especial *Mare Liberum*), Lisboa, CNPCDP, 1998, 164 pp. Apenas o estudo se publica agora em língua francesa, com ligeiras adaptações e numerando-se os testemunhos que se destacam em *Algumas posições...* Sempre que oportuno, remete-se o leitor para a referida *Compilação de Documentos* dado que nela encontra fontes pela primeira vez publicadas ou com transcrições cuidadosamente revistas dos originais.

Contesté en raison de difficultés internes en Afrique du Nord conjuguées avec une offensive externe croissante chérifienne et certaines circonstances sociales, économiques et religieuses liées aux conditions politiques et militaires, le Portugal est, à l'époque du roi D. João III (1521-1557), également confronté aux contraintes qui dépassent le cadre national et marocain et qui découlent de l'extension et du choc des pouvoirs sur le territoire européen dans la zone méditerranéenne, dans l'Atlantique et en Orient.

Tout semble exiger une observation et une évaluation continues de la part du monarque portugais et, en coordination avec celui-ci, de la part des infants, des grands nobles et prélats, des conseillers et des gens expérimentés. Nous nous référons à l'Expansion portugaise en Afrique, en Orient, au Brésil, ainsi qu'aux divers intérêts régionaux et internationaux qui interfèrent et menacent cette entreprise.

En vérité, la politique portugaise va de pair à la fois avec l'expansion et les initiatives de l'empire turc dans plusieurs domaines, ses liens avec Alger et les potentats d'Afrique du Nord, avec l'étendue et la diversité des intérêts et des interventions de l'empire de Charles V, avec les luttes et les mouvements d'autres États européens et, en particulier, avec les actions de la France qui menacent les intérêts portugais.

Il est impératif pour le Portugal, dans diverses circonstances, de répondre et d'agir. Dans une réflexion qui s'étend parfois jusqu'à l'orientation politique des der-

1. Étude publiée à l'origine, en 1997, en langue portugaise par la Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, dans la revue *Mare Liberum* n.º 13, juin 1997, pp. 123-199 (rééd. CD-ROM), avec une compilation de documents dans le n.º 14 de *Mare Liberum*, déc. 1997, pp. 117-198. L'étude et les documents compilés ont ensuite été imprimés ensemble, dans une édition à part avec une numérotation propre : Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política portuguesa no Norte de África* (édition spéciale *Mare Liberum*), Lisbonne, CNPCDP, 1998, 164 pp. L'étude est publiée maintenant en français avec des adaptations mineures et une numérotation de témoignages mis en exergue dans *Quelques positions...* Le cas échéant, nous renvoyons le lecteur à la *Compilação de Documentos*, car il peut y trouver des sources publiées pour la première fois ou ayant des transcriptions soigneusement révisées à partir des originaux.

Impõe-se a Portugal, em diversas circunstâncias, dar uma resposta, agir. Numa reflexão por vezes alargada à orientação política das últimas décadas, ou mesmo ao tempo de D. Manuel I, avaliam-se cooperações com Castela e com o imperador, relações com os potentados marroquinos, ligações entre estes, aproximação e tipos de colaboração que com eles têm castelhanos, franceses, outros europeus, argelinos e turcos.

Torna-se imperioso cada vez mais a Portugal uma política de defesa, pela neutralidade nos conflitos europeus, por tratados ou acordos não apenas políticos mas também económicos, pela presença militar reforçada ou pela intervenção aberta. Ameaçados estão alguns objectivos ultramarinos da Coroa portuguesa, áreas de domínio e rotas, do Brasil ao Oriente, a navegação atlântica proveniente da costa africana, da Índia e da América, o Mediterrâneo ocidental, o próprio território peninsular.

Os rumos ou direcções da Expansão ultramarina portuguesa, assim como as características que distinguem zonas de presença ou de domínio e épocas diferenciadas numa mesma área, decorrem assim de múltiplos factores condicionantes e também de quadros conjunturais. Nas controvérsias e na elaboração de projectos sopesam-se prioridades e, por vezes, propositadamente ou não, acaba por valorizar-se uma entre outras vertentes que, na sua globalidade, justificam e configuram o empreendimento expansionista, seja a política e militar, a geoestratégica, a religiosa ou a económica.

Na verdade, em épocas nas quais ressalta a necessidade de uma reorientação da política portuguesa em Marrocos, Portugal avalia, com base na sua capacidade real, objectivos, estratégias e meios de acção, balançando nas decisões entre uma manutenção de posições, uma intervenção bélica decisiva ou uma retirada estratégica. Não define por vezes qualquer solução definitiva, antes, numa tremenda expectativa, observa atentamente as alterações do quadro internacional e regional. Mas, seja em que tempo for, em diferentes projectos e argumentações que visam consolidar o domínio português naquela, ou noutra área, com a caracterização da luta política – alimentada, conforme se frisa, na força ideológica, no poder militar, na capacidade financeira – continuam (desde Ceuta) a conjugar-se interesses geoestratégicos e económicos.

Política régia e divergência de opiniões

Desde Ceuta que a Expansão ultramarina portuguesa foi sempre acompanhada, nas suas etapas fundamentais, de reflexões, a par da demorada preparação de

nières décennies, voire jusqu'à l'époque de D. Manuel I, on évalue des coopérations avec la Castille et l'empereur, les relations avec les potentats marocains, les liens entre ceux-ci, le rapprochement et les types de collaboration que les français, les castillans, les autres européens, les turcs et les algériens ont avec ces derniers.

Il devient de plus en plus pressant pour le Portugal d'adopter une politique de défense par la neutralité dans les conflits européens, moyennant des traités ou des accords non seulement politiques, mais également économiques, avec une présence militaire renforcée ou une intervention ouverte. Certains des objectifs de la couronne portugaise en outre-mer, les zones de domination et les routes, du Brésil jusqu'en Orient, la navigation atlantique provenant de la côte de l'Afrique, de l'Inde et de l'Amérique, la Méditerranée, occidentale et le territoire péninsulaire lui-même, sont menacés.

Les voies ou les directions de l'Expansion portugaise d'outre-mer, ainsi que les caractéristiques qui distinguent les zones de présence ou de domination et les temps différenciées dans une même zone, découlent de maints facteurs de conditionnement, mais aussi de contextes conjoncturels. Dans les polémiques et lors de l'élaboration de projets on évalue les priorités et parfois, délibérément ou non, on finit par valoriser un aspect entre autres aspects qui, dans leur intégralité, justifient et configurent l'entreprise expansionniste, que ce soit les aspects politique et militaire, géostratégique, religieux ou économique.

En effet, dans les périodes marquées par la nécessité d'une réorientation de la politique portugaise au Maroc, le Portugal, fondé sur ses capacités réelles, évalue les objectifs, les stratégies et les moyens d'action, tergiversant sur des décisions entre un maintien des positions, une intervention militaire décisive ou un retrait stratégique. Une solution définitive n'est néanmoins toujours pas définie, il observe plutôt attentivement, dans une longue attente, les modifications du cadre international et régional. Mais quelle que soit l'époque, dans les différents projets et arguments visant à consolider la domination portugaise dans ce domaine ou dans tout autre domaine, avec la caractérisation de la lutte politique – nourrie, comme nous le soulignons, par la force idéologique, la puissance militaire, la capacité financière – il persiste (depuis Ceuta) une combinaison d'intérêts économiques et géostratégiques.

Politique royale et divergence d'opinions

Depuis Ceuta, l'Expansion portugaise d'outre-mer a toujours été accompagnée, dans ses étapes fondamentales, de réflexions allant de pair avec la longue préparation de certains projets et débats plus ou moins élargis à l'entourage du monarque et occasion-

certos projectos, e de debates mais ou menos alargados a círculos em redor do monarca e ocasionalmente até às próprias Cortes². Razões, ocasião e meios, tipo de actuação, conservação ou abandono, novas estratégias, alterações na direcção do empreendimento ultramarino, constituem interrogações que desde cedo provocam tomadas de posição com maior ou menor impacto e divisões de opinião.

Ao tempo de D. João III vive-se, contudo, uma fase distinta da presença portuguesa em Marrocos, um período que remonta aos últimos anos do reinado de D. Manuel I e que se poderá considerar de decadência nesta área, facto que inevitavelmente condiciona as decisões régias e toda a controvérsia que se gera em torno de uma situação extremamente agravada.

Desde finais da década de 20, na verdade, critica-se ou justifica-se D. Manuel I por ter seguido no Norte de África uma política de domínio disperso e litoral, sem internamento no sertão marroquino, e até de ter desviado para a Índia grande parte do esforço nacional, comprometendo com isso a conquista dos reinos de Fez e de Marrocos. Além disso, diverge também o julgamento sobre a política régia manuelina no que respeita a acordos firmados com Castela que reservavam o direito de conquista a Portugal em zonas ou portos que, no entanto, D. Manuel I – e na sua continuidade D. João III – não conquistou nem permitiu a Castela, ou ao imperador, que conquistasse.

Impõe-se, todavia, uma reflexão alargada, também no tempo, sobre a política portuguesa seguida no Norte de África desde o seu início e em termos estratégicos, tanto do ponto de vista de afirmação política e militar, inclusivamente mediante o interesse estrangeiro – no contexto ibérico confirmada pelo Tratado de Alcáçovas em 1479 –, como do ponto de vista económico.

Daí decorre uma fixação justificada no Norte e na zona do Estreito e um estado de guerra contínuo, enquanto as potencialidades económicas do Sul conduzem a um diálogo fundamentalmente de ordem comercial, acentuado a partir de meados do século XV, com a

nellement aux Cours elles-mêmes². Raisons, occasion et moyens, type d'actions, conservation ou abandon, nouvelles stratégies, modifications dans la direction de l'entreprise d'outre-mer, constituent des points d'interrogation qui très tôt provoquent des prises de position avec plus ou moins d'impact ainsi que des divisions d'opinions.

Au temps de D. João III on vit, néanmoins, une phase distincte de la présence portugaise au Maroc, une période qui remonte aux dernières années du règne de D. Manuel I et que l'on pourra considérer comme une période de décadence dans ce domaine, ce fait conditionne inévitablement les décisions royales et toute la controverse qui se produit autour d'une situation extrêmement aggravée.

En fait, depuis la fin de la deuxième décennie, D. Manuel I est critiqué ou justifié pour avoir suivi une politique de domination dispersée et littorale en Afrique du Nord sans avoir exploré l'arrière-pays marocain et détourné vers l'Inde une grande partie de l'effort national, compromettant ainsi la conquête des royaumes de Fès et du Maroc. En outre, le jugement sur la politique royale manueline est également divergeant quant aux accords conclus avec la Castille qui réservaient le droit de conquête au Portugal dans des zones ou des ports qu'entretemps, D. Manuel I – et dans sa continuité D. João III – n'avait ni conquis ni permis à Castille, ou à l'empereur de les conquérir. Cependant, une réflexion prolongée s'impose aussi sur l'époque, sur la politique portugaise en Afrique du Nord depuis ses débuts et en termes stratégiques, tant du point de vue de l'affirmation politique et militaire, y compris moyennant l'intérêt étranger – dans le contexte ibérique confirmée par le traité d'Alcáçovas en 1479 – que du point de vue économique.

Il s'ensuit une fixation justifiée dans le Nord et dans le Détroit et un état de guerre permanent, tandis que les potentialités économiques du Sud conduisent à un dialogue essentiellement d'ordre commercial, accentué à partir du milieu du XV^e siècle, avec la fréquentation de ports comme Safi et Azemmour et la fixation d'agents et de comptoirs. Les luttes et l'instabilité à Fès permettront, en outre, dans des zones périphériques, en particulier dans celles du Sud, l'établis-

2. Essa contínua reflexão e choque de opiniões que acompanha a Expansão ultramarina é mencionada nos anos 40 em dois pareceres anónimos, embora com interpretações assaz diferentes acerca do que se discutia entre os conselheiros desde o tempo de D. João I – v. posições [41] e [42]. Trata-se, em qualquer dos discursos, de orientar a argumentação de forma a justificar uma perspectiva. Seja como for, a controvérsia existiu desde o começo da Expansão e no tempo de D. João III, particularmente em épocas de maiores dificuldades, quase continuamente o Rei consulta diversas individualidades, com funções, experiência e pareceres diversificados. Alguns salientam mesmo as vantagens que daí decorrem para uma reflexão mais aprofundada e valorizam o conselho de homens de guerra. Outros temem-se de maus conselhos e piores conselheiros... Enquanto isso, figuras há que sugerem ao monarca a reunião de Cortes de forma a auxiliar à definição de soluções e a garantir o apoio/ajudas da globalidade do Reino.

2. Cette constante réflexion et le choc des opinions qui accompagnent l'Expansion d'outre-mer sont mentionnés dans les années 40 dans deux opinions anonymes, mais avec des interprétations très différentes sur ce qui était en discussion entre les conseillers depuis l'époque du roi D. João I – v. positions [41] et [42]. Il s'agit, quel que soit le discours, d'orienter l'argumentation pour justifier un point de vue. Peu importe, la controverse a existé depuis le début de l'Expansion et à l'époque du roi D. João III, en particulier, dans des périodes de plus grandes difficultés, le roi consulte presque continuellement diverses personnalités, ayant des fonctions, des expériences et des opinions diversifiées. Certains soulignent les avantages qui en découlent pour une réflexion plus approfondie et valorisent le conseil des hommes de guerre. D'autres craignent de mauvais conseils et de pires conseillers... Pendant ce temps, certains suggèrent au monarque la réunion de Cours afin d'aider à la définition de solutions et d'assurer le soutien/aide de l'ensemble du royaume.

frequência de portos como os de Azamor e Safim e a fixação de agentes e feitorias. As lutas e a instabilidade em Fez irão, além disso, proporcionar nas zonas periféricas, particularmente nas do Sul, o estabelecimento de acordos vantajosos com os portugueses e uma busca de «protecção» por parte dos habitantes das cidades costeiras. Interesses convergentes interligam, aliás, a fixação em Marrocos meridional com o desenvolvimento do comércio português na costa ocidental africana e a exploração económica das ilhas atlânticas. Outros interesses económicos se juntam, desde o saque, o corso, os resgates, até às trocas comerciais de produtos, não só de Marrocos como do Sudão e do Oriente.

Se as intervenções militares portuguesas se dão, sobretudo, no Norte ao longo do século XV, nos começos do século XVI, contudo, o projecto de domínio político acentua-se também no Sul. Aberta a Rota do Cabo e a do Brasil, D. Manuel I procura, na verdade, investir também em Marrocos, inclusivamente, como já D. João II o pretendia, em pessoa. Essa reorientação da política portuguesa liga-se também a uma contínua atenção às pretensões de Castela a expandir-se no Norte (recorde-se, entre outras, posições como a de Melilla em 1497 e Pinhão de Beles em 1508), bem como ao longo da costa atlântica, angariando vassalos e tentando fixar-se em locais fortificados, ou atacando e saqueando. Se em Tordesilhas em 1494 se adia o estabelecimento de limites entre as duas Coroas no reino de Fez e no Sul de Marrocos, será em 1509 pelo Tratado de Sintra que Portugal, muito embora recuando no litoral mediterrânico, ganha direitos na costa sul atlântica, consolidando posições.

Assim, é D. Manuel I quem inicia a fase «imperialista» da presença portuguesa³. A fixação portuguesa irá repercutir-se na Duquela e na Enxovia provocando deslocamentos de população, inclusive, o despovoamento de centros abastecedores como Almedina e Tite e uma necessária política de atracção de mouros tributários. Contra esta zona irão investir tanto o rei de Fez (1514) como o xarife do Suz em anos sucessivos. Mais a sul Teracuco e Meça, atraindo mercadores muçulmanos e cristãos (castelhanos, genoveses, etc.), representaram interesses desfavoráveis a Santa Cruz e ao comércio com os naturais, realizado pelos mouros de paz.

3. Desta forma a define António Dias Farinha nos capítulos que elaborou para a obra *Portugal no Mundo* (dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. I/Seleções do Reader's Digest, 1993, pp. 101-136), muito esclarecedores e de grande auxílio à presente exposição. Na verdade, nesses estudos encontra-se a caracterização de fases distintas da presença portuguesa no Norte de África, considerando-se, aliás, marcado no seu início pelo desastre de Mamora em 1515, o período que se segue, de decadência.

ment d'accords avantageux avec les portugais et une recherche de «protection» de la part des habitants des villes côtières. Des intérêts convergents relient la fixation dans le Maroc méridional au développement du commerce portugais sur la côte occidentale africaine et à l'exploitation économique des Îles atlantiques. D'autres intérêts économiques viennent se greffer ici, du pillage, à la piraterie, en passant par les rachats de prisonniers, jusqu'aux échanges commerciaux de produits, non seulement du Maroc, mais aussi du Soudan et de l'Orient.

Si tout au long du XV^e siècle les interventions militaires portugaises ont lieu surtout dans le Nord, toutefois, au début du XVI^e siècle, le projet de domination politique s'accroît aussi dans le Sud. Une fois la route du Cap et du Brésil ouverte, D. Manuel I cherche, en fait, à investir également au Maroc, y compris, comme D. João II l'avait souhaité lui-même, en personne. Cette réorientation de la politique portugaise est également liée à une attention constante portée aux prétentions de la Castille à se développer dans le Nord (rappelons, entre autres, des positions comme celles de Melilla en 1497 et de Peñón de Vélez en 1508), ainsi qu'au long de la côte atlantique, en collectant des sujets et en essayant de se fixer dans des lieux fortifiés, ou alors en attaquant et en pillant. Si à Tordesilhas en 1494 l'établissement de limites entre les deux couronnes dans le royaume de Fès et dans le sud du Maroc est reporté, ce ne sera qu'en 1509, par le Traité de Sintra, que le Portugal, bien que se retirant dans le littoral méditerranéen, conquerra des droits dans la côte sud atlantique et consolidera des positions.

Ainsi, c'est D. Manuel I qui initiera la phase «impérialiste» de la présence portugaise³. La fixation portugaise se reflétera dans les provinces de Doukkala et de Chaouia provoquant des déplacements de population, y compris le dépeuplement de centres d'approvisionnement comme ceux d'El-Mdina et de Tit, ainsi que la mise en œuvre d'une politique nécessaire d'attraction de maures tributaires. Pendant plusieurs années successives le roi de Fès (1514) et le chérif du Sous investiront contre cette zone. Plus au Sud, Tarkoukou et Massa, attirant des négociants musulmans et chrétiens (castillans, génois, etc.) ont représenté des intérêts défavorables pour Santa Cruz et pour le commerce réalisé avec les natifs par des maures de paix.

Le monarque réussit à maintenir une vaste zone de maures de paix autour de Safi et d'Azemmour dans

3. C'est ainsi qu'António Dias Farinha la définit dans les chapitres qu'il a rédigés pour l'ouvrage *Portugal no Mundo* (dir. Luís de Albuquerque, Lisbonne, Alfa, 1989, vol. I/Seleções do Reader's Digest, 1993, pp. 101-136), très instructifs et utiles pour cet exposé. En fait, dans ces études se trouve la caractérisation des phases distinctes de la présence portugaise en Afrique du Nord, considérant, par ailleurs, la période qui suit, marquée au début par la catastrophe de la Mamora en 1515, comme une période de décadence.

O monarca consegue manter uma vasta zona de mouros de paz em torno de Safim e Azamor, em regiões férteis, entre Marraquexe e o litoral, mouros esses integrados no exército e tributários (assegurando abastecimento e comércio). Trata-se também de uma época de assinalados feitos bélicos até às portas de Marraquexe, de intervenções conjuntas de capitães, de alguns sonhos de conquista desta cidade⁴, e de grande exaltação do espírito de combate aos muçulmanos.

O espírito de cruzada continua, aliás, a fundamentar do ponto de vista ideológico a intervenção em Marrocos e a garantir o apoio do Papado e o usufruto de importantes rendas eclesiásticas e de outros benefícios, com vantagens para a Coroa e para os grupos sociais envolvidos. O servir em África proporciona cada vez mais, ao tempo de D. Manuel I, benefícios materiais e promoção social através de comendas, títulos, cargos militares e civis, moradias...⁵.

4. A grande iniciativa e êxitos dos capitães portugueses das diversas praças do Norte de África são significativamente e com profusão salientadas num dos pareceres anónimos dos anos 40 – Anónimo I, posição [41] – ao argumentar sobre a capacidade das forças lusas fazerem recuar as xarifinas e das vantagens de serem comandadas por capitães de cidades e fortalezas em lugar de reis ou príncipes. A época de figuras marcantes como Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Safim, motiva, aliás, extensas narrações seja na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis (ed. David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955), ou nos *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (ed. D. Lopes, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919) em cartas trocadas com Roma (ver *Corpo Diplomático Português*, Lisboa, Real Academia das Ciências de Lisboa), ou no discurso literário, reflectida em prosa ou em verso, seja no *Cancioneiro Geral* compilado por Garcia de Resende (ed. A. Crabbé Rocha, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973), em obras deste ou de Gil Vicente (ed. M. Leonor Carvalhão Buescu, 1984). David Lopes, ao longo dos capítulos que elaborou para a *História de Portugal* (dir. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, vol. III, 1931, caps. IV e V, pp. 433-544 e vol. IV, 1932, cap. II, pp. 78-129), ao debruçar-se sobre a acção nos séculos XV-XVI desses homens que lutaram na defesa dos lugares portugueses e várias vezes investiram pelo interior até Marraquexe, salienta os projectos de conquista de alguns deles. Transcreve por isso excertos de cartas dirigidas ao rei D. Manuel I por D. João de Meneses (18 de Fevereiro de 1514) e por Rui Barreto (21 de Fevereiro de 1514) onde este propõe a conquista de Salé pensando através dela vir a transformar Marrocos em tributário de Portugal – ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Lisboa), *Carta dos Governadores de Africa*, n.ºs 422 e 114. Ainda em 1534-1535 a acção heróica daqueles homens e as potencialidades das suas iniciativas servem de reflexão a pareceres dados a D. João III sobre a conquista dos reinos do Norte de África. Sobre as comunidades no espaço marroquino senhareado pelos portugueses, v. também M. Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, diss. licenciatura, Lisboa, FLUL, 1967, e «Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 104-179, assim como A. Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, CEHU, 1970.

5. Nem sempre, contudo, os benefícios concedidos para retribuir ou incentivar serviços prestados na guerra do Norte de África atingem esse objectivo. Os pareceres de 1534-1535 que respondem a D. João III sobre o serviço que os súbditos podem com melhor vontade desempenhar na manutenção dos lugares de Africa, são disso reveladores. Leigos e prelados pronunciam-se sobre a capacidade de nobres, vilas e cidades, gente de cabedal, conforme a sua

des regiões férteis, entre Marrakech et le littoral, ces maures étaient intégrés dans l'armée et payaient des impôts (assurant approvisionnement et commerce). Il s'agit aussi d'une époque marquée par d'importants faits de guerre jusqu'aux portes de Marrakech, par des interventions conjointes de capitaines, par quelques-uns des rêves de conquête de cette ville⁴, ou encore par une grande exaltation de l'esprit de combat aux musulmans.

L'esprit de croisade continue par ailleurs à soutenir, du point de vue idéologique, l'intervention au Maroc et à assurer le soutien de la papauté et la jouissance d'importantes pensions ecclésiastiques et d'autres privilèges, avec des avantages pour la Couronne et pour les groupes sociaux concernés. À l'époque de D. Manuel I, servir en Afrique engendre de plus en plus de bénéfices matériels et une promotion sociale par le biais de commanderies, de titres, d'emplois civils et militaires et de pensions...⁵.

4. La grande initiative et les succès des capitaines portugais des diverses places d'Afrique du Nord sont de manière significative et abondamment mis en évidence dans l'un des avis anonymes des années 40 – Anonyme I, position [41] – lorsqu'il mentionne la capacité des forces lusitaniennes à faire reculer les forces chérifiennes et les avantages d'être commandées par des capitaines de villes et de forteresses plutôt que par des rois ou des princes.

L'époque de figures emblématiques telles que Nuno Fernandes de Ataíde, capitaine de Safi, motive, par ailleurs, de vastes récits que ce soit dans *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis (éd. David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955), dans *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues (éd. D. Lopes, Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919), dans des lettres échangées avec Rome (voir *Corpo Diplomático Português*, Lisbonne, Real Academia das Ciências de Lisboa), dans le discours littéraire, écrit en prose ou en vers, dans le *Cancioneiro Geral* compilé par Garcia de Resende (éd. A. Crabbé Rocha, Lisbonne, Centro do Livro Brasileiro, 1973), dans les œuvres de celui-ci ou de Gil Vicente (éd. M. Leonor Carvalhão Buescu, 1984). David Lopes, tout au long des chapitres qu'il a rédigés pour *História de Portugal* (dir. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, vol. III, 1931, chaps. IV et V, pp. 433-544 et vol. IV, 1932, chap. II, pp. 78-129), en se penchant sur l'action, aux XV^e-XVI^e siècles, de ces hommes qui ont combattu pour la défense des places portugaises et ont investi à plusieurs reprises par l'intérieur jusqu'à Marrakech, il met l'accent sur les projets de conquête de certains d'entre eux. Il retranscrit, pour cela, des extraits de lettres adressées au roi D. Manuel I par D. João de Meneses (18 février 1514) et par Rui Barreto (21 février 1514) dans lesquelles celui-ci propose la conquête de Salé en pensant qu'à travers elle il transformerait le Maroc en un tributaire du Portugal – ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Lisbonne), *Carta dos Governadores de Africa*, n.º 422 et 114. Toujours en 1534-1535, l'action héroïque de ces hommes et le potentiel de leurs initiatives servent à la réflexion de certaines opinions données à D. João III sur la conquête des royaumes d'Afrique du Nord.

Sur les communautés dans l'espace marocain gouverné par les portugais, voir également M. Augusta Lima Cruz, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, mémoire de licence, Lisbonne, FLUL, 1967 et «Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 104-179, ainsi que A. Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisbonne, CEHU, 1970.

5. Cependant, les avantages accordés pour récompenser ou encourager des services rendus pendant la guerre en Afrique du Nord n'atteignent pas toujours cet objectif. Les opinions de 1534-1535 qui répondent à D. João III sur le service que les sujets peuvent, moyennant une plus grande volonté, prêter pour le maintien des places d'Afrique en sont révélatrices. Les laïcs et les prélats se prononcent

Faltava assegurar posições intermédias, na zona central de Marrocos, o que é tentado em 1515 mediante a construção de uma fortaleza em Mamora, junto à foz do Cebu – em vão, devido aos ataques muçulmanos. A este desastre, de forte impacto junto das forças inimigas, seguir-se-á, em pouco tempo, o desaparecimento do glorioso capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde (†1516) e, depois, do influente alcaide dos mouros de paz da Duquela, Bentafufa (†1519), ficando a influência portuguesa seriamente abalada. O projecto de construir uma outra fortaleza em Anafé cai por terra.

Se com D. Manuel I se alargou em extensão e em fama o poder do rei de Portugal no Norte de África, neste mesmo reinado se inicia, de facto, o declínio da intervenção portuguesa, seriamente comprometida também com a actuação xarifina a partir do Suz desde 1510, atraindo populações contra os cristãos, unificando forças e assenhoreando-se paulatinamente da região sul do Tensift até conseguir uma vitória política decisiva em 1524 com a conquista da cidade de Marraquexe.

Com redobrada atenção se acompanha desde então nas praças portuguesas e a nível de agentes internados no sertão marroquino as movimentações e lutas entre o rei de Fez e o novo senhor de Marrocos, assim como as preocupações e projectos debatidos internamente, os auxílios desejados e os apoios garantidos, a existência ou não de facções políticas e de contestações, as reacções de diferentes outros poderes, a ameaça que tudo isso podia representar para os lugares portugueses. Tais informações – quanto possível ajustadas à realidade – chegadas à Corte, sobre a situação interna em Marrocos, juntam-se a muitas outras vindas por diferentes vias. Estas dão novas do acontecido no contexto do Mediterrâneo e do Atlântico e dos confrontos que nas áreas marítimas e na Europa se desenvolvem, bem como das vicissitudes do império português noutras áreas, seja no Oriente, onde se confronta com poderes indígenas e muçulmanos e com o império turco em expansão, seja com o corso e a concorrência comercial e política por parte

influência e rendas, poder enviar homens para combater. Nomeiam o Papado e o clero, chamando-os a contribuir mais ainda nas despesas de uma guerra ao infiel. São contudo os indivíduos inteiramente ligados a ordens religiosas militares, recebendo rendas que ao serviço militar no Norte de África obrigam, os que, com maior relevo se mencionam. Violentas críticas atingem aqueles que não cumprem o serviço na totalidade, enviam outrem em seu lugar ou nem sequer o concretizam. Deverá o rei obrigá-los a cumprir e, na sua política de distribuição de mercês e honras, cuidar de compensar os que de facto o servem... As advertências atingem, assim, o próprio monarca, particularmente D. Manuel I, revelando situações criticadas abundantemente no discurso literário da época. Ver *Algumas posições...*

Il fallait encore assurer des positions intermédiaires dans la zone centrale du Maroc, ce qui sera tenté en 1515 moyennant la construction d'une forteresse à Mamora près de l'embouchure du Sebou – en vain, dû aux attaques maures. Ce désastre, ayant eu un fort impact auprès des forces ennemies, il sera peu de temps après suivi par la disparition du glorieux capitaine de Safi, Nuno Fernandes de Ataíde (†1516) et, ensuite, de l'influent caïd des maures de paix de Doukkala, Yahyâ Ou Ta'fouft (†1519), l'influence portugaise étant sérieusement ébranlée. Le projet de construire une autre forteresse à Anfa tombe à l'eau.

Si avec D. Manuel I le pouvoir du roi de Portugal en Afrique du Nord a grandi en étendue et en notoriété, c'est en fait, sous le même règne que commence le déclin de l'intervention portugaise qui, depuis 1510, est également sérieusement compromise par l'action chérifienne à partir du Sous, attirant des populations contre les chrétiens, unifiant des forces et prenant progressivement possession de la région sud de Tensift jusqu'à l'obtention d'une victoire politique décisive en 1524 avec la conquête de la ville de Marrakech. On accompagne depuis lors, avec une attention accrue, sur les places portugaises et au niveau des agents introduits dans l'arrière-pays marocain, les mouvements et les luttes entre le roi de Fès et le nouveau seigneur du Maroc ainsi que les préoccupations et les projets discutés à l'intérieur, les aides souhaitées et les soutiens garantis, l'existence ou non de factions politiques et de contestations, les réactions d'autres pouvoirs différents, la menace que tout cela pourrait représenter pour les places portugaises. Lorsque ces informations concernant la situation interne du Maroc – ajustées autant que possible à la réalité – arrivaient à la Cour, elles venaient s'ajouter à de nombreuses autres provenant de différentes sources. Celles-ci racontaient ce qui se passait dans le contexte de la Méditerranée et de l'Atlantique et des affrontements qui avaient lieu dans les zones maritimes et en Europe ainsi que les vicissitudes de l'empire portugais dans d'autres zones, soit en Orient, où il était confronté aux pouvoirs autochtones et musulmans et à l'empire turc en expansion, soit avec la piraterie et la concurrence commerciale et politique

sur la capacité des nobles, des petites et grandes villes, des gens riches, selon l'influence et les biens de tout un chacun, de pouvoir envoyer des hommes au combat. Il nomme la papauté et le clergé, les appelant à contribuer davantage aux coûts d'une guerre contre les infidèles. Ce sont néanmoins les individus entièrement liés aux ordres militaires religieux, percevant des revenus en raison du service militaire effectué en Afrique du Nord, qui sont mentionnés de manière plus proéminente. De violentes critiques atteignent ceux qui ne font pas le service militaire dans son intégralité envoyant un autre à leur place ou ne le font même pas. Le roi devra donc les y obliger et, dans sa politique de distribution des grâces et des honneurs, prendre soin de récompenser ceux qui le servent vraiment... Les avertissements atteignent par conséquent, le monarque lui-même, en particulier D. Manuel I, révélant des situations abondamment critiquées dans le discours littéraire de l'époque. Voir *Quelques positions...*

de cristãos também no Oriente, no Brasil ou em África. Se data de Fevereiro de 1529 um dos documentos onde mais cedo se pondera no reinado de D. João III a situação das praças portuguesas de Marrocos, tendo em vista avaliar vantagens e desvantagens de uma retirada ou de uma concentração de forças – atendendo à situação depauperada da fazenda régia – outras fontes revelam já em anos anteriores a preocupação de ordem financeira do monarca português.

Na verdade, D. João III com o trono herdou também em 1521 uma série de encargos e dificuldades, alguns acumulados de reinados anteriores, outros contraídos ao tempo de D. Manuel I e por este deixados em testamento, a que se aliam obrigações para com membros da família real, exigências decorrentes da política de alianças matrimoniais prosseguida com o novo monarca, a canalização de recursos para a manutenção, crescimento e reorganização de uma complexa aparelhagem político-administrativa e financeira no Reino e fora dele, bem como para garantir uma política de distribuição de mercês e honras, também ela necessária à paz social e ao fortalecimento do poder régio.

Junta-se a tudo isto os débitos de origem comercial e o uso de mecanismos financeiros de forma a desenvolver um comércio lucrativo com o Oriente, os gastos sucessivos no abastecimento em trigo não apenas dos lugares de Marrocos mas do próprio Reino devido às frequentes esterilidades que o atingem, às perdas de navios e de mercadorias de que tanto se queixa D. João III ao Papa em 1532 e que quantas vezes se devem ao curso europeu.

A estagnação que afecta os proventos da Guiné, nomeadamente o ouro da Mina, desde o tempo de D. Manuel I – ao mesmo tempo que escasseia a prata da Europa central necessária ao comércio oriental –, continua a impelir os portugueses, ao longo do reinado de D. João III e ainda posteriormente, a procurar minas e canais de proveniência do metal precioso, seja no continente africano, tanto no litoral como em explorações para o interior, no Oriente ou no Brasil⁶, e a procurar obter prata proveniente da América espanhola.

Recorde-se ainda que, além de riscos e ameaças que algumas posições portuguesas sofrem nos anos 20 no Oriente e Extremo Oriente por parte de poderes

des chrétiens également en Orient, au Brésil ou en Afrique.

Bien que, sous le règne du roi D. João III, le mois de février 1529 soit la date de l'un des premiers documents dans lequel on pondère la situation des places portugaises du Maroc, afin d'évaluer les avantages et les inconvénients d'un retrait ou d'une concentration de forces – étant donné l'état d'épuisement du Trésor royal – d'autres sources révèlent néanmoins qu'il y avait déjà, dans les années précédentes, une préoccupation d'ordre financière de la part du monarque portugais.

En fait, en héritant le trône en 1521, D. João III a également hérité une série de charges et de difficultés, certaines accumulées dans les règnes précédents, d'autres contractées au temps de D. Manuel I et laissées en testament par ce dernier. À celles-ci s'ajoutent des obligations envers des membres de la famille royale, des exigences découlant de la politique d'alliances matrimoniales menée par le nouveau monarque, la canalisation de ressources à la fois pour la maintenance, la croissance et la réorganisation d'un complexe appareillage politico-administratif et financier dans le Royaume et en-dehors de celui-ci et pour assurer une politique de distribution de privilèges et d'honneurs, elle aussi nécessaire à la paix sociale et au renforcement du pouvoir royal.

À tout cela s'ajoutent les dettes d'origine commerciale et l'utilisation de mécanismes financiers destinés à développer un commerce rentable avec l'Orient, les dépenses successives pour l'approvisionnement en blé non seulement des places du Maroc mais aussi de celles du Royaume lui-même en raison des fréquentes infertilités qui l'atteignent, les pertes de navires et de marchandises dont se plaint si souvent D. João III auprès du Pape en 1532, la plupart d'entre elles étant dues à la piraterie européenne.

La stagnation qui affecte les recettes de la Guinée, y compris l'or de Mina, depuis l'époque de D. Manuel I – tandis que l'argent de l'Europe centrale nécessaire au commerce oriental se fait rare –, continue à encourager les portugais, sous le règne du roi D. João III et bien plus tard encore, à chercher des mines et des canaux de provenance du métal précieux, que ce soit sur le continent africain ou sur la côte ou encore dans les exploitations à l'intérieur des terres en Orient ou au Brésil⁶, et à obtenir l'argent provenant de l'Amérique espagnole.

Rappelons également qu'outre les risques et les menaces que certaines positions portugaises souf-

6. O Autor anónimo que nos anos 40 emite um parecer favorável à conquista do Norte de África – posição [41] –, reflecte essa mesma preocupação, uma vez que considera na definição de Reino rico a importância de possuir minas de metal, precioso e sem ser precioso, de útil aplicação tanto no comércio como na guerra e na paz. Ora, segundo ele, Marrocos não só promete minas de ouro (não exploradas pela negligência dos mouros), como possui muitas de prata, cobre e ferro.

6. L'auteur anonyme qui, dans les années 40, émet une opinion favorable sur la conquête de l'Afrique du Nord – position [41] – reflète cette même préoccupation, car il considère, dans la définition de royaume riche, l'importance de posséder des mines de métal précieux et non précieux, utile à la fois au commerce, à la guerre et à la paix. Or, pour lui, le Maroc promet non seulement des mines d'or (non exploitées de par la négligence des maures), mais il possède aussi beaucoup de mines d'argent, de cuivre et de fer.

locais, a pressão do comércio muçulmano e a influência turca ameaçadora na zona de Cambaia exigem sucessivas intervenções de forças portuguesas ao longo desta e da década seguinte nesta zona, ao mesmo tempo que se prossegue a penetração no Mar Vermelho (exploração em 1541) e a fixação no Golfo Pérsico (Baçorá conquistada precisamente em 1529), muito embora numa política condicionada na década de 20 por rivalidades de interesses e problemas internos na governação da Índia.

Com a China mantêm-se os contactos comerciais apesar de cortadas até 1554 as relações oficiais sino-lusas (estabelecimento em Macau em 1557). Atinge-se o Japão em 1543. Quanto às ilhas Molucas, a presença castelhana a partir da viagem de circum-navegação de Magalhães obriga desde D. Manuel I a marcar posições (fortaleza em Ternate em 1522) e constante observação, atitudes de hostilidade e negociações que conduzirão finalmente em 1529 ao Tratado de Saragoça que, mediante compensações, reconhece a Portugal o direito de navegação e de comércio exclusivo naquelas partes.

Mais de metade dos rendimentos da Coroa portuguesa provêm do comércio ultramarino e qualquer contracção neste ou quebra no mercado internacional – motivados por guerras ou pelo corso, pela concorrência económica e política – logo se reflecte na sua situação financeira. Mas por esse mesmo motivo, porque é o grande empreendimento ultramarino – comercial e apoiado necessariamente pelo esforço militar – a fonte de receitas fundamental para suportar uma situação financeira deficitária, é preciso investir e manter a importância comercial de produtos como os das Ilhas e garantir o crescimento do tráfego das especiarias asiáticas, fazer respeitar o monopólio régio e encontrar e explorar novos mercados.

Várias crises (quicá mundiais, conforme as caracterizou Magalhães Godinho) afectam, contudo, Portugal e o seu império com diferentes amplitudes e duração, tendo que recorrer-se a expedientes, a múltiplas formas de crédito, a empréstimos obtidos junto de mercadores e homens de cabedal, contraindo-se dívidas na Flandres (em 1549 encerrada a feitoria de Antuérpia) e nas feiras de Castela, sofrendo-se juros elevadíssimos que se acumulam. Nos anos 30 e 40 é nítido para alguns ser a Índia a área por excelência onde se deve gastar mais para acudir como remédio a todas as outras despesas (1534? Conde da Castanheira, 1543, Anónimo II – v. *Algumas posições...*).

Os lugares portugueses em África, dependentes cada vez mais de abastecimentos do exterior – devido a calamidades naturais, à guerra contínua e à ameaça xarifina –, ressentem-se necessariamente das dificul-

frent dans les années 20, en Orient et en Extrême-Orient, de la part de certains pouvoirs locaux, la pression du commerce musulman et l'influence turque menaçante dans la zone de Cambay exigent des interventions successives de la part des forces portugaises au cours de cette décennie et de la décennie suivante dans cette zone, en même temps que se poursuivent la pénétration dans la Mer Rouge (exploration en 1541) et la fixation dans le Golfe Persique (Bassora conquise précisément en 1529), bien que dans une politique conditionnée dans la deuxième décennie par des conflits d'intérêts et des problèmes internes à la gouvernance de l'Inde.

Bien que les relations officielles sino-lusitaniennes aient été rompues jusqu'en 1554, le Portugal a continué de maintenir des contacts d'affaires avec la Chine (établissement à Macao en 1557). On atteint le Japon en 1543. Quant aux îles Moluques, la présence castillane à partir du voyage de la circumnavigation de Magellan oblige, dès l'époque de D. Manuel I, à marquer des positions (forteresse de Ternate en 1522) et à une observation constante, à des attitudes d'hostilité et à des négociations qui conduiront finalement au traité de Saragosse en 1529, lequel, par compensation, reconnaît au Portugal le droit de navigation et de commerce exclusif dans ces régions.

Plus de la moitié des revenus de la Couronne portugaise proviennent du commerce d'outre-mer et toute contraction de celui-ci ou rupture dans le marché international – motivées par des guerres ou par la piraterie, par la compétition économique et politique – se reflète aussitôt dans sa situation financière. Mais pour cette même raison, parce qu'il s'agit de la grande entreprise d'outre-mer et commerciale inévitablement appuyée par l'effort militaire – la principale source de revenus pour soutenir une situation financière déficitaire – il est nécessaire d'investir et de maintenir l'importance commerciale de produits comme ceux des Îles, d'assurer la croissance du trafic des épices asiatiques, de faire respecter le monopole royal et de trouver et d'exploiter de nouveaux marchés. Cependant, plusieurs crises (peut-être mondiales, telles que les a caractérisées Magalhães Godinho) affectent le Portugal et son empire avec des amplitudes et des durées différentes, devant pour cela recourir à des ressources, à de multiples formes de crédit, à des prêts obtenus auprès de marchands et d'hommes riches, contractant des dettes en Flandre (fermeture du comptoir d'Anvers en 1549) et dans les foires de la Castille, souffrant des intérêts énormes qui s'accumulent. Dans les années 30 et 40, il est clair pour certains que l'Inde est la zone par excellence dans laquelle il faut dépenser davantage pour faire face, à titre de réparation, à toutes les autres dépenses. (1534? Comte de Castanheira, 1543 Anonyme II – voir *Quelques positions...*).

De plus en plus dépendantes des approvisionnements extérieurs – en raison de catastrophes naturelles,

dades do Reino. Ainda em 1525-1526 persistem em Arzila situações de carência devido a flagelos do início da década. O monarca luta com dificuldades financeiras para saldar dívidas respeitantes a pagamentos não efectuados nos lugares setentrionais, enquanto aumentam as despesas no aprovisionamento em trigo⁷. Com as ameaças crescentes às praças do Sul (a que se somam internamente abusos de poder e irregularidades nos pagamentos, denunciados em 1530) aumenta a necessidade dos socorros, inclusive em víveres⁸.

Tendo havido quebras nas relações comerciais das praças portuguesas com os poderes do interior, inclusivamente no Norte, tomam-se nesses anos medidas de ordem comercial com vista a preservar os interesses régios a nível de direitos alfandegários, apreensão de mercadorias proibidas, preço dos resgates, procurando recuperar rendimentos através da vigilância de navios de mercadorias e aliciamento de mercadores⁹. Nota-se, fundamentalmente, por parte de D. João III em 1526 e nos anos imediatos uma preocupação em inventariar situações geradas e acumuladas de anos anteriores, avaliar a verdadeira situação dos quatro lugares setentrionais, situados no reino de Fez, do ponto de vista financeiro e militar e, através de um agente real, tudo registar desde os efectivos das praças e as dívidas respeitantes a rações e soldos, até à quantidade e qualidade da artilharia e munições e ao próprio estado das fortalezas no que respeita à necessidade de obras e reparações. Importava confrontar informações e detectar e corrigir irregularidades. Parte deste inventário é, aliás, sigiloso e seguem-se-lhe medidas de restrição e controlo que a todos atingem¹⁰. Trata-se de fenómenos que continuarão a verificar-se, originando em anos futuros não só este

de la guerre continue et de la menace chérifienne permanente – les places portugaises en Afrique ressentent nécessairement les effets des difficultés du Royaume. Toujours en 1525-1526 et en raison des fléaux qui ont eu lieu au début de la décennie, il existe encore à Asilah des situations de pénurie. Alors que les dépenses avec l’approvisionnement en blé augmentent⁷, le monarque est aux prises avec des difficultés financières pour rembourser des dettes relatives à des paiements non effectués dans les places septentrionales. Avec les menaces croissantes qui pèsent sur les places du Sud (à cela s’ajoute internement des abus de pouvoir et des irrégularités dans les paiements dénoncés en 1530) augmente le besoin d’aide, y compris de nourriture⁸.

Des ruptures ayant eu lieu dans les relations commerciales des places portugaises avec les pouvoirs de l’intérieur, notamment dans le Nord, des mesures commerciales sont prises ces années-là en vue de préserver les intérêts royaux au niveau des droits de douane, de la saisie de marchandises interdites et du prix des rachats, cherchant à recouvrer des revenus grâce à la surveillance des navires de marchandises et à la séduction des marchands⁹.

On remarque, en 1526 et dans les années immédiatement suivantes, essentiellement de la part de D. João III, sa préoccupation de faire l’inventaire des situations produites et accumulées les années précédentes et d’évaluer, du point de vue financier et militaire, la véritable situation des quatre places septentrionales situées dans le royaume de Fès. Des effectifs des places en passant par les dettes relatives aux salaires et aux rations jusqu’à la quantité et qualité de l’artillerie et des munitions et à l’état même des fortresses quant à leur nécessité de travaux et de réparations tout devait être enregistré par un agent royal. Il importait de confronter des informations, de détecter et de corriger des irrégularités. Une partie de cet inventaire est, d’ailleurs, confidentielle et il s’ensuivra des mesures de restriction et de contrôle dont tout le monde sera concerné¹⁰. Ces phénomènes continue-

7. Carta de D. João III, de 24 de Agosto de 1526, ao capitão de Arzila, António da Silveira – BNP (Biblioteca Nacional de Portugal / Lisboa), *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 26. Cenas de fome e peste em Arzila, em 1522, descritas por Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., t. I, liv. II, caps. LXXXIX e XC, pp. 370-374 e cap. XCI, pp. 376-377.

8. Carta de Vicente Rodrigues Evangelho, de 18 de Março de 1530, a D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 44, D. 113. Ver David Lopes em *História de Portugal...* cit., t. IV, cap. II.

9. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., t. I, liv. II, cap. XXIX, p. 497. As cartas de D. João III a António da Silveira, de Setembro e Novembro de 1526, Janeiro e Junho de 1527 e Janeiro de 1528, revelam uma continuidade na atenção a estas matérias – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, ff. 21, 27, 28, 30 e 34. Estas e outras cartas do Rei ao capitão de Arzila foram publicadas, embora sem indicação do fundo documental, por Gabriel Pereira, numa transcrição nem sempre cuidada, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (17.ª série, n.º 8, 1898-1899), Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 391-420.

10. Carta de D. João III, de 9 de Janeiro de 1526, a António da Silveira – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 14. O rei conhece já o conteúdo do inventário das diversas praças setentrionais em Agosto desse ano (carta de 16 de Agosto, cod. 8163, f. 23).

7. Lettre de D. João III, du 24 août 1526, au capitaine d’Asilah, António da Silveira – BNP (Biblioteca Nacional de Portugal/Lisbonne), *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 26. Scènes de famine et de peste à Asilah en 1522 décrites par Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., t. I, liv. II, chaps. LXXXIX et XC, pp. 370-374 et chap. XCI, pp. 376-377.

8. Lettre de Vicente Rodrigues Evangelho, du 18 mars 1530, à D. João III – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 44, D. 113. Voir David Lopes in *História de Portugal...* cit., tome IV, chap. II.

9. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., tome I, liv. II, chap. XXIX, p. 497. Les lettres de D. João III à António da Silveira, septembre et novembre 1526, janvier et juin 1527 et janvier 1528, montrent une continuité dans l’attention portée à ces questions – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, ff. 21, 27, 28, 30 et 34. Bien que sans indication des documents de référence, ces lettres ainsi que d’autres lettres du roi adressées au capitaine d’Asilah ont été publiées par Gabriel Pereira, dans une retranscription pas toujours très soignée, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (17.ª série, n.º 8, 1898-1899), Lisbonne, Imprensa Nacional, 1901, pp. 391-420.

10. Lettre de D. João III, du 9 janvier 1526, à António da Silveira – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 14. Le roi connaît déjà le contenu de

mesmo tipo de preocupação como novas medidas de correcção¹¹.

Do ponto de vista político procurava-se, através de um maior rigor nos controlos dos efectivos militares e civis dos diferentes lugares de África e da sua operacionalidade, garantir a presença e união dos seus componentes numa defesa efectiva das praças em ocasiões de maior risco. Particularmente em 1529, e a despeito das dificuldades manifestas do erário régio, pretende D. João III que se proceda a um inventário completo de artilharia, pólvora, munições, bem como do estado das fortalezas¹². Pretende esses lugares seguros e envia a África nesse mesmo ano um arquitecto, Duarte Coelho, e um engenheiro, mestre das obras do rei, João de Castilho, a fim de visitar as fortificações, estudar as condições para as obras e calcular as despesas.

Atento a esta iniciativa se revela o duque de Bragança quando em 1529 reflecte sobre a orientação política a seguir no Norte de África¹³, tornando prioritário o objectivo de reduzir os gastos do erário régio e, portanto, adiar qualquer iniciativa de abandono de praças ou concentração numa delas. Observa, contudo, objectivamente, a incapacidade em termos de recursos humanos e financeiros de Portugal conquistar o reino de Fez e considera a possibilidade de no futuro se abandonarem os lugares mediante um estudo prévio e num processo paulatino.

Tudo leva a crer, através do seu discurso, que as suas opiniões e posições por ele assumidas diferiam drasticamente da orientação seguida por D. Manuel I e apoiada por muitos conselheiros, quer do ponto de vista estratégico (só Azamor e Safim tinham potencialidades, segundo ele, para se conservarem de forma lucrativa), como nas relações e nos acordos estipulados com Castela. As praças do Norte deveriam ter sido asseguradas, na sua perspectiva, por quem detivesse recursos e muitos prejuízos se teriam evitado e ainda se evitariam se Tetuão tivesse sido ocupada, mediante autorização e ajuda de D. Manuel I, por Fernando de Aragão¹⁴. Desde 1522, com a tomada de Rodes pelos

ront de se produire, engendrant dans les années à venir, non seulement le même type de préoccupation, mais aussi de nouvelles mesures de corrections¹¹.

D'un point de vue politique on cherchait à assurer, moyennant une plus grande rigueur dans le contrôle des effectifs militaires et civils des différentes places d'Afrique et de leur opérationnalité, la présence et l'union de ses éléments dans une défense efficace des places à des périodes de plus grands risques. En particulier en 1529, et en dépit des difficultés manifestes du trésor royal, D. João III souhaite que l'on procède à un inventaire complet de l'artillerie, de la poudre des munitions ainsi qu'à l'état des forteresses¹². Souhaitant consolider la sûreté de ces lieux, il envoie cette même année en Afrique l'architecte Duarte Coelho et l'ingénieur João de Castilho, maître des œuvres du roi, afin de visiter les fortifications, d'étudier les conditions en vue des travaux et d'en calculer les coûts.

Lorsqu'en 1529 le duc de Bragança réfléchit sur l'orientation politique à suivre en Afrique du Nord¹³ il se révèle attentif à cette initiative et donne la priorité à la réduction des dépenses du trésor royal, retardant ainsi toute initiative visant à abandonner les places ou à les concentrer en une seule. Il note, néanmoins, objectivement, l'incapacité du Portugal, en termes de ressources humaines et financières, de conquérir le royaume de Fès et envisage, à l'avenir, la possibilité d'abandonner les places moyennant une étude préalable et un processus graduel.

Tout porte à croire, dans son discours, que les opinions et les positions qu'il a assumées différaient radicalement de l'orientation suivie par D. Manuel I et soutenue par de nombreux conseillers, tant d'un point de vue stratégique (seuls Azemmour et Safi avaient, selon lui, un potentiel pour se maintenir rentables), que du point de vue des relations et des accords stipulés avec la Castille. Les places du Nord auraient dû être entretenues, en son sens, par ceux qui détenaient des ressources et beaucoup de dommages auraient été évités et pourraient encore l'être si, moyennant l'autorisation et l'aide de D. Manuel I, Tétouan avait été occupée par Fernando d'Aragon¹⁴. Depuis 1522, avec

l'inventaire des différentes places septentrionales en août de cette même année (lettre du 16 août, cod. 8163, f. 23).

11. Recorde-se, a título exemplificativo, a acção de D. Aleixo de Meneses em 1535, enquanto provedor e visitador dos lugares de África, quando visita Arzila e corrige certas irregularidades – Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., t. II, liv. IV, cap. LXXI, p. 275.

12. Cartas de D. João III, de 18 de Março e 27 de Junho de 1529, a António da Silveira – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, ff. 43 e 47. Ver também o comentário de Sousa Viterbo no seu *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, vol. I, n. 135, pp. 215-216.

13. Cartas do duque de Bragança, D. Jaime, de 8 de Janeiro e de 12 de Fevereiro de 1529 a D. João III – v. posições [1] e [2].

14. Também Carlos I de Espanha insistia em vão em 1520 em construir uma fortaleza na foz do rio de Tetuão, caso o não fizesse D. Manuel I, isto no mesmo ano em que D. Pedro de Mascarenhas

11. Rappelons, à titre d'exemple, l'action de D. Aleixo de Meneses en 1535, en tant que *provedor* et visiteur des places d'Afrique, lorsqu'il visite Arzila et corrige certaines irrégularités – Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., t. II, liv. IV, chap. LXXI, p. 275.

12. Lettres de D. João III, du 18 mars et du 27 juin 1529 à António da Silveira – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, ff. 43 et 47. Voir également le commentaire de Sousa Viterbo dans son *Dictionnaire Historique et Documental des Architectes, Ingenieurs et Constructeurs Portugueses ou au service de Portugal*, Lisbonne, Imprensa Nacional, 1899, vol. I, n. 135, pp. 215-216.

13. Lettre du duc de Bragança, D. Jaime, du 8 janvier et du 12 février 1529 à D. João III – v. positions [1] et [2].

14. Charles I^{er} d'Espagne insistait également en vain, en 1520, sur la construction d'une forteresse à l'embouchure de la rivière de Tétouan, au cas où D. Manuel I ne le ferait pas, ceci dans la même

turcos, que se procurou instalar a Ordem dos Hospitalários em território neutral não comprometido nem com o imperador nem com o rei de França. Porque não – considera o duque – instalá-la em Ceuta e em Alcácer Ceguer, passando a caber-lhe, através de armadas, o controlo do Estreito e o combate ao corso e garantindo as bases de uma futura conquista?

No Norte vive-se nos anos 20 e 30, de facto, uma situação de ameaça constante: por terra, saques e capturas (fundamentalmente pelos alcaides de Alcácer Quibir e Xexuão) e, por mar, o corso proveniente do acolhimento de navios em Larache e dos portos de Beles e de Tetuão, cuja importância cresce mediante a colaboração com Argel, sob protecção do Turco desde 1518 e por ele financiado a partir de 1534.

O interesse régio por Larache em Julho de 1529, num pedido de informação urgente e sigiloso ao capitão de Arzila, sobre navios, contingentes, fortalezas e sistema de vigilância, visaria ocupar este porto de abrigo de navios muçulmanos, de comércio concorrente e porta de acesso às regiões mais interiores de Arzila e Alcácer Quibir¹⁵, ou apenas pretendia uma melhor avaliação da situação de Arzila?

Também no Sul se repercutem as preocupações régias. Ainda em 1529 em Azamor – tal como acontece em Santa Cruz do Cabo de Gué – António Leite¹⁶, salientando a guerra permanente que se vive naquela zona, procede ao inventário da gente de cavalo apta a servir e alerta o rei para irregularidades e fenómenos que o prejudicam seriamente do ponto de vista militar e económico (perda de direitos alfandegários), desde a correspondência não autorizada com poderes muçulmanos, negócios internos irregulares, trocas comerciais em portos como o de Larache e Salé, com venda de armas e de outras mercadorias proibidas, até con-

sondava essa possibilidade. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., p. IV, cap. XLVIII, pp. 133-135.

15. Carta de D. João III, de 3 de Julho de 1529, a António da Silveira – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 49. Descrição de Larache de Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., t. I, liv. II, cap. CXXIX, p. 469.

16. Destaco denúncias e pareceres de António Leite expressos a D. João III a 10 de Setembro, a 14 de Outubro de 1529 e a 6 de Abril de 1530 – v. posições [3] a [5]. As suas informações sobre as características e sistema de defesa de Salé-o-Velho parecem pouco fundamentadas se, na verdade, correspondem antes a Rabat ou Salé-o-Novo, cf. *SIHM, Portugal*, t. II – p. II, p. 478, n. 1. Além disso, a estratégia militar e política proposta ao monarca parece pouco consistente uma vez que muda radicalmente nos anos seguintes quando estabelece tréguas com o alcaide de Salé. Propõe então uma ofensiva bem mais a Sul.

De Santa Cruz do Cabo de Gué escreve Simão Gonçalves da Costa a D. João III a 15 de Setembro de 1529 (ano calculado) – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 439, publicada por Joaquim Figaniér, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 325-327. Por esta carta e pela que de Azamor escreve a 10 de Setembro de 1529 António Leite, confirma-se a presença de Duarte Coelho e de João de Castilho em Azamor e Safim.

la prise de Rhodes par les turcs, on chercha à installer l'Ordre des Hospitaliers en territoire neutre, n'étant ni compromis avec l'empereur ni avec le roi de France. Pourquoi ne pas – fit observer le duc – l'installer à Ceuta et à El-Ksar es-Seghir, leur incombant désormais, à travers des armées, le contrôle du Déroit et le combat à la piraterie tout en garantissant les bases d'une future conquête?

On vit, de fait, dans le Nord dans les années 20 et 30, une situation de menace constante : par terre, les pillages et les captures (fondamentalement par des caïds d'El-Ksar el-Kebir et de Chechaouen) et, par mer, la piraterie provenant de l'accueil de navires à Larache et des ports de Vélez et de Tétouan, dont l'importance grandit grâce à la collaboration avec Alger, sous la protection des turcs depuis 1518 et financée par celui-ci à partir de 1534.

L'intérêt royal pour Larache en juillet 1529 lors d'une demande d'information urgente et confidentielle au capitaine d'Asilah, sur les navires, les contingents, les forteresses et sur le système de surveillance, viserait-il à occuper ce port d'abri de navires maures, de commerce concurrent et porte d'accès aux régions les plus intérieures d'Asilah et d'El-Ksar el-Kebir¹⁵, ou souhait-il juste une meilleure évaluation de la situation d'Asilah?

Les préoccupations régaliennes se reflètent également dans le Sud. Toujours en 1529 à Azemmour – comme cela arrive à Santa Cruz du Cap de Gué – António Leite¹⁶, soulignant la guerre permanente qui se vit dans la région, procède à l'inventaire des gens à cheval capables de servir et avise le roi au sujet d'irrégularités et de phénomènes qui pourront sérieusement nuire du point de vue économique et militaire (perte de droits de douane), de la correspondance non autorisée avec les pouvoirs maures, des affaires intérieures irrégulières, des échanges commerciaux dans les ports, comme Larache et Salé avec la vente

année où D. Pedro de Mascarenhas émettait cette possibilité. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel...* cit., p. IV, chap. XLVIII, pp. 133-135.

15. *Lettre de D. João III, du 3 juillet 1529, à António da Silveira* – BNP, *Fundo Geral*, cod. 8163, f. 49. Description de Larache de Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila...* cit., tome I, liv. II, chap. CXXIX, p. 469.

16. *Nous soulignons les plaintes et les opinions d'António Leite exprimées à D. João III le 10 septembre, le 14 octobre 1529 et le 6 avril 1530 – v. positions [3] à [5]. Ses informations sur les caractéristiques et le système de défense de Salé-le-vieux semblent peu fondées si, en fait, elles correspondent plutôt à Rabat ou Salé-le-neuve, cf. SIHM, Portugal, t. II, p. II, p. 478, n. 1. En outre, la stratégie militaire et la politique proposées au monarque semblent peu consistantes attendu qu'elles changent radicalement au cours des années suivantes lorsqu'il établit une trêve avec le caïd de Salé. Il propose alors une offensive bien plus au Sud.*

Simão Gonçalves da Costa écrit depuis Santa Cruz du Cap de Gué à D. João III le 15 septembre 1529 (année calculée) – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 439, publiée par Joaquim Figaniér, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 325-327. Par la présente lettre et par celle qu'il écrit depuis Azemmour le 10 septembre 1529 António Leite, confirme la présence de Duarte Coelho et de João de Castilho à Azemmour et à Safi.

tactos comerciais de castelhanos com os xarifes¹⁷. Segundo ele, o rei pouparia os gastos que pensava fazer com as fortificações do Norte se intervisse militarmente em Salé no reino de Fez (cujas divisões internas havia que incentivar) ou, dada a mudança de circunstâncias em 1530, em terras dos xarifes.

O fervor militar e religioso de alguns homens estantes no Norte de África, como Gonçalo Mendes Sacoto, parece atingir em 1530 maior exaltação com a perspectiva de uma intervenção pessoal do infante D. Luís naquelas terras (em cuja determinação vê a vontade de Deus) e com a intenção que julga descortinar em D. João III – «todos sabemos que esta he sua Vertuosa entençaõ»¹⁸. Em Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer vê Sacoto as chaves e as portas para a conquista e nos povos sujeitos à tirania do xarife predisposição para aceitar um novo senhorio e conduzir o rei de Fez à vassalagem. Numa linha próxima, e na mesma época – face a uma possibilidade concreta de se abandonar ou reduzir Santa Cruz –, defende Simão Gonçalves da Costa a posição estratégica deste lugar

17. Há, de facto, durante todo o período em estudo actos nítidos de colaboração entre Portugal e Espanha (cujos interesses específicos nem sempre coincidem com os do império de Carlos V) – cláusulas em acordos de Portugal com o reino de Fez ou com Marrocos e o Suz extensivos aos súbditos do imperador, socorros em gente armada e em abastecimento provenientes da Andaluzia mas independentes de requisições oficiais, diálogo permanente e até por vezes cooperativo, particularmente em conjunturas de maior ameaça (1541, 1547, 1548-1550), a nível de Coroas e de responsáveis políticos, de cidades e de lugares fortificados. Há, todavia, também uma prejudicial concorrência comercial em Fez e em Marrocos e, sobretudo, um contrabando no Sul relacionado com a guerra e com metais como o ferro e o cobre (Teracuco e Tafetana). Trata-se de uma situação continuamente denunciada e que, embora persista, ocasiona alguns inquéritos e por vezes se coloca em destaque na correspondência oficial em épocas de necessária negociação, dada a existência de ameaças comuns às posições estratégicas do Norte de África, às costas peninsulares e às rotas do Mediterrâneo e, sobretudo, do Atlântico: turcos, Argel, corso local a partir de portos mediterrânicos e com acolhimento em portos atlânticos (crescendo de gravidade com a gradual unificação política de Marrocos e com as ligações estabelecidas com aqueles poderes), intervenções francesas...

É elucidativa a abundante documentação publicada nas *SIHM* de Espanha e de Portugal e em *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España* (ed. Bejarano Robles, Tânger, Instituto General Franco, 1941) e trabalhos como os de Robert Ricard, alguns publicados em *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955), de Rumeu de Armas, *España en la Africa Atlántica* (Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956-1957), de Fernández Álvarez sobre *La España del Emperador Carlos V (História de Espana, dir. Manéndez Pidal, Madrid, Espasa Calpe, 1966, t. XVIII)* e Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (Lisboa, D. Quixote, 1983-1984).

18. Carta de Gonçalo Mendes Sacoto, de Maio/Junho de 1530 a D. João III – v. posição [6]. Refere que quando se abandonou Aguz (1525) o xarife teria comentado «que quem desfazia ho seu, nom tomaria o alheo» (p. 524), afirmação que, segundo Sacoto, deveria fazer reflectir e agir. Também Simão Gonçalves da Costa, posição [7], em carta de 16 de Maio de 1530, menciona a reacção do xarife, conhecida através de mercadores, e como concluíra, de facto, «que quem derruba nam tomara».

d'armes et d'autres marchandises prohibées, jusqu'à des contacts d'affaires de castillans avec les chérifs¹⁷. Selon lui, si le roi intervenait militairement à Salé dans le royaume de Fès (dont les divisions internes devaient être encouragées) ou compte tenu de l'évolution de la situation en 1530, sur les terres des chérifs, celui-ci pourrait éviter les dépenses qu'il envisageait pour les fortifications du Nord.

La ferveur religieuse et militaire de quelques hommes résidant en Afrique du Nord, comme Gonçalo Mendes Sacoto, semble atteindre une plus grande exaltation en 1530 dans la perspective d'une intervention personnelle de l'infant D. Luís sur ces terres (détermination dans laquelle il voit la volonté de Dieu) et dans l'intention qu'il juge déceler dans D. João III – « nous savons tous que telle est sa vertueuse intention »¹⁸. Sacoto voit dans Azemmour, Safi et Santa Cruz du Cap de Gué les clés et les portes pour la conquête et dans les populations soumises à la tyrannie du chérif une prédisposition pour accepter un nouveau seigneur et pour conduire le roi de Fès à sa vassalité. Dans la proche lignée et à la même époque, face à la possibi-

17. Il existe, en effet, tout au long de la période à l'étude des actes clairs de collaboration entre le Portugal et l'Espagne (dont les intérêts particuliers ne coïncident pas toujours avec ceux de l'Empire de Charles V) – des clauses dans les accords entre le Portugal et le royaume de Fès ou le Maroc et le Sous qui s'étendaient aux sujets de l'empereur, des secours comprenant des gens armés et l'approvisionnement venant de l'Andalousie, mais indépendants de demandes officielles, de dialogues permanents, voire parfois coopératifs, en particulier, dans les situations de plus grande menace (1541, 1547, 1548-1550), au niveau des couronnes et des responsables politiques, des villes et des places fortes. Il y a, cependant, également une concurrence commerciale néfaste à Fès et au Maroc, et, par-dessus tout, une contrebande dans le Sud liée à la guerre et aux métaux comme le fer et le cuivre (Tarkoukou et Tafetna). Il s'agit d'une situation dénoncée continuellement et qui, bien qu'elle persiste, engendre certaines enquêtes et est parfois mise en exergue dans des correspondances officielles en cas de besoin aux fins de négociation, étant donné l'existence de menaces communes envers les positions stratégiques en Afrique du Nord, les côtes péennsulaires et les routes de la Méditerranée et, surtout, de l'Atlantique : les turcs, Alger, la piraterie locale à partir des ports de la Méditerranée et avec des accueils dans des ports atlantiques (croissance de la gravité avec la progressive unification politique du Maroc et avec les liens établis avec ces pouvoirs), interventions françaises...

L'abondante documentation publiée dans les *SIHM* d'Espagne et du Portugal et dans *Documentos para el estudio del abastecimiento y auxilio de las plazas portuguesas en Marruecos desde el sur de España* (ed. Bejarano Robles, Tanger, Instituto General Franco, 1941) et les travaux comme ceux de Robert Ricard, certains publiés dans *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955), de Rumeu de Armas, *España en la Africa Atlántica* (Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1956-1957), de Fernández Álvarez sur *La España del Emperador Carlos V (História de Espana, dir. Manéndez Pidal, Madrid, Espasa Calpe, 1966, t. XVIII)* et Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (Lisbonne, D. Quixote, 1983-1984) sont très instructifs.

18. *Lettre de Gonçalo Mendes Sacoto, mai / juin 1530 adressée à D. João III* – v. position [6]. Il mentionne que lorsqu'Agouz [*Souiria Kedim*] a été abandonnée (1525) le chérif aurait commenté « que quem desfazia ho seu, nom tomaria o alheo » (p. 524), affirmation qui selon Sacoto, devrait faire réfléchir et agir. Simão Gonçalves da Costa, position [7] a lui aussi dans une lettre du 16 mai 1530, mentionné la réaction du chérif, connue par le biais de marchands, et comment il avait, de fait, conclu, « que quem derruba nam tomara ».

para futura intervenção no Suz. São reacções particularmente sentidas nas praças meridionais e opiniões que se afastam tremendamente do parecer do duque de Bragança.

Por uma carta do infante D. Fernando, de Outubro de 1534, deduz-se, todavia, que se D. Luís passasse a África como constava em 1530 (a notícia desperitou aliás sério alarme nos diversos poderes locais) não seria com objectivos de conquista, mas sim para concentrar forças provenientes dos lugares de África a abandonar, embora – note-se – deixando fortalezas roqueiras, pois assim o assentara o monarca¹⁹. Lamenta D. Fernando que o não tenha concretizado, poupando com isso muito esforço posterior. Este testemunho revela, desta forma, que a decisão régia de deixar certas posições e concentrar-se noutras estaria já bem definida no início da década, correspondendo a intenções bem distintas das idealizadas por alguns capitães.

As instruções de 1532 de D. João III ao seu embaixador Brás Neto sobre as questões do Norte de África apenas confirmam aquela informação. Agravado com grandes despesas de uma guerra contínua, o propósito expresso pelo monarca – embora não seja o de desvincular-se de uma missão ideologicamente honrosa (que reafirma e reafirmará sempre) – é, porém, o de seleccionar posições, abandonando as desfavoráveis (pela configuração da terra ou do porto) a uma defesa eficaz e ao transporte fácil de gente, mantimentos e artilharia, isto é, Azamor, Safim e Alcácer Ceguer. Reduzindo a área de Ceuta (demasiado exposta às armadas de mouros e turcos), em Tânger e Arzila concentraria as forças portuguesas (para isso estivera D. Luís em vias de passar a África no ano anterior) para um combate contínuo e eficaz ao rei de Fez. Do Papa pretende bulas e provisões, distintas – note-se – para cada uma das praças, com autorização para derrubar lugares sagrados, impedindo assim que os muçulmanos os profanem e utilizem. Conforme o testemunho de Brás Neto, o Sumo Pontífice terá dado as suas indicações nesse sentido entre Maio e Junho desse mesmo ano²⁰.

19. Carta do infante D. Fernando (parecer), de 6 de Outubro de 1534, a D. João III – v. posição [9].

20. Instruções de D. João III a Brás Neto (minuta s. d.) – ANTT, *Cartas Missivas*, M. 2, D. 138, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit. (1865), t. II, pp. 344-348. David Lopes e outros autores consideram que Roma não respondeu ao pedido do Rei. Torquato de Sousa Soares em «Algumas Observações sobre a Política Marroquina da Monarquia Portuguesa», *Revista Portuguesa de História*, t. X, 1962, pp. 545-546, n. 121, chamou, contudo, a atenção para uma carta de Brás Neto a D. João III, datada de 3 de Junho de 1532 e que reza o seguinte: «mando por este [correio] a Vosa Alteza o breve que o papa escreve ao nuncio, que jaa ha dias que pera laa partyo, pera fazer o que V. Alteza quer das Igrejas e moesteyros dos logares d'africa» – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 49, D. 10, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit., t. II, pp. 395-398.

lité concrète d'abandonner ou de réduire Santa Cruz, Simão Gonçalves da Costa défend la position stratégique de cette place pour de futures interventions dans le Sous. Ce sont des réactions particulièrement ressenties dans les places méridionales et des opinions différant considérablement de l'avis du duc de Bragançe.

Nous pouvons déduire, toutefois, de la lettre de l'infant D. Fernando, d'octobre 1534, que si D. Luís passait à l'Afrique comme cela s'était avéré en 1530 (la nouvelle a d'ailleurs suscité de sérieuses préoccupations pour les diverses autorités locales) ce ne serait pas avec des objectifs de conquête, mais plutôt pour concentrer les forces provenant des places d'Afrique qui devaient être abandonnées, bien que, – soulignons-le – laissant des forteresses en pierre ainsi que l'avait établi le monarque¹⁹. D. Fernando déplore qu'il ne l'ait pas concrétisé, ce qui par la suite aurait permis d'épargner de nombreux efforts. Ce témoignage révèle, par conséquent, que la décision régale de quitter certaines positions et de se concentrer sur d'autres était déjà bien définie au début de la décennie, correspondant à des intentions bien différentes de celles idéalisées par certains capitaines.

Les instructions de 1532 de D. João III à son ambassadeur Brás Neto sur les questions concernant l'Afrique du Nord viennent juste confirmer cette information. Aggravée par les grandes dépenses d'une guerre continue, l'intention exprimée par le monarque – bien que ce ne soit pas celle de se détacher d'une mission idéologiquement honorable (qu'il réaffirme et réaffirmera toujours) – est, cependant, l'intention de sélectionner des positions, abandonnant celles qui sont défavorables (selon la configuration de la terre ou du port) à une défense efficace et au transport facile de gens, de fournitures et d'artillerie, c'est-à-dire Azemmour, Safi et El-Ksar es-Seghir. En réduisant la zone de Ceuta (trop exposée aux armées maures et turques) à Tanger et Asilah il concentrerait les forces portugaises (pour cela D. Luis était sur le point de passer à l'Afrique l'année précédente) pour un combat continu et efficace contre le roi de Fès.

Du Pape il ne veut que des bulles et des dispositions, distinctes et – notons-le – pour chacune des places, avec la permission de renverser des lieux saints, empêchant ainsi les musulmans de les profaner et de les utiliser. Selon le témoignage de Brás Neto, le souverain pontife aurait donné ses instructions à cet effet entre mai et juin de cette même année²⁰.

19. Lettre de l'Infant D. Fernando (avis), du 6 octobre 1534, adressée à D. João III – v. position [9].

20. Instructions de D. João III à Brás Neto (minute s. d.) – ANTT, *Cartas Missivas*, M. 2, D. 138, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit. (1865), t. II, pp. 344-348. David Lopes et d'autres auteurs considèrent que Rome n'a pas répondu à la demande du roi. Torquato de Sousa Soares dans «Algumas Observações sobre a Política Marroquina da Monarquia Portuguesa», *Revista Portuguesa de História*, t. X, 1962, pp. 545-546, n. 121, a néanmoins, attiré l'attention à propos d'une lettre de Brás Neto à D. João III, datée du 3 juin 1532 où on peut lire ce qui suit: « mando por este [correio] a Vosa Alteza

Nos despachos que leva o novo embaixador a Roma, D. Martinho de Portugal (Maio de 1532), D. João III insiste, em muitas passagens desse documento²¹, nos objectivos espirituais da gesta portuguesa em África e no Oriente, na conversão dos povos e aumento da Cristandade, objectivos esses que, segundo afirma, orientaram os Descobrimientos e continuavam no seu tempo a sustentar e a alimentar a guerra e as conquistas e o contacto com reinos distantes. Tratava-se de um serviço inestimável a Deus pelo grande esforço e sacrifício que representava para o Reino na perda de gente e de navios e nas despesas contínuas – alimentadas, aliás, pelos proventos da Índia, conforme declara –, tanto na manutenção de forças militares como na necessária importação de trigo para seu abastecimento.

Significativa me parece esta insistência de D. João III junto do Papa no carácter de guerra santa também na Índia, onde se combate o Turco, uma vez que persistem testemunhos de que não se trata de uma interpretação unanimemente aceite. Ainda em 1537, perante a iminência de um ataque turco e pretendendo D. João III utilizar o serviço de muitos fronteirais na Índia, a Mesa de Consciência, consultada, faz prevalecer a distinção entre a Índia, como descoberta para comércio e trato, da África ou de qualquer outra terra de combate aos muçulmanos²².

Na verdade, e apesar da exaltação que se faz da gesta ultramarina, que enobrece e glorifica o nome do rei de Portugal e o seu povo, ideologicamente justificada na expansão da Cristandade – através da evangelização ou da guerra ao infiel (muçulmano ou turco) –, são frequentes, particularmente no discurso literário do século XVI, mas também nos escritos de Castanheda ou de Gaspar Correia, as referências de crítica moral aos objectivos que animam de facto aqueles que partem para o Oriente²³. Seja qual for o grupo social

Dans les ordonnances qui amènent le nouvel ambassadeur D. Martinho de Portugal en mai 1532 à Rome, D. João III insiste, dans de nombreux passages du document²¹, sur les objectifs spirituels de l'action portugaise en Afrique et en Orient, sur la conversion des peuples et sur l'accroissement de la chrétienté, objectifs qui, selon lui, ont guidé les découvertes et continuent en son temps à soutenir et à alimenter la guerre, les conquêtes et le contact avec les royaumes lointains. C'était un service inestimable rendu à Dieu en raison des grands efforts et sacrifices que cela représentait pour le Royaume en pertes humaines, en navires et en dépenses continues – alimentées, d'ailleurs, par le revenu de l'Inde, comme il le dit – tant dans le maintien des forces militaires comme dans les importations de blé nécessaires à leur approvisionnement.

Cette insistance de D. João III auprès du pape nous semble importante par la nature de la guerre sainte également en Inde, où l'on combat les turcs, car il existe encore des témoignages dans lesquels cette interprétation n'est pas unanimement acceptée. Toujours en 1537, face à l'imminence d'une attaque des turcs, D. João III, souhaitant utiliser le service de nombreux frontaliers en Inde et après avoir consulté la *Mesa de Consciência*, celle-ci fait prévaloir la distinction entre l'Inde, comme découverte pour le commerce et les relations d'affaires, et l'Afrique ou toutes autres terres de combat contre les musulmans²². En effet, malgré l'exaltation de l'action d'outre-mer qui ennoblit et glorifie le nom du roi de Portugal et de son peuple, idéologiquement justifiée par l'expansion de la chrétienté – à travers l'évangélisation ou la guerre à l'infidèle (musulman ou turc) – les références à la critique morale concernant les objectifs qui, en réalité, animent ceux qui partent en Orient sont fréquentes, en particulier dans le discours littéraire du XVI^e siècle, mais aussi dans les écrits de Castanheda ou de Gaspar Correia²³. Quel que soit le groupe social auquel ils

21. Despachos de D. Martinho de Portugal, de 20 de Maio de 1532, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit., t. II (349-392), pp. 350-351, 355-359 e 379.

22. Para haver conquista é preciso que seja lícito, mas para a defesa todas as leis humanas e divinas permitem gastar fazendas e vidas – afirmou-o Manuel de Sousa ao rei no seu parecer sobre a manutenção dos lugares de África, a 1 de Janeiro de 1535 – v. posição [26]. É um dos autores da década de 30 que considera a Expansão, de D. João I a D. João III, um empreendimento que nos seus vectores – aumento de domínios, descobrimientos e conversão – serve a república e a cristandade. A guerra ao infiel, seja em África ou na Ásia, honra o monarca e o reino. Numa caracterização próxima se situa o visconde de Vila Nova da Cerveira a 5 de Novembro de 1534 – v. posição [17] – ao encarar o projecto ultramarino como um meio de expansão da Fé, da Paz, do Reino e serviço de Deus, desenvolvido por D. Manuel I em África e na Índia.

23. Desenvolvi esta temática em trabalhos inseridos na *História de Portugal* (dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1.^a ed. 1993) – «Gil Vicente e o Império» (vol. IV, pp. 333-340), «Reflexões sobre os «Fumos da Índia»» com «Antologia» (vol. V, pp. 265-376) –, e em «Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – um equacionar de

o breve que o papa escreve ao nuncio, que jaa ha dias que pera laa partyo, pera fazer o que V. Alteza quer das Igrejas e moesteyros das logares d'africa» – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 49, D. 10, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit., t. II, pp. 395-398.

21. Ordonnances de D. Martinho de Portugal, du 20 mai 1532, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit., t. II (349-392), pp. 350-351, 355-359 et 379.

22. Pour qu'il y ait conquête il faut que cela soit licite, mais pour la défense toutes les lois humaines et divines permettent de dépenser le Trésor et des vies – c'est ce qu'a affirmé Manuel Sousa au roi dans son avis sur le maintien des places en Afrique, le 1^{er} Janvier 1535 – voir position [26]. Il est l'un des auteurs de la troisième décennie qui considère l'Expansion de D. João I à D. João III, une entreprise qui dans ses vecteurs – accroissement de dominations, découvertes et conversion – sert la république et la chrétienté. La guerre à l'infidèle, que ce soit en Afrique ou en Asie, honore le monarque et le royaume. Dans une caractérisation proche se place le vicomte de Vila Nova de Cerveira le 5 novembre 1534 – voir position [17] – lorsqu'il envisage le projet d'outre-mer comme un moyen d'expansion de la Foi, de la Paix, du Royaume et du service à Dieu, développé par D. Manuel I en Afrique et en Inde.

23. Nous avons développé ce thème dans des travaux intégrés dans *História de Portugal* (dir. João Medina, Lisbonne, Ediclube, 1.^{ère} éd.

a que pertençam – do nobre ao vilão que se torna soldado –, a cobiça de riqueza obtida pelo «roubo» ou pela «chatinagem» parece sobrepor-se em muitos a qualquer ideal (do *Auto da Índia* de Gil Vicente de 1509 à *Comédia Eufrosina*, escrita em 1542-1543 e publicada em 1555, até ao *Soldado Prático* de Diogo do Couto, do final do século).

Mesmo referindo-se aos benefícios materiais da Coroa que engradecem Portugal – através do comércio do Oriente –, é uma constante nesses autores os incentivos à sua aplicação produtiva, útil, na Expansão enquanto empreendimento unitário e de nobres ideais. Revelam posições de certo modo próximas do intuito régio e assumidas ao longo de Quinhentos, mas também denunciam quanto, na prática, abundam as fugas e transgressões a esse mesmo objectivo.

Reflexo de tudo isto será a dicotomia que se acentua na década de 40 a nível de tomadas de posição entre conselheiros e pessoas que o rei consulta sobre a política a seguir no Norte de África, defendendo uns a guerra santa em Marrocos e outros a lucrativa Índia. Procuraria o rei alterar esta imagem a fim de congregar esforços, o apoio dos súbditos e do Papa, no investimento que lhe dá maiores rendimentos – legitimando-o porque garante proveitos a aplicar na defesa do seu reino e da Cristandade – e conseguir assim, defender e manter, em qualquer das áreas, os seus domínios?

A controvérsia nos anos 40 parece, na verdade, cada vez incidir mais em temas de ordem prática, traduzindo uma preocupação fundamental: conservar a área de domínio que traga melhores receitas ao Reino e se sustente com menor esforço²⁴. Há pois preocu-

motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI», comunicação ao *II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimientos e Expansão Colonial* | Actas pubs. no n.º 10 de Dezembro 1995 de *Mare Liberum* (CNPCCDP), pp. 157-171.

24. Fruto de exposições e de troca de opiniões em Almeirim, junto do Rei, os pareceres anónimos que datam de 1543 – ver *Problemas de datação...* e posições [41] e [42] – revelam uma nova fase na presença portuguesa no Norte de África: o contexto pós-queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, abandono de Azamor e Safim, crescente instabilidade nas terras de Marrocos meridional (problemas económicos, guerra entre xarifes e alcaides do Suz e de Marrocos) bem como no reino de Fez onde se alimentam facções e altas figuras junto de Mulei Ahmed se mostram hostis a Portugal, lavram movimentos de autonomia que actuam, sem sanção, contra os interesses portugueses. O aumento das tensões internas e da pressão ideológica dos cacizes (marabutos) pregando a guerra santa contra os cristãos, e as contínuas propostas de paz do xarife de Marrocos ao Rei de Fez, conduzirão ao rompimento do tratado com Portugal em Setembro/Octubro desse ano depois de vários poderes regionais o terem feito (entre os quais Tetuão), agravando-se o clima de instabilidade nos lugares portugueses quer em relação a alcaides do interior, como o de Alcácer Quibir, quer em relação à defesa da costa.

Para os conselheiros do rei, não se trata de abandonar um projecto de expansão e de conquista, mas determinar qual a melhor área de investimento. Os maiores problemas parecem vir do Norte de

appartiennent – du noble au vilain qui devient soldat – l'avidité pour la richesse obtenue par le «vol» ou par le «trafic» semble, pour bon nombre d'entre eux, prévaloir sur tout idéal (de *l'Auto da Índia* de Gil Vicente de 1509 à la *Comédia Eufrosina*, écrite en 1542-1543 et publiée en 1555, jusqu'au *Soldado Prático* de Diogo do Couto, à la fin du siècle).

Même s'ils se réfèrent aux bénéfiques matériels de la Couronne qui glorifient le Portugal – grâce au commerce de l'Orient – les exhortations à leur application productive, utile à l'Expansion en tant qu'entreprise unitaire et ayant de nobles idéaux est une constante chez ces auteurs. Ils révèlent d'une certaine manière des positions proches de l'intention régaliennne et assumées tout au long du XVI^e siècle, mais dénoncent aussi combien abondent, dans la pratique, les fuites et les transgressions à ce même objectif.

La dichotomie qui s'accroît dans la quatrième décennie au niveau des prises de position entre les conseillers et les personnes que le roi consulte sur la politique à suivre en Afrique du Nord sera le reflet de tout ceci, certains défendant une guerre sainte au Maroc et d'autres la lucrative Inde. Le roi aurait-il cherché à modifier cette image afin de combiner des efforts, l'aide des sujets et celle du Pape, dans l'investissement qui lui apporterait les plus grands revenus – en le légitimant parce qu'il garantirait des avantages qui seraient appliqués dans la défense de son royaume et de la chrétienté – parvenant ainsi, à défendre et à maintenir ses dominations dans toutes ces zones?

La controverse dans les années 40 semble, en vérité, se centrer davantage sur des questions pratiques, reflétant une préoccupation fondamentale: garder la zone de domination qui apporte les meilleures recettes au Royaume et qui requière un moindre effort de maintenance²⁴. Il y a donc des préoccupations com-

1993) – «Gil Vicente e o Império» (vol. IV, pp. 333-340), «Reflexões sobre os «Fumos da Índia» avec «Antologia» (vol. V, pp. 265-376) –, et dans «Luzes e Sombras na Expansão Portuguesa – um equacionar de motivações, perdas e ganhos, em fontes literárias do século XVI», communication lors du *II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimientos e Expansão Colonial* | Actas pubs. dans le n.º 10 décembre 1995 de *Mare Liberum* (CNPCCDP), pp. 157-171.

24. Fruit d'expositions et d'échanges d'opinions à Almeirim, auprès du roi, les avis anonymes que nous datons de 1543 – voir *Problèmes de datação...* et les positions [41] et [42] – révèlent une nouvelle phase dans la présence portugaise en Afrique du Nord: le contexte qui a suivi la chute de Santa Cruz du Cap de Gué, l'abandon d'Azemor et de Safi, la croissante instabilité dans les terres du Maroc méridional (problèmes économiques, guerre entre les chérifs et les caïds du Sous et du Maroc) ainsi que dans le royaume de Fès où sont alimentées des factions et de hautes figures auprès d'Ahmed al-Wattassi se montrent hostiles au Portugal, cultivent des mouvements d'autonomie qui agissent, impunément, contre les intérêts portugais. L'aggravation des tensions internes et de la pression idéologique des marabouts prêchant la guerre sainte contre les chrétiens, et les constantes propositions de paix du chérif du Maroc au roi de Fès, conduiront à la rupture du traité avec le Portugal en septembre/octobre de cette même année après que plusieurs pouvoirs régionaux l'aient fait (parmi lesquels Tétouan), le climat d'instabilité s'aggravant dans les places portugaises que ce soit par rapport aux caïds de l'intérieur, comme celui d'El-Ksar el-Kebir, ou par rapport à la défense de la côte.

pações comuns e, portanto, questões em torno das quais se pretende não só fundamentar a opção escolhida como, ao mesmo tempo, destruir as bases da argumentação contrária.

Será que o empreendimento se funda numa causa justa? Se a guerra e a conquista em África contra o infiel toma o carácter de «reconquista» (Anónimo I, posição [41]) e encontra uma cobertura ideológica mais do que consolidada²⁵, para as atitudes bélicas e de conquista da Índia a justificação parece de facto mais controversa. Que causas e objectivos levam os capitães a fazer tantas guerras por essa Índia? – pergunta-se nos anos 40 como já se perguntava em 1509 no *Auto da Índia* e se continuará a questionar nos finais do século em relação aos verdadeiros intuítos de todos aqueles que partem para o Oriente²⁶.

A Índia, em oposição a África, representará apenas um intento de ganhar riqueza? Opondo o conceito de «honra» ao de «cobiça», ou Fez relativamente à Índia, como faz Francisco Pereira em fins de 1534, facilmente cairíamos na dicotomia vicentina português / genovês (*Exortação da Guerra*, 1514) e no discurso moralizador de tantos outros autores deste século. O «português» também é para ele o que serve a Deus e ao seu rei e glorifica Portugal num serviço que é a

África, mas não derivarão as dificuldades de domínio que Portugal enfrenta de uma dispersão de forças a favor da Índia?

Que solução? Deixar posições em África e os «inimigos à porta» para guerrear-los na Índia e no Extremo Oriente? Ou combatê-los, investir na conquista de Fez e de Marrocos? Com que meios? (posição [41]). A Índia será mais fácil de conquistar e trará maiores benefícios materiais? Os pareceres revisitam questões fundamentais como a segurança do reino e dos meios que lhe fornecem rendimento, estratégias e meios de domínio (conquista para povoar ou conquista para garantir comércio – posição [42]?), vantagens e desvantagens em termos de proveito material e de comportamento social.

25. Parecer do Anónimo I (pós-Março 1543) – posição [41]. Conselheiros e homens de guerra que se pronunciam em 1530, como Mendes Sacoto ou Simão Gonçalves da Costa, exaltam ao máximo o espírito de guerra santa (ou de santa conquista), qual «alanpada que esta ardendo diante de Deos» (Sacoto), tal como em 1534 o serviço de Deus e o do Rei (e a honra do Reino) se colocam como duas obrigações unidas no discurso de Cristóvão de Távora (5 Out.) – posição [8], de João de Melo Barreto (18 Out.) – posição [13], do visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov.) – posição [17], do bispo de Coimbra (6 Dez.) – posição [20], entre outros. Nesta linha se insere também Francisco Pereira (finais de 1534) – posições [23] e [24] – ao fazer decorrer do cumprimento da guerra ao infiel a própria dignidade régia, pretendendo que o Rei de Portugal seja «exemplo e espelho» dos reis cristãos e o português se conduza pela «honra» (onde o serviço de Deus se mistura com a glória de Portugal). Para este autor, como para Gil Vicente e tantos contemporâneos, os verdadeiros portugueses eram capitaneados por Cristo e vocacionados a obter uma «honrada fama».

26. De «cavaleiros esforçados» os portugueses transformaram-se em «mercadores cobiçosos e viciosos» – afirma-o Jorge Ferreira de Vasconcelos na *Comédia Eufrosina* (ed. com. Eugenio Asensio, Madrid, CSIC, 1951) e reafirma-o Diogo do Couto n' *O Soldado Prático* (ed. do Segundo por Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1937).

munes et, de ce fait, des questions autour desquelles on prétend non seulement fonder l'option choisie, mais en même temps, détruire les bases de l'argumentation contraire.

L'entreprise est-elle fondée sur une juste cause? Si la guerre et la conquête en Afrique contre l'infidèle prennent le caractère de «reconquête» (Anonyme I – position [41]) et trouvent une couverture idéologique plus que consolidée²⁵, pour les attitudes belliqueuses et la conquête de l'Inde, la justification semble, de fait, plus controversée. Quelles causes et quels objectifs amènent les capitaines à faire tant de guerres à travers cette Inde? – la question se pose dans les années 40 comme elle se posait déjà en 1509 dans *l'Auto da Índia* et se posera toujours à la fin du siècle concernant les vraies intentions de tous ceux qui partent en Orient²⁶. Par opposition à l'Afrique, l'Inde ne représenterait-elle que l'intention d'acquérir de la richesse? En opposant le concept d'«honneur» à celui de «cupidité» ou Fès par rapport à l'Inde, comme le fait Francisco Pereira à la fin de l'année 1534, nous tomberions facilement dans la dichotomie vicentine portugais/genois (*Exortação da Guerra*, 1514) et dans le discours moralisateur de bien d'autres auteurs de ce siècle. Le «Portu-

Pour les conseillers du roi, il ne s'agit pas d'abandonner un projet d'expansion et de conquête, mais de déterminer quel est le meilleur secteur d'investissement. Les plus grands problèmes semblent venir d'Afrique du Nord, mais les difficultés de domination auxquelles le Portugal est confronté ne proviendraient-elles pas d'une dispersion de forces en faveur de l'Inde?

Quelle est la solution? Laisser des positions en Afrique et les «ennemis sur le pas de la porte» pour les combattre en Inde et en Extrême-Orient? Ou les combattre, investir dans la conquête de Fès et du Maroc? Avec quels moyens? (position [41]). L'Inde serait-elle plus facile à conquérir et apporterait-elle de plus grands bénéfices matériels? Les avis revisitent des questions fondamentales comme la sécurité du royaume et des moyens qui lui apportent des revenus, des stratégies et des moyens de domination (conquête pour peupler ou conquête pour garantir le commerce – position [42]?), avantages et inconvénients en matière de profit matériel et de comportement social.

25. Avis de l'Anonyme I (post-mars 1543) – position [41]. Les conseillers et hommes de guerre qui se prononcent en 1530, comme Mendes Sacoto ou Simão Gonçalves da Costa, exaltent au maximum l'esprit de guerre sainte (ou de sainte conquête), telle une «alanpada que esta ardendo diante de Deos» (Sacoto), tel que se placent, en 1534, le service de Dieu et du roi (et l'honneur du royaume) comme deux obligations unies dans le discours de Cristóvão de Távora (5 oct.) – position [8], de João de Melo Barreto (18 oct.) – position [13], du vicomte de Vila Nova da Cerveira (5 nov.) – position [17], de l'évêque de Coimbra (6 déc.) – position [20], entre autres. Dans cette ligne s'insère aussi Francisco Pereira (fin 1534) – positions [23] et [24] – en faisant découler la dignité royale elle-même de l'accomplissement de la guerre à l'infidèle, en souhaitant que le roi de Portugal soit «exemple et miroir» des rois chrétiens et que le portugais soit conduit par l'«honneur» (où le service de Dieu se mélange avec la gloire du Portugal). Pour cet auteur, comme pour Gil Vicente et pour autant d'autres contemporains, les vrais portugais étaient commandés par le Christ et voués à obtenir une «honorable notoriété».

26. De «vaillants chevaliers» les portugais se transforment en «cupides et vicieux marchands» – c'est ce qu'affirme Jorge Ferreira de Vasconcelos dans la *Comédia Eufrosina* (éd. com. Eugenio Asensio, Madrid, CSIC, 1951) et réaffirme Diogo do Couto dans *O Soldado Prático* (éd. à partir du second par M. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Sá da Costa, 1937).

guerra ao infiel²⁷. Isso lhe dá «honra» e torna desprezível o «desleal cristão» / «meo homem», conforme as suas definições. Responde-se que na Índia se trata de uma guerra de defesa e justificada porque pela espada se alcança a segurança do comércio contra a tirania daqueles que o impedem (atitude contrária ao direito natural e das gentes). O objectivo da conquista decorre, assim, de uma necessidade de assegurar as escalas de um «justo» comércio (Anónimo II, posição [42]).

Os portugueses desenvolvem a sua actividade simultaneamente mercantil e militar, granjeando além da fama de esforçados (honra e glória) e o apoio de alguns poderes vizinhos, a abertura ao comércio em portos de inimigos. Se não, as mesmas armadas portuguesas que garantem a segurança e o proveito da actividade comercial, servem para impedir (justificadamente) que naus de mercadores passem aos portos hostis²⁸.

Mas será que o objectivo de uma conquista deva ser apenas o comércio ou os tributos? Para o anónimo defensor da conquista de África (posição [41]) este é apenas um benefício secundário ou mesmo accidental, quicá efémero. Assegurado o monopólio da venda das drogas, não se transformarão os portugueses em fracos como aconteceu com os outros povos mercadores que antes senhoreavam a Índia? A paz e as delícias, os «mimos» da Índia, não os debilitarão? Teme que no futuro haja «grande mudança nas couzas», que os portugueses se pervertam²⁹.

27. Em África morre em combate e com esse mesmo espírito o filho de Sá de Miranda, em 1553 em Ceuta – «Elegia a António Ferreira» in *Obras Completas* de Sá de Miranda (ed. Marques Braga), Lisboa, Sá da Costa, 1937, vol. II, pp. 16-21 –, assim como morrerá o de D. Afonso de Ataíde em Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541 – Carta deste ao bispo de Coimbra, a 7 de Abril de 1541, existente na BPE (Biblioteca Pública de Évora), CIII/2-20, f. 149v, pub. Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 345-346. O combate pela fé, porque caminho agro e perigoso, exige fidelidade a Deus e ao rei / pátria e é nisso que se fundamenta a honra individual.

28. Parecer do Anónimo II, posição [42], posterior a Março de 1543, reflectindo uma postura assumida em Almeirim e de contestação à que defendia o prosseguimento da conquista do Norte de África. Note-se que Otília Rodrigues Fontoura chamou a atenção para os pareceres que agora se comentam de Francisco Pereira (finais de 1534) – posições [23] e [24] – e do Anónimo I e do Anónimo II (1543) – posições [41] e [42] –, incluindo-os na sua diss. licenciatura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Lisboa, FLUL, 1966. Para a publicação pela primeira vez destes documentos em 1997 (*Mare Liberum* 14) e em 1998 (Separata Especial), em Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – VIII e IX, XIII e XIV, procedi a nova transcrição do manuscrito original, resultando uma versão mais completa e corrigida.

29. São diversas as vozes que se elevam acerca das mudanças de comportamento ou alteração de costumes na sociedade portuguesa e que as ligam ao desenvolvimento da Expansão ultramarina. Em 1534 insiste-se que os vassallos de D. João III detêm prata, ouro, jóias, tapeçarias, pinturas, casas, isto é, suficiente riqueza mal utilizada e que deveria ser proveitosamente canalizada para servir os interesses do Rei e do Reino, como já em 1514 insistira Gil Vicente

gais» est aussi, pour lui, celui qui sert Dieu et son roi et glorifie le Portugal dans un service qui consiste à faire la guerre contre les infidèles²⁷. Cela lui apporte «honneur» et rend méprisable «le chrétien déloyal» / «à moitié homme», selon ses définitions. La réponse est qu'en Inde, il s'agit d'une guerre de défense et qu'elle est justifiée, car par l'épée on atteint la sécurité du commerce contre la tyrannie de ceux qui l'entravent (attitude contraire au droit naturel et au droit des gens). L'objectif de la conquête découle donc d'un besoin d'assurer les échelles d'un commerce «équitable» (Anonyme II – position [42]).

Les portugais développent leur activité à la fois marchande et militaire récoltant outre la notoriété (honneurs et gloires), aide de quelques pouvoirs voisins et également l'ouverture au commerce dans des ports ennemis. Autrement dit, les mêmes armées portugaises qui garantissent la sécurité et le produit de l'activité commerciale servent à empêcher (à juste titre) que des navires marchands passent par des ports hostiles²⁸.

Mais le but d'une conquête ne devrait-il être que le commerce ou les impôts? Pour le défenseur anonyme de la conquête de l'Afrique (position [41]) cet avantage est juste un avantage secondaire ou accidentel, voire éphémère. Le monopole de la vente des drogues étant assuré, les portugais ne deviendront-ils pas faibles comme cela est arrivé à d'autres peuples marchands qui auparavant gouvernaient l'Inde? La paix et les délices, les «gâteries» de l'Inde, ne les débilitent-elles pas? Il craint qu'à l'avenir il y ait un «grand changement dans les choses», que les portugais se pervertissent²⁹.

27. En Afrique et avec ce même esprit est mort au combat le fils de Sá de Miranda, en 1553 à Ceuta – «Elegia a António Ferreira» in *Obras Completas* de Sá de Miranda (éd. Marques Braga), Lisbonne, Sá da Costa, 1937, vol. II, pp. 16-21 – et c'est ainsi qu'est mort le fils de D. Afonso de Ataíde à Santa Cruz du Cap de Gué en 1541 – Lettre de celui-ci à l'évêque de Coïmbre, du 7 avril 1541, qui se trouve à la BPE (Biblioteca Pública de Évora), CIII/2-20, f. 149v, pub. Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 345-346. Parce que le chemin est pénible et dangereux, le combat pour la foi exige fidélité à Dieu et au roi/patrie et c'est dans cela que l'honneur individuel se fonde.

28. Avis de l'Anonyme II position [42], ultérieur à mars 1543, reflétant une prise de position à Almeirim et de contestation contre celle qui défendait la poursuite de la conquête de l'Afrique du Nord.

Il est à noter qu'Otília Rodrigues Fontoura a attiré l'attention sur les opinions de Francisco Pereira (fin 1534) qui sont maintenant commentées – positions [23] et [24] – et sur celles de l'Anonyme I et de l'Anonyme II (1543) – positions [41] [42] –, dans son mémoire de licence, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Lisbonne, FLUL, 1966. Pour la première publication de ces documents en 1997 (*Mare Liberum* 14) et en 1998 (édition spéciale), Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – VIII et IX, XIII et XIV, nous avons procédé à la retranscription du manuscrit original, résultant en une version plus complète et corrigée.

29. De nombreuses voix s'élèvent concernant les changements de comportement ou de modification de coutumes dans la société portugaise associés au développement de l'Expansion d'outre-mer. En 1534, on insiste sur le fait que les vassaux de D. João III détiennent de l'argent, de l'or, des bijoux, des tapisseries, des peintures et des maisons, c'est-à-dire, assez de richesse mal utilisée et qui

Fala, por outro lado, este mesmo autor, dos riscos do domínio. Não poderá faltar o comércio e até mesmo o abastecimento, pela deslocação dos mercadores e alteração dos pontos de descarga das mercadorias ou pela guerra movida por poderes locais? Evidentemente que há sempre exemplos pontuais (neste caso da década de 20 do século XVI, seja em Ormuz ou em Malaca) para fundamentar a argumentação. O objetivo primordial é, todavia, o de salientar as debilidades da Índia em comparação com as potencialidades de África, considerando nesta os grandes reinos de Fez e de Marrocos. No Oriente, nas áreas de fixação portuguesa, os naturais, segundo este parecer, não possuem praticamente produtos da terra que os sustentem, a mercadoria vem de fora. Em confronto com a riqueza de Fez ou de Marrocos, trata-se de uma riqueza «fantástica», isto é, não natural e, portanto, investimento pouco seguro.

Antes do comércio e dos rendimentos – questiona o mesmo autor – não será a segurança do Estado e o controlo sobre poderes vizinhos o objetivo primordial de uma conquista? Há, de facto, que avaliar as maiores ou menores facilidades de conquista mas também, face a riscos e ameaças, a capacidade de manter o conquistado e as vantagens ou prejuízos dessa conservação³⁰.

Tudo deve ser avaliado, no entendimento destes observadores do século XVI, mesmo o comporta-

na *Exortação da Guerra*. Em lugar disso, gasta-se inutilmente rendas e dinheiro em vez de criar gente capaz de ir combater ou de ajudar a fortalecer os lugares do Norte de África. Além do mais, tudo isto significa que os portugueses assim desvirtuados não possuem capacidade sequer para defender o próprio Reino (Manuel de Sousa, posição [26], 1 de Janeiro de 1535).

Terão sido a Índia e a prática comercial (oposta à dura guerra em África que forma o carácter dos cavaleiros) as responsáveis por essa alteração? O Anónimo I – posição [41] – insere-se com as suas observações num tipo de crítica moralizadora que se encontra na literatura portuguesa ao longo de todo o século XVI, de Gil Vicente a Francisco Rodrigues Silveira. Chega, com Diogo do Couto, a reear a concretização de uma profecia dos mouros que dizia terem os portugueses vencido a Índia como cavaleiros e que a perderiam como mercadores. Este tipo de discurso opõe as práticas comerciais e usurárias ao espírito do nobre, do cavaleiro, do guerreiro valente e esforçado, considerando os que as praticam espíritos débeis e viciosos, vivendo e propagando a ociosidade. É fundamentalmente uma mensagem morigeradora que se pretende veicular com tais críticas ou revela apenas uma concepção nobiliárquica da sociedade? Tal dicotomia mercador/nobre, logo à partida, afasta-se da realidade... Ver notas 23 e 26. O Anónimo II – posição [42] –, ao invés, salienta que o dinheiro é o «nervo da guerra» e na Índia se combate.

30. Não é só o Norte de África com a sua extensão e múltiplas forças inimigas poderosas, nem a Índia distante e com uma fixação portuguesa ainda mais dispersa e frequentemente ameaçada por poderes regionais, que são chamados à discussão. Também o Brasil é envolvido nela sobretudo porque já atrai muita gente útil a outras regiões e nele os portugueses ficam no litoral expostos a ataques e incursões de piratas. Ver posições [41] e [42] e a propósito deste assunto o estudo de Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

Le même auteur parle également des risques de la domination. Le commerce et même l'approvisionnement ne pourraient-ils pas venir à manquer, en raison du déplacement des marchands et du changement des points de déchargements des marchandises ou à cause de la guerre menée par les autorités locales? Certes, il y a toujours des exemples ponctuels (dans ce cas la deuxième décennie du XVI^e siècle, que ce soit à Ormuz ou Malacca) pour étayer l'argumentation. L'objectif principal est néanmoins, celui de signaler les faiblesses de l'Inde par rapport aux potentialités en Afrique, en considérant parmi celles-ci les grands royaumes de Fès et du Maroc. En Orient, selon cet avis, dans les zones où les portugais se sont fixés, les autochtones ne possèdent pratiquement pas de produits issus de la terre pouvant subvenir à leurs besoins, la marchandise vient de l'extérieur. Par rapport à la richesse de Fès ou du Maroc, il s'agit d'une richesse «fantastique», c'est-à-dire non naturelle et, par conséquent, d'un investissement à risque.

Le même auteur demande si l'objectif principal d'une conquête ne serait-il pas la sécurité de l'état et le contrôle des pouvoirs voisins plutôt que le commerce et les revenus? Il faut, en effet, évaluer si la conquête est difficile ou aisée, mais aussi, compte tenu des risques et des menaces, évaluer la capacité à garder ce qui est conquis et les avantages ou les préjudices d'une telle conservation³⁰.

devoir être utilement canalisées pour servir les intérêts du roi et du royaume, sujet sur lequel en 1514 Gil Vicente dans *Exortação da Guerra* avait déjà insisté. Au lieu de cela, on dépense inutilement des rentes et de l'argent plutôt que de créer des gens capables d'aller combattre ou d'aider à fortifier les places d'Afrique du Nord. En outre, tout ceci signifie que les portugais, ainsi dépréciés, sont incapables de défendre leur propre royaume (Manuel de Sousa, position [26], 1^{er} janvier 1535).

L'Inde et la pratique commerciale (opposée à la dure guerre en Afrique qui forme le caractère des chevaliers) auront-elles été les responsables de cette modification? L'Anonyme I – position [41] – s'insère avec ses commentaires dans un type de critique moralisatrice qui se trouve dans la littérature portugaise tout au long du XVI^e siècle, de Gil Vicente à Francisco Rodrigues Silveira. Il en arrive, avec Diogo de Couto, à craindre la concrétisation d'une prophétie des maures qui disait que les portugais avaient vaincu l'Inde en tant que chevaliers, mais qu'ils la perdraient en tant que négociants. Ce type de discours oppose les pratiques commerciales et usuraires à l'esprit du noble, du chevalier, du guerrier courageux et appliqué, considérant ceux qui les pratiquent des esprits faibles et vicieux, qui vivent et propagent l'oisiveté. Est-ce fondamentalement un message moralisateur que l'on prétend véhiculer avec de telles critiques ou cela révèle-t-il juste d'une conception nobiliaire de la société? Telle dichotomie négociant/noble, s'éloigne, d'emblée de la réalité... Voir les notes 23 et 26. L'Anonyme II – position [42] –, à l'inverse, fait ressortir que l'argent est le «nerf de la guerre» et qu'en Inde on combat.

30. Ce n'est pas seulement l'Afrique du Nord avec son étendue et ses puissantes et multiples forces ennemies, ni l'Inde lointaine avec une fixation des portugais encore plus dispersée et souvent menacée par les pouvoirs régionaux, qui sont appelés à la discussion. Le Brésil est lui aussi impliqué dans celle-ci principalement parce qu'il attire déjà beaucoup de gens utiles à d'autres régions et là les portugais restent sur la côte exposée aux attaques et aux incursions des pirates. Voir les positions [41] [42] et à ce propos l'étude de Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisbonne, Edições Cosmos, 1995.

mento da população do Reino e as repercussões que nela pode ter o empreendimento ultramarino, conforme seja para África, para as Ilhas, para a Índia ou para o Brasil. Não apenas o aspecto migratório se coloca e os eventuais efeitos na economia de Portugal continental (sobretudo a nível da agricultura)³¹, mas sopesa-se também com insistência o comportamento moral dos portugueses.

Quando em 1534 – dada a impossibilidade financeira do erário régio em manter todas as posições portuguesas em Marrocos – D. João III, uma vez mais, coloca em questão a continuidade de domínio nas zonas mais expostas às ameaças xarifinas – e embora a sua decisão estivesse definida pelo menos desde 1530 –, esperava decerto garantir um comprometimento por parte das principais figuras do reino. Esse compromisso a assumir (fosse qual fosse o resultado da consulta), antes de tudo político, incluiria subtilmente uma promessa de auxílio pelos súbditos em homens e recursos³².

A condicionantes *a*) de ordem externa: o poder crescente xarifino que recentemente ameaçara Santa Cruz do Cabo de Gué (1533) e cercara Safim (Maio/Junho 1534) e as movimentações da armada turca de Barbarossa que, embora em parte pudessem ser dificultadas pelas forças imperiais, não deixavam de colocar em alerta as praças do Norte e, sobretudo, Ceuta, exigindo futuros reforços; juntavam-se condicionantes *b*) internas que a conjuntura agravou: diversas frentes

31. Nas posições [41] e [42], da década de 40, considera-se a migração para fora do Reino até salutar, uma vez que evita tensões sociais por excesso de gente desocupada. Todavia, «... disem que o Reyno se despovoa ao cheiro da canella ...», lê-se, à maneira de Sá de Miranda, no parecer do Anónimo II, que defende o investimento na Índia. Mas se a terra no Reino continua a cultivar-se, as armadas a partirem providas, as cidades e vilas a crescerem, a população a aumentar, porquê culpar a Índia, segundo ele? Há outras áreas de povoamento, as Ilhas, o Brasil... O Norte de África, na projectada conquista por alguns, não exigiria muito mais gente do que o Oriente, uma vez que para conservar a ocupação no interior marroquino seria indispensável um povoamento? Mas, pergunta o Anónimo I, não será a terra de Santa Cruz, mais do que a conquista do Norte de África, dada a sua imensidão, a coresponsável – juntamente com a partida anual de naus para a Índia cheias de gente e com poucos retornos – do despejo de meio reino, de gente necessária ao cultivo dos campos e à defesa da pátria? A argumentação é inesgotável...

32. Carta escrita entre 13 e 28 de Setembro de 1534, a solicitar pareceres fundamentados sobre a política a seguir no Norte de África. Sobre a carta dirigida a Cristóvão de Távora (com data de 13 de Setembro), v. *infra* nota 39. Indo decerto ao encontro da vontade do monarca, muitas das personalidades consultadas não só oferecem a sua vida e os seus bens, como consideram legítimo o rei exigir de todos os súbditos ajuda. Alguns falam em Cortes; outros num particular contributo dos nobres e da gente de dinheiro para o sustento de homens na guerra; um maior comprometimento por parte do clero secular e regular, das ordens militares, dos possuidores de comendas (v. nota 5); o serviço dos que permanecem na Corte excedentariamente e levando uma vida ociosa e perdulária; o contributo de cidades e vilas. É preciso despertar o Reino para as armas. Ver *Algumas posições...*

Tout doit être évalué, au sens de ces observateurs du XVI^e siècle, même le comportement de la population du Royaume et les répercussions que peut avoir sur celle-ci l'entreprise d'outre-mer, selon qu'il s'agisse de l'Afrique, des Îles, de l'Inde ou du Brésil. Ce n'est pas uniquement la question de l'aspect migratoire et les éventuels effets dans l'économie du Portugal continental (surtout au niveau de l'agriculture)³¹ qui est soulevée mais on soupèse aussi avec insistance le comportement moral des portugais.

Lorsque, en 1534 – vu l'incapacité financière du trésor royal à maintenir toutes les positions portugaises au Maroc – D. João III remet une nouvelle fois en question la continuité de la domination dans les zones les plus exposées aux menaces chérifiennes – et bien que sa décision ait été définie au moins depuis 1530 – il attendait, certainement, une garantie d'engagement de la part des principales figures du Royaume. Cet engagement à prendre, quel que soit le résultat de la consultation qui reste avant tout politique, inclurait subtilement une promesse d'aide par les sujets en hommes et en ressources³².

Aux contraintes externes, *a*): le pouvoir grandissant des chérifs qui avait récemment menacé Santa Cruz du Cap de Gué (1533) et assiégé Safi (mai/juin 1534) et les mouvements de l'armée turque de Barberousse qui, bien que pouvant être en partie entravée par les forces impériales ne pouvaient empêcher de mettre en état d'alerte les places du Nord et, par-dessus tout, Ceuta, qui nécessitait des renforts supplémentaires ;

31. Les positions [41] et [42], dans la décennie de 40, considèrent la migration hors du Royaume comme une attitude saine, car elle évite des tensions sociales provoquées par des gens sans occupation. Cependant, «... ils disent que le royaume se dépeuple à l'odeur de la cannelle...», on lit, à la manière de Sá de Miranda, dans l'avis de l'Anonyme II, qu'il défend l'investissement en Inde. Mais si les terres du Royaume continuent d'être cultivées, les armées partent approvisionnées, les petites et grandes villes grandissent, la population augmente, pourquoi accuser l'Inde, d'après celui-ci? Il y a d'autres zones de peuplement, les Îles, le Brésil... L'Afrique du Nord, dans la conquête projetée par certains, ne nécessiterait-elle pas beaucoup plus de gens qu'en Orient, étant donné que pour conserver l'occupation dans l'intérieur marocain un peuplement serait indispensable? Mais, demande l'Anonyme I, la terre de Santa Cruz ne serait-elle pas, plus que la conquête de l'Afrique du Nord, compte tenu de son immensité, la coresponsable – avec le départ annuel de navires vers l'Inde emplies de gens et peu de retour – du dépeuplement de la moitié du Royaume, de gens nécessaires pour la culture des champs et la défense de la patrie? L'argument est inépuisable...

32. Lettre écrite entre le 13 et le 28 septembre 1534, demandant un avis fondé sur la politique à suivre en Afrique du Nord. Sur la lettre adressée à Cristóvão de Távora (en date du 13 septembre), v. *infra* note 39.

Répondant certainement à la volonté du monarque, un bon nombre des personnes consultées offrent non seulement leur vie et leurs biens, mais estiment également légitime que le roi exige de l'aide à tous ses sujets. Certains parlent des Cours; d'autres d'une contribution particulière des nobles et des gens riches pour la subsistance des hommes à la guerre; un plus grand engagement de la part du clergé séculier et régulier, des ordres militaires, des propriétaires de commanderies (voir note 5); le service de ceux qui restent exagérément à la Cour menant une vie oisive et prodigue; la contribution des grandes et petites villes. Il est nécessaire de réveiller le royaume pour prendre les armes. Voir *Quelques positions...*

de combate, no Oriente, no Atlântico e no Mediterrâneo, requerendo contínuos esforços e despesas, na defesa de posições e de rotas e no combate ao corso; dispersão no Norte de África de lugares ameaçados, tanto no litoral mediterrânico (por mar e por terra) como na costa Atlântica; necessidade de contínuos socorros a lugares meridionais distantes e com acesso dificultado ou mesmo impossibilitado, como são Azamor e Safim, em permanente risco; incapacidade da fazenda real, com gastos recentes avultados e na perspectiva de mais despendar em Ceuta, de assegurar à sua custa a conservação dessas praças.

Em contrapartida, realça D. João III, uma vez mais, a obrigação do combate a mouros e turcos em defesa da cristandade e da fé – luta que, aliás, reúne nesta conjuntura as forças do imperador, as da Santa Sé e as das ordens militares³³. Mais ainda, a honra do rei compromete-o a uma conquista iniciada por D. João I e que D. Manuel I fez progredir. Apesar de referir a decisão de nada determinar sem primeiro muito reflectir e tomar conselho, na verdade o monarca português já decidira recuar em determinadas áreas, embora – justificação que até ideologicamente se lhe impunha³⁴ – para concentrar forças noutras zonas, estrategicamente favoráveis, e futuramente reiniciar a conquista dos reinos de Marrocos.

Disso estão conscientes em 1534 alguns conselheiros como Cristóvão de Távora e o visconde de Vila Nova da Cerveira. Outros sugerem ainda maior reflexão com homens conhecedores do ofício da guerra (bispo do Algarve a 15 de Outubro e Nuno Rodrigues Barreto a 1 de Novembro) ou cautela nos conselhos que recebe – Deus não permita «que venha esprito mentirozo na boca de seus conselheiros» (Manuel de Sousa,

33. Recorde-se que nesse ano de 1534 foi intensa a actividade de Barba-Roxa, almirante da frota turca, obrigando os Estados mediterrânicos a uma vigilância contínua. Temia-se o seu avanço no Mediterrâneo ocidental, qualquer ingerência turca ou argelina (cada vez se confunde mais a proveniência dos navios...) no Estreito de Gibraltar que facilmente conseguiria acolhimento nos portos atlânticos de Fez e negociar nos de Marrocos. V. nota 17.

É por diversas vias que D. João III recebe notícias das movimentações dos turcos e de Barba-Roxa. Cerca de um mês depois de receber as informações do imperador (entre 13 e 28 de Setembro de 1534) a respeito da ameaça que aquele representava para os Estados italianos, incluindo o Papado, e, provavelmente, segundo outras fontes, para Ceuta, chega-lhe de Roma uma carta de D. Henrique de Meneses (13 de Outubro) relatando-lhe a reacção aí sentida por Barba-Roxa ter tomado Tunes. A armada do imperador organizava-se e provavelmente chegaria um pedido de caravelas a Portugal – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 123, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit., t. III, pp. 119-120.

Será no ano seguinte, em 1535, que Carlos V, passando pessoalmente a África, conseguirá com uma forte armada que conta com a colaboração de Portugal (e a que se junta a conhecida iniciativa do infante D. Luís) desapossar Barba-Roxa da Goleta e, depois, de Tunes.

34. Justificação ou «desculpa» apontada no parecer do Marquês de Vila Real (30 de Outubro) – v. posição [14].

– s’ajoutaient des contraintes internes b) aggravées par la conjoncture: divers fronts de combat, en Orient, dans l’Atlantique et dans la Méditerranée, exigeant des efforts et des dépenses continus pour défendre des positions et des routes et pour le combat contre les corsaires; en Afrique du Nord, une dispersion de places menacées tant dans le littoral méditerranéen (par mer et par terre) que sur la côte Atlantique; la nécessité d’une aide continue sur les places méridionales éloignées à l’accès difficile, voire impossible, comme le sont Azemmour et Safi, en risque constant; l’incapacité du trésor royal avec de lourdes dépenses récentes et ayant en perspective de dépenser davantage à Ceuta et d’assurer à ses frais la conservation de ces places.

En revanche, D. João III souligne, une fois de plus, l’obligation de combattre les maures et les turcs pour la défense de la chrétienté et de la foi – une lutte qui, d’ailleurs, réunit dans cette conjoncture les forces de l’empereur, celles du Saint-Siège et celles des ordres militaires³³. Par ailleurs, l’honneur du roi l’engage à une conquête commencée par D. João I et que D. Manuel I fera progresser. Bien qu’il évoque la décision de ne rien déterminer sans avoir au préalable mûrement réfléchi et pris conseil, le monarque portugais avait déjà, en vérité, décidé de se retirer dans certaines zones, – une justification qui s’imposait idéologiquement à lui³⁴ – pour concentrer des forces dans d’autres zones, stratégiquement favorables et pour redémarrer plus tard la conquête des royaumes du Maroc.

En 1534, quelques conseillers comme Cristóvão de Távora et le vicomte de Vila Nova de Cerveira en sont bien conscients. D’autres suggèrent également une plus grande réflexion avec des hommes connaisseurs du métier de la guerre (l’évêque de l’Algarve le 15 octobre et Nuno Rodrigues Barreto le 1^{er} novembre)

33. Rappelons que cette année de 1534 l’activité de Barberousse, l’amiral de la flotte turque, a été intense forçant la surveillance continue des États de la Méditerranée. Il était à craindre qu’il n’avance dans la Méditerranée occidentale, toute ingérence turque ou algérienne (l’origine des navires étant de plus en plus difficile à discerner...) dans le détroit de Gibraltar pourrait facilement être accueillie dans les ports atlantiques de Fès et négocier dans ceux du Maroc. Voir note 17.

C’est à partir de différentes sources d’information que D. João III reçoit des nouvelles des mouvements des turcs et de Barberousse. Environ un mois après avoir reçu des informations de l’empereur (entre le 13 et le 28 septembre 1534) sur la menace que celui-ci représentait pour les États italiens, y compris pour la papauté, et probablement, selon d’autres sources pour Ceuta, il reçut une lettre de Rome, de D. Henrique de Meneses (13 octobre), rapportant la réaction que l’on y ressentait vis-à-vis de la prise de Tunis par Barberousse. L’armée de l’empereur s’organisa et en vint, probablement, à demander des caravelles au Portugal – *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 123, pub. *Corpo Diplomático Português...* cit., t. III, pp. 119-120. Ce ne sera que l’année suivante, en 1535, que Charles V, en passant personnellement par l’Afrique, réussira, avec une forte armée qui compte avec la collaboration du Portugal (et qui se joint à l’initiative bien connue de l’Infante D. Luís), à exproprier Barberousse de La Goulette puis de Tunis.

34. Justification ou «excuse» indiqué dans l’avis du marquis de Vila Real (30 octobre) – voir position [14].

1535)³⁵. Há, portanto, de novo divergências e até desconfiança ou inimizade relativamente aos auxiliares directos do rei, ou então, subtileza de discurso numa oposição directa às decisões do rei.

Seja como for, a questão maior para o monarca é garantir apoios e, nomeadamente contornar, sem desprestígio político a nível interno nem internacional, as dificuldades financeiras, assegurando a sua imagem. Ele tem os seus auxiliares directos, os seus agentes, dispõe de informações e dados que só agora – e sigilosamente – transmite às pessoas consultadas, ao chegar a um ponto de ruptura. Define secretamente a situação financeira, a sua realidade, o campo de hipóteses e os seus propósitos. De certo modo canaliza a reflexão e, quiçá, condiciona as respostas.

Em 1541, num contexto extremamente agravado, haverá de novo a preocupação de informar os conselheiros de uma situação explosiva – o cerco e ameaça a Safim e Azamor – e de pedir reflexão sobre a melhor solução a tomar, particularmente após a queda de Santa Cruz do Cabo de Guer. Ostensivamente, então, abstém-se de revelar a sua vontade e pede pareceres fundamentados³⁶.

Finalmente as praças portuguesas de Safim e Azamor acabam por ser evacuadas em Outubro de 1541, concretizando este abandono um projecto de pelo menos onze anos. Decorrerão mais cerca de oito anos até à decisão final de evacuar Alcácer Ceguer e Arzila. Não teria havido suficiente reflexão e ponderação por parte do monarca, uma observação atenta de factores de ordem interna e externa, diálogo com homens de diversificado saber e experiência, até se chegar a este tipo de solução?

ou de prendre des précautions par rapport aux conseils qu'il reçoit – Dieu nous préserve « que vienne un esprit menteur dans la bouche de ses conseillers » (Manuel de Sousa, 1535)³⁵. Il y a donc à nouveau des divergences allant jusqu'à la méfiance ou l'inimitié à l'égard des assistants directs du roi, ou alors, une subtilité dans le discours qui s'oppose directement aux décisions de ce dernier.

Quoi qu'il en soit, l'enjeu majeur pour le monarque est d'assurer le soutien et, en particulier de contourner, sans discrédit politique dans les affaires intérieures ou internationales, les difficultés financières tout en préservant son image. Il a ses assistants directs, ses agents, il dispose d'informations et de données qu'il ne transmet que maintenant – et confidentiellement – aux personnes consultées, lorsqu'il atteint un point de rupture. Il définit secrètement la situation financière, sa réalité, le champ des hypothèses d'actions et ses objectifs. D'une certaine manière, il canalise la réflexion et conditionne, probablement, les réponses. En 1541, dans un contexte extrêmement aggravé, il aura à nouveau la préoccupation d'informer les conseillers d'une situation explosive – le siège et la menace à Safi et Azemmour – et de solliciter une réflexion sur la meilleure solution à adopter, notamment après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué. Ostensiblement, il s'abstient alors de révéler sa volonté et demande des avis fondés³⁶.

Finalmente, les places portugaises de Safi et Azemmour finissent par être évacuées en octobre 1541, leur abandon concrétisant un projet d'il y a au moins onze ans. Huit ans environ se seront écoulés jusqu'à la décision finale d'évacuer El-Ksar es-Seghir et Asilah. Y aurait-il eu un manque de réflexion et de pondération de la part du monarque, d'observation attentive des facteurs d'ordre interne et externe, de dialogue avec des hommes ayant divers savoirs et expériences pour en arriver à ce type de solution?

35. Ver *Algumas posições...* [8], [17], [12], [16] e [26].

36. Carta do Rei, impressa por Álvaro Pires de Távora na sua *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora*, Paris, 1648, p. 10, publicada por Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – XI, p. 163 (1997) e p. 129 (1998), datando-a de finais de Março ou começos de Abril de 1541. Segundo Frei Luís de Sousa nos *Anais de D. João III* (ed. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 208-209), o monarca ouviu em 1541 os pareceres de infantes e de muitos fidalgos velhos e experimentados que concordaram na conveniência de deixar as duas praças meridionais, facto que o rei sabia há anos. Foi esta, portanto, uma matéria bem discutida e assentada. Ver também Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III* (Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976, p. II, cap. LXXXX, pp. 567-569), que embora datando o acontecimento erradamente de 1542, afirma também ter sido do parecer de todos os conselheiros e de muitos homens práticos nas coisas da guerra e de príncipes cristãos que o monarca teria consultado. Não é possível por ora conhecer a fundo as diversas posições, uma vez que até agora poucos pareceres escritos desta data foram localizados.

35. Voir *Quelques positions...* [8], [17], [12], [16] et [26].

36. Lettre du roi, imprimée par Álvaro Pires de Távora dans son *Historia de Varoens illvstres do appellido Tavora*, Paris, 1648, p. 10, publiée par Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos* – XI, p. 163 (1997) et p. 129 (1998), la datant de fin mars ou début avril 1541. Selon Frei Luís de Sousa dans les *Anais de D. João III* (éd. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 208-209), en 1541 le monarque a entendu les opinions des infantes et celles de nombreux nobles âgés et expérimentés qui ont convenu de l'opportunité de laisser les deux places méridionales, un fait que le roi savait depuis des années. Il s'agissait donc d'une question bien discutée et réglée. Voir aussi Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III* (Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976, p. II, cap. LXXXX, pp. 567-569), qui bien que datant, à tort, l'événement de 1542, affirme également que cela aurait été l'avis de tous les conseillers et de nombreux hommes experts dans les choses de la guerre et des princes chrétiens que le monarque aurait consultés. Il n'est pas possible pour l'instant de connaître en profondeur les différentes positions, car jusqu'à présent très peu d'avis écrits concernant cette date ont été trouvés.

Os mouros à porta: uma situação instável. Que estratégia?

É abundante a correspondência régia trocada em 1534 com numerosos conselheiros a propósito da situação no Norte de África mesmo antes da carta-padrão de Setembro desse ano. Podemos verificá-lo através de algumas respostas³⁷. O próprio rei envia uma carta – por portador – expondo a situação e acompanhada de uma folha com informações sigilosas de ordem financeira, antecipando a missiva acima referida³⁸.

37. Nuno Rodrigues Barreto a 1 de Novembro de 1534 afirma já ter dado parecer anterior sobre Ceuta e o bispo de Lamego pede a 7 de Outubro que se leia um outro parecer que já dera a pedido do rei sobre essas matérias, do qual envia cópia – ver posições [16] e [10].

38. D. João III enviou uma carta a diversas personalidades, acompanhada de um «papel de fora» de âmbito sigiloso sobre assuntos da fazenda. Esse «apontamento», «folha» ou «memorial», como lhe chamam alguns conselheiros, que continha as despesas e rendimentos do Reino, Ilhas, Índia e demais comércio, é por certo o que Frei Luís de Sousa refere nos *Anais de D. João III...* cit., vol. II, p. 241, identificado no que respeita a valores ao documento do ANTT, pub. Elaine Sanceau, *Colecção de São Lourenço*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, I, pp. 38-42. Quanto ao conteúdo e forma da carta, onde coloca as questões fundamentais que recolocará no pedido de pareceres de 13 de Setembro de 1534, trata-se de uma minuta dirigida ao Mestre e sem data, existente no ANTT, *Gaveta II*, 7-1 (e em cópia na BNP), pub. SIHM, *Port.*, t. II – p. II, pp. 637-639 e n'As *Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, t. I, pp. 827-829 e ainda copiado por A. Meyrelles do Souto, «O Abandono das praças do Norte de África», *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 285-287.

Importa, contudo, a sua análise uma vez que inclui uma lista de nomes a quem a carta se deveria dirigir, com as respectivas fórmulas de saudação. Quanto às respostas, conhece-se o parecer de alguns dos contactados que assinalarei com * no rol que se segue e cujos resumos introduzi em *Algumas posições...* Existem cópias de respostas na BNP, *Fundo Geral*, Ms. 18, ff. 298v-338 e traduções de algumas nas *SIHM, França*, t. I. Das restantes menções subsistem muitas dúvidas na identificação quando a informação no documento é demasiado simplificada, dado que se detectam múltiplos homónimos contemporâneos.

Rol: 1. Mestre * (da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho natural de D. João II, duque de Coimbra); 2. Marquês, filho do anterior (de Torres Novas, D. João de Lencastre, futuro duque de Aveiro); 3. Marquês de Vila Real * (D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim e de Valença, capitão hereditário de Ceuta); 4. Conde de Penela (D. João de Vasconcelos e Meneses); 5. Conde de Linhares (D. António de Noronha); 6. Bispo de Coimbra * (bispo conde D. Jorge de Almeida); 7. Bispo da Guarda (D. Jorge de Melo); 8. Bispo de Lamego * (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, futuro arcebispo de Lisboa); 9. Bispo de Silves * (ou do Algarve, D. Fernando Coutinho); 10. Tristão da Cunha (do Conselho de D. Manuel I, embaixador ao Papa em 1514, pai de Nuno da Cunha governador da Índia); 11. Governador (da Casa do Cível, D. Fernando de Castro); 12. Vasqu'Eanes Corte Real (alcaide-mor de Tavira, capitão da ilha de S. Jorge); 13. Aires de Sousa (eclesiástico?); 14. António de Saldanha (capitão-mor da armada a Tunes em 1535); 15. João de Saldanha (capitão-mor de naus da Índia, experiência em Tânger e Tunes 1535); 16. João Rodrigues de Sá * (de Meneses, alcaide-mor do Porto); 17. Jorge de Melo (do Conselho, Monteiro-mor?); 18. Almirante António de Azevedo (filho de Lopo Vaz de Azevedo); 19. Capitão da ilha (da Madeira, João Gonçalves da Câmara?); 20. D. Afonso de Ataíde (3.º conde de Atouguia, alcaide-mor de Coimbra, pai de D. Luís de Ataíde vice-rei da Índia); 21. Visconde * (de Vila Nova da Cerveira, D. Rodrigo de Lima); 22. D. João de Castro (Tunes 1535, Oriente, futuro vice-rei da Índia); 23. D. João de Meneses (alferes-mor do Reino?); 24. Diogo Lopes de Lima (do Conselho, alcaide-mor de Guimarães?).

Les maures sur le pas de la porte : une situation instable. Quelle stratégie?

La correspondance royale en 1534 avec de nombreux conseillers à propos de la situation en Afrique du Nord, avant même la lettre type de septembre de cette année-là, est abondante. Nous pouvons le constater à travers quelques réponses³⁷. Le roi lui-même envoie une lettre – par messenger – en exposant la situation, accompagnée d'un feuillet contenant des informations confidentielles d'ordre financier, anticipant la lettre susmentionnée³⁸. Celle-ci fut, à son tour,

37. Nuno Rodrigues Barreto, le 1^{er} novembre 1534, affirme avoir déjà donné précédemment un avis sur Ceuta et l'évêque de Lamego demande le 7 octobre qu'on lise un autre avis qu'il avait déjà donné à la demande du roi sur ces questions, dont il envoie la copie – voir positions [16] e [10].

38. D. João III a envoyé une lettre à diverses personnalités, accompagnée d'un « papier non » à caractère confidentielle sur les questions de finances. Cette « note », « feuille » ou « mémorial », comme certains conseillers l'on appelé, contenant les dépenses et les revenus du Royaume, des Îles, de l'Inde et des autres commerces, est certainement ce que Frei Luís de Sousa mentionne dans *Anais de D. João III...* cit., vol. II, p. 241, identifié, en ce qui concerne les valeurs, au document des ANTT, pub. Elaine Sanceau, *Colecção de São Lourenço*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, I, pp. 38-42.

Quant au contenu et à la forme de la lettre, où il pose les questions fondamentales qu'il reposera dans la demande d'avis du 13 septembre 1534, il s'agit d'un libellé adressé au Maître et non datée, qui se trouve dans les ANTT, *Gaveta II*, 7-1 (et une copie dans la BNP), pub. SIHM, *Port.*, t. II, p. II, pp. 637-639 et dans *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, t. I, pp. 827-829 et également copié par A. Meyrelles do Souto, «O Abandono das praças do Norte de África», *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 285-287.

Cependant, son analyse est importante puisqu'elle comprend une liste de noms auxquels la lettre devait s'adresser, avec les formules de salutation respectives. Quant aux réponses, on connaît l'avis de certains des contacts que nous signalerons avec un * dans la liste qui suit et dont nous avons introduit les résumés dans *Quelques positions...* Il existe des copies des réponses à la BNP, *Fundo Geral*, Ms. 18, ff. 298v-338 et des traductions de certaines d'entre elles dans *SIHM, France*, t. I. Dans les autres mentions, de nombreuses questions restent à déterminer quant à l'identification lorsque l'information dans le document est trop simplifiée, car on détecte de multiples homonymes contemporains.

Liste : 1. Maître * (de l'Ordre de Saint-Jacques, D. Jorge, fils naturel de D. João II, duc de Coimbra) ; 2. Marquis, fils du précédent (de Torres Novas, D. João de Lencastre, futur duc d'Aveiro) ; 3. Marquis de Vila Real * (D. Pedro de Meneses, comte d'Alcoutim et de Valença, capitaine héréditaire de Ceuta) ; 4. Comte de Penela (D. João de Vasconcelos e Meneses) ; 5. Comte de Linhares (D. António de Noronha) ; 6. Évêque de Coimbra * (*Bispo conde* D. Jorge de Almeida) ; 7. Évêque de Guarda (D. Jorge de Melo) ; 8. Évêque de Lamego * (D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, futur archevêque de Lisbonne) ; 9. Évêque de Silves * (ou de l'Algarve, D. Fernando Coutinho) ; 10. Tristão da Cunha (du Conseil de D. Manuel I, ambassadeur auprès du Pape en 1514, père de Nuno da Cunha gouverneur de l'Inde) ; 11. Gouverneur (de la *Casa do Cível*, D. Fernando de Castro) ; 12. Vasqu'Eanes Corte Real (*alcaide-mor* de Tavira, capitaine de l'île de S. Jorge) ; 13. Aires de Sousa (ecclésiastique ?) ; 14. António de Saldanha (*capitão-mor* de l'armée à Tunis en 1535) ; 15. João de Saldanha (*capitão-mor* de navires de l'Inde, expérience à Tanger et Tunis 1535) ; 16. João Rodrigues de Sá * (de Meneses, *alcaide-mor* de Porto) ; 17. Jorge de Melo (du Conseil, Monteiro-mor ?) ; 18. Almirante António de Azevedo (fils de Lopo Vaz de Azevedo) ; 19. Capitaine de l'île (de Madère João Gonçalves da Câmara ?) ; 20. D. Afonso de Ataíde (3^e comte de Atouguia, *alcaide-mor* de Coimbra, père de D. Luís de Ataíde vice-roi de l'Inde) ;

Esta, por seu turno, sofreu uma elaboração faseada, interrompida a 13 de Setembro e concluída a 28 do mesmo mês, nela se acrescentando notícias recentemente recebidas do imperador sobre o Turco³⁹. Foram decerto cerca de quinze dias de alerta a qualquer informação que ajudasse a clarificar a situação de Marrocos e do Mediterrâneo.

Das cerca de trinta e oito entidades que sabemos terem sido contactadas sobre este assunto, conhece-se o texto escrito apenas de dezoito, o que não permite conclusões definitivas⁴⁰. Tiveram acesso, como atrás referi, a conhecimentos de âmbito sigiloso sobre

élaborée de manière progressive, interrompue le 13 septembre et terminée le 28 du même mois, ajoutant des nouvelles récemment reçues de l'empereur sur le Turc³⁹. Ce furent certainement environ quinze jours d'alerte pour toutes informations qui puissent aider à clarifier la situation du Maroc et de la Méditerranée. Parmi les environ trente-huit personnalités dont nous savons qu'elles ont été contactées à ce sujet, nous ne connaissons le texte écrit que de dix-huit d'entre elles, ce qui ne nous permet pas de tirer des conclusions définitives⁴⁰. Elles ont eu accès, comme nous

39. Esta carta de D. João III pedindo pareceres sobre a política a seguir no Norte de África e sobre o futuro de Safim e Azamor, começada em Évora a 13 de Setembro de 1534, conforme consta da cópia dirigida a Cristóvão de Távora, sofreu um aditamento terminado a 28 de Setembro, segundo uma outra cópia dirigida ao Mestre de Santiago. A primeira foi publicada por Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 6-8, e a partir dessa impressão copiada nas *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 640-644. Dela fiz nova transcrição em Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos*, I, pp. 121-123 (1997) e pp. 87-89 (1998). A segunda referida, que terá servido de minuta a diversas epístolas, encontra-se no ANTT, *Gaveta XV*, 14-24, pub. nas *Gavetas*, t. IV, 1964, pp. 469-471 e cop. *Studia*, n.º 33, Dezembro de 1971, pp. 287-289.

Próxima da primeira cópia, embora datada de 25 de Novembro de 1534, é a carta que o Rei dirigiu aos «Vereadores, procurador e procuradores dos mesteres» da cidade de Lisboa – *Liv. II de D. João III*, f. 157, pub. por Eduardo Freire de Oliveira nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1887, p. I, t. I, pp. 534-537, havendo ainda outras cópias, incluindo uma dirigida ao bispo de Coimbra – ANTT, *Gaveta II*, 7-44. Ver BNP, *Fundo Geral*, cx. 199, n.º 38 e ms. 18, ff. 214v-218.

Nesta carta onde o Rei volta a colocar as mesmas questões e a pedir um parecer fundamentado, embora aduzindo novas das movimentações de Barba-Roxa, dos preparativos das forças cristãs e das medidas tomadas para a defesa de Ceuta, refere uma vez mais o acesso sigiloso das pessoas consultadas a uma folha sobre a fazenda.

Note-se, contudo, que a carta dirigida ao Mestre, existente na *Gaveta XV*, 14-24, apesar de minuta, intitulada «Nota da carta que se spreveo aos do Conselho sobre o negocio de Çafym e Azamor», contém referências personalizadas ausentes da versão dirigida a Cristóvão de Távora. Não só menciona o destinatário, «Honrado mestre», como acrescenta, ao mostrar-se determinado a nada decidir sem primeiro muito reflectir e tomar conselho: «e muy em special sem o voso que ey por muy certo que com muyto amor e boa vontade mo dares e olhares e consiraes como tamanho caso o requere e sera tam fiel e verdadeiro como a meu serviço compre» (pub. *Gavetas*, IV, p. 470). Tirando estas diferenças, pode-se dizer que em quase tudo o resto, com pequenas divergências de ortografia ou sintaxe, o conteúdo das duas versões coincide.

40. Além dos nomes assinalados com * na nota 38, conhecem-se mais alguns indivíduos que responderam com um parecer à carta de D. João III: 1. Cristóvão de Távora (do Conselho de D. Manuel I e de D. João III); 2. Infante D. Fernando (irmão de D. João III e duque da Guarda); 3. João de Melo Barreto; 4. D. Francisco Lobo (alcaide-mor de Campo Maior, futuro embaixador junto de Carlos V); 5. Nuno Rodrigues Barreto (do Conselho, alcaide-mor de Faro); 6. João Mendes de Vasconcelos (do Conselho, senhor do Morgado de Esporão); 7. Fernão Vaz de Sampaio (do Conselho); 8. Francisco Pereira (Pestana? experiência em África e na Índia); 9. Conde da Castanheira (D. António de Ataíde); 10. Manuel de Sousa (do Conselho e alcaide-mor de Arronches); 11. D. Fradique Manuel (alcaide-mor de Alvor). D. Francisco de Castelo Branco (do Conselho e camareiro-mor) terá também dado um parecer ao Rei, em Setembro de 1534, cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, p. 240.

21. Vicomte * (de Vila Nova da Cerveira, D. Rodrigo de Lima); 22. D. João de Castro (Tunis 1535, Orient, futur vice-roi de l'Inde); 23. D. João de Meneses (*alferes-mor* du Royaume?); 24. Diogo Lopes de Lima (du Conseil, *alcaide-mor* de Guimarães?).

39. Cette lettre de D. João III demandant des avis sur la politique à suivre en Afrique du Nord et sur l'avenir de Safi et d'Azemmour, commencée à Évora le 13 septembre 1534, tel qu'indiqué sur la copie adressée à Cristóvão de Távora, a eu un ajout qui a terminé le 28 septembre, conformément à une autre copie adressée au maître de Santiago. La première a été publiée par Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 6-8 et a été copiée, à partir de cette impression, dans les *SIHM, Port.*, t. II, p. II, pp. 640-644. Nous avons fait une nouvelle retranscription dans Maria Leonor García da Cruz, *Controvérsias. Compilação de Documentos*, I, pp. 121-123 (1997) et pp. 87-89 (1998). La seconde mentionnée, qui aura servi de libellé à divers épitres, se trouve dans l'ANTT, *Gaveta XV*, 14-24, pub. dans *Gavetas*, t. IV, 1964, pp. 469-471 et cop. *Studia*, n.º 33, décembre 1971, pp. 287-289. Bien que datée du 25 novembre 1534, la lettre que le roi adresse aux « vereadores, procureur et aux procureurs des métiers » de la ville de Lisbonne, est proche de la première copie – *Liv. II de D. João III*, f. 157, pub. par Eduardo Freire de Oliveira dans *Elementos para a História do Município de Lisboa*, p. I, t. I, Lisbonne, Typographia Universal, 1887, pp. 534-537, et il existe encore d'autres copies, dont une adressée à l'évêque de Coimbra – ANTT, *Gaveta II*, 7-44. Voir BNP, *Fundo Geral*, Cx. 199, n.º 38 et ms. 18, ff. 214v-218.

Dans cette lettre, où le roi pose de nouveau les mêmes questions et demande un avis fondé, tout en donnant des nouvelles des mouvements de Barberousse, des préparatifs des forces chrétiennes et des mesures prises pour la défense de Ceuta, il mentionne une fois de plus l'accès confidentiel des personnes consultées concernant un feuillet relatif au Trésor du royaume.

Notons, cependant que la lettre adressée au Maître qui se trouve dans la *Gaveta XV*, 14-24, bien qu'il s'agisse d'un libellé, intitulé « Nota da carta que se spreveo aos do Conselho sobre o negocio de Çafym e Azamor » il contient des références personnalisées absentes dans la version adressée à Cristóvão de Távora. Non seulement il mentionne le destinataire, « Honrado mestre », mais il ajoute également, pour montrer qu'il est déterminé à ne rien décider sans avoir d'abord bien réfléchi et demander conseil : « e muy em special sem o voso que ey por muy certo que com muyto amor e boa vontade mo dares e olhares e consiraes como tamanho caso o requere e sera tam fiel e verdadeiro como a meu serviço compre » (pub. *Gavetas*, IV, p. 470). En dehors de ces différences, nous pouvons dire que dans presque tout le reste, avec des différences mineures d'orthographe ou de syntaxe, le contenu des deux versions coïncide.

40. Outre les noms signalés par un* dans la note 38, nous connaissons quelques autres personnes qui ont répondu, en donnant leur avis, à la lettre de D. João III : 1. Cristóvão de Távora (du Conseil de D. Manuel I et de D. João III); 2. L'infant D. Fernando (frère de D. João III et duc de Guarda); 3. João de Melo Barreto; 4. D. Francisco Lobo (*alcaide-Mor* de Campo Maior, futur ambassadeur auprès de Charles V); 5. Nuno Rodrigues Barreto (du Conseil, *alcaide-mor* de Faro); 6. João Mendes de Vasconcelos (du Conseil, senhor do Morgado de Esporão); 7. Fernão Vaz de Sampaio (du Conseil); 8. Francisco Pereira (Pestana? expérience en Afrique et en Inde); 9. Comte da Castanheira (D. António de Ataíde); 10. Manuel de Sousa (du Conseil et *alcaide-mor* de Arronches); 11. D. Fradique Manuel (*alcaide-mor* de Alvor). D. Francisco de Castelo Branco

que deveriam reflectir auxiliando-se também da informação «notória» que facilmente obteriam a respeito da situação no Norte de África. Ocupando posições diferenciadas em termos de escala social, de função e de experiência, é também variável a visão que têm do mosaico político de Marrocos ou das características das praças portuguesas e, caso conheçam essa realidade, fica por determinar até que ponto estão familiarizados com outras áreas do império ultramarino, sua definição, objectivos e dificuldades, conseguindo a partir de uma perspectiva global sopesar o problema específico que lhes é colocado.

Seja como for, em 1534 reflectem a pedido do monarca sobre uma determinada grelha de questões interligadas, fundamentalmente de ordem política e estratégica: abandonar ou não Safim e Azamor; em alternativa deixar nesses lugares fortalezas roqueiras; quando se conseguirem condições financeiras para a conquista do Norte de África, por onde começar essa intervenção, por Fez ou por Marrocos? São, portanto, questões que exigem uma perspectiva diacrónica da presença portuguesa nessa área e conhecimentos actualizados, de forma a conseguir projectar a política futura.

Em 1541, pela análise da documentação da época e do conteúdo dos poucos pareceres conhecidos (apenas cinco, sendo pelo menos três de individualidades que em 1534 já haviam dado opinião escrita)⁴¹, depara-se-nos uma situação de emergência. Ao saber do cerco xarifino a Santa Cruz do Cabo de Guér e percebendo as necessidades e ameaças dos outros lugares meridionais, o rei ainda em Almeirim tomou as primeiras providências para socorrer os sitiados e Mazagão⁴², após o que partiu para Lisboa (a 9 de Março?) a fim de, com a maior brevidade, tomar as decisões que se impunham. Segundo os *Anais de D. João III*⁴³ reuniu Conselho geral para estudar o auxílio a Azamor e Mazagão. De facto, terá escrito por essa época uma primeira carta sobre providências tomadas e pedindo parecer⁴⁴.

l'avons dit plus haut, à des informations à caractère confidentiel sur lesquelles elles devaient réfléchir en s'appuyant également sur des renseignements « notoires » qu'elles obtiendraient facilement concernant la situation en Afrique du Nord. La vision qu'elles ont de la mosaïque politique du Maroc ou des caractéristiques des places portugaises varie également selon les positions distinctes qu'elles occupent en termes d'échelle sociale, de fonction et d'expérience. Il reste à déterminer, dans le cas où elles connaîtraient cette réalité, dans quelle mesure elles sont familiarisées avec d'autres régions de l'empire d'outre-mer, avec leur définition, leurs objectifs et leurs difficultés, parvenant, dans une perspective globale, à évaluer le problème spécifique qui leur est posé.

Quoi qu'il en soit, en 1534 elles réfléchissent, à la demande du monarque, sur une certaine grille de questions interconnectées, essentiellement d'ordre politique et stratégique : l'abandon ou non, de Safim et d'Azemmour; en alternative, laisser sur ces lieux des places fortes; lorsqu'on obtiendrait des conditions financières pour la conquête de l'Afrique du Nord, par où devrait-on commencer cette intervention, par Fès ou par le Maroc? Ce sont, donc, des questions qui exigent une perspective diachronique de la présence portugaise dans ce secteur et des connaissances mises à jour, capables d'œuvrer à l'élaboration d'une future politique viable.

En 1541, d'après l'analyse de la documentation de l'époque et du contenu des quelques avis connus (seulement cinq, trois d'entre eux étant d'individualités qui en 1534 avait déjà donné leur avis par écrit)⁴¹, nous sommes face à une situation d'urgence. En apprenant le siège chérifien à Santa Cruz du Cap de Gué et prenant conscience des besoins et des menaces qui pesaient sur les autres places méridionales, le roi, qui se trouvait encore à Almeirim, fit les premiers pas pour venir en aide aux assiégés et à Mazagan⁴², après quoi il partit vers Lisbonne (le 9 mars?), afin de prendre, dans les plus brefs délais, les décisions nécessaires. Selon les *Anais de D. João III*⁴³ il réunit le Conseil général pour étudier l'aide à Azemmour et Mazagan. De fait, il aurait écrit à cette époque une première lettre à propos des mesures qui avaient été prises et pour demander des avis⁴⁴.

41. Pareceres do bispo de Coimbra (20 Março 1541), Cristóvão de Távora (entre meados e finais de Abril), o conde da Feira, D. Manuel Pereira (25 Abr.), o visconde de Vila Nova da Cerveira (30 Abr.), o conde da Castanheira (pós-queda de Santa Cruz) – v. posições [31] a [34] e [40].

42. Carta de D. João III, de 7 de Março de 1541 (Almeirim) ao conde da Castanheira, pub. J. D. M. Ford, *Letters of John III. King of Portugal. 1521-1557*, Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1931, pp. 365-366.

43. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, vol. II, pp. 179-180.

44. Respondeu-lhe a 20 de Março de 1541 o bispo de Coimbra que nesse dia recebera a carta e também a ela se refere o visconde de Vila Nova da Cerveira. Este quando lhe chegou a carta já sabia da queda de Santa Cruz (v. *supra*, nota 41).

(du Conseil et *camareiro-mor*) aurait également donné un avis au roi, en septembre 1534, cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, p. 240.

41. Avis de l'évêque de Coïmbre (le 20 mars 1541), Cristóvão de Távora (vers le milieu et la fin avril), le comte de Feira, D. Manuel Pereira (le 25 avr.), le vicomte de Vila Nova da Cerveira (le 30 avr.), le comte de Castanheira (après la chute de Santa Cruz) – v. positions [31] à [34] et [40].

42. Lettre de D. João III, du 7 mars 1541 (Almeirim) au comte de Castanheira, pub. J. D. M. Ford, *Letters of John III. King of Portugal. 1521-1557*, Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1931, pp. 365-366.

43. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, pp. 179-180.

44. L'évêque de Coïmbre ayant reçu la lettre, à laquelle se réfère également le vicomte de Vila Nova da Cerveira, le 20 mars 1541 lui

A notícia sobre a queda de Santa Cruz rapidamente conhecida em Lisboa, por via de Safim e das caravelas que estiveram junto da praça sitiada, em finais de Março, conforme o refere Frei Luís de Sousa, levou D. João III, segundo apurei, a escrever uma segunda carta pedindo novos pareceres e dando conta dos socorros efectuados a Azamor e Mazagão, como fora discutido com os conselheiros anteriormente⁴⁵. Convocou de novo, nessa mesma ocasião, o Conselho e expôs-lhe a nova situação. As palavras que proferiu, registadas por Sousa⁴⁶, coincidem com toda a probabilidade com uma terceira carta a que responderam conselheiros como Cristóvão de Távora entre meados e finais de Abril (posição [32]) e o conde da Feira a 25 desse mês (posição [33]). É pois, após afinçada troca de reflexões, que o monarca irá patentear intuítos de conquista em Marrocos, despertando forte repercussão em todo o Norte de África⁴⁷, e enviar ao rei de Fez, em finais de Maio de 1541, um embaixador.

Em 1534-1535, respondendo às questões que D. João III colocara, o bispo de Coimbra abstém-se, embora em 1541 incentive o rei ao socorro das praças meridionais (serviço de Deus) e ofereça recursos materiais e humanos, seus e do bispado. Das restantes dezassete respostas conhecidas de 1534-1535, nove admitem a necessidade de se abandonar os lugares de Safim e Azamor – Cristóvão de Távora, o infante D. Fernando (só Azamor), o bispo de Lamego (também Cabo de Guer), o Mestre de Santiago (também outros lugares mais fracos), o Marquês de Vila Real (adiando), D. Francisco Lobo, João Mendes de Vasconcelos (adiando), o conde da Castanheira, Francisco Pereira –,

45. Recebem-na a 12 de Abril o visconde, cuja resposta data de 30 desse mês, e o conde da Feira que responde a 22 de Abril (v. *supra*, nota 41).

46. Ver *supra*, nota 36. Frei Luís de Sousa terá tido acesso a uma versão muito próxima numas Memórias de Lourenço Pires de Távora (de certo o mesmo original que serviu à compilação da *Historia de Varoens...* cit.), transcrevendo-a nos seus *Anais...* cit., vol. II, p. 180. Desse comentário deduzi a datação e tratar-se de um registo oral.

47. Inácio Nunes Gato ao escrever de Safim a 30 de Maio de 1541 a D. João III – posição [35] –, transmitindo-lhe informações obtidas por intermédio de um judeu vindo de Marraquexe, revela diversas reacções ocorridas a nível de governantes e populações dos diferentes poderes do Norte de África, em relação à história recente dos lugares portuguesas. A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer e o reforço militar de D. João III a Azamor, a par da imobilidade do Rei de Fez, fazem recuar o xarife de Marrocos para a sua cidade temendo uma intervenção conjunta dos dois soberanos. Esse medo, que se propagou entre a população, estendeu-se ao Suz.

Também o contador de Safim, D. Henrique de Noronha, escreve ao monarca português a 4 de Junho desse ano – posição [36] –, salientando a mesma instabilidade no Norte de África e o terror que tanto o xarife de Marrocos quanto o do Suz patenteiam face a uma iminente passagem do Rei de Portugal a África.

Qualquer destes informadores de D. João III crê, dadas as circunstâncias, que, agindo rapidamente, com facilidade o rei de Portugal submetteria alcaides e alarves de Marrocos ou ocuparia lugares abandonados no Suz.

La nouvelle concernant la chute de Santa Cruz, rapidement connue à Lisbonne à travers Safi et des caravelles qui se trouvaient près de la place assiégée, à la fin mars, comme le rapporte Frei Luis de Sousa, amena D. João III, selon les informations que nous avons recueillies, à écrire une seconde lettre pour demander de nouveaux avis et présenter un compte rendu relatif aux aides qui avaient été apportées à Azemmour et Mazagan, comme cela avait été préalablement discuté avec les conseillers⁴⁵. À cette même occasion, il convoqua de nouveau le Conseil et lui exposa la nouvelle situation. Les paroles qu'il a prononcées, enregistrées par Sousa⁴⁶, coïncident très probablement avec la troisième lettre à laquelle ont répondu des conseillers comme Cristóvão de Távora (position [32]) entre le milieu et la fin du mois d'avril et le comte de Feira le 25 de ce même mois (position [33]).

Par conséquent, après un persévérant échange de réflexions, le monarque présenta des intentions de conquête au Maroc, suscitant de fortes répercussions dans toute l'Afrique du Nord⁴⁷ et envoya fin mai 1541 un ambassadeur au roi de Fès. En 1534-1535, dans la réponse aux questions posées par D. João III, l'évêque de Coimbra s'abstint, même si en 1541 il encouragea le roi à venir en aide aux places méridionales (au service de Dieu) et fournit ses propres ressources humaines et matérielles et celles de l'évêché. Des dix-sept autres réponses connues de 1534-1535, neuf admettent la nécessité d'abandonner les places de Safi et d'Azemmour – Cristóvão de Távora, l'infant D. Fernando (seulement Azemmour), l'évêque

répondit ce même jour. Lorsque la lettre lui est parvenue celui-ci avait déjà été informé sur la chute de Santa Cruz (v. *supra*, note 41).

45. Elle est reçue le même jour, le 12 avril, par le vicomte dont la réponse date du 30 du dit mois et par le comte de Feira qui répond le 22 avril (v. *supra*, note 41).

46. Voir *supra*, note 36. Frei Luís de Sousa aurait eu accès à une version très proche dans des Mémoires de Lourenço Pires de Távora (probablement le même original qui a servi à la compilation de *Historia de Varoens...* cit.), la transcrivant dans ses *Anais...* cit., vol. II, p. 180. Nous en avons déduit, à partir de ce commentaire, la datation et qu'il s'agissait d'un registre oral.

47. Lorsque le 30 mai 1541 Inácio Nunes Gato écrit de Safi à D. João III – position [35] –, pour lui transmettre des informations obtenues par l'intermédiaire d'un juif de Marrakech, il révèle plusieurs réactions des gouvernants et des populations des différents pouvoirs d'Afrique du Nord, par rapport à l'histoire récente des places portugaises. La chute de Santa Cruz du Cap de Gué et le renforcement militaire de D. João III à Azemmour, simultanément avec l'immobilité du roi de Fès, font reculer le chérif du Maroc vers sa ville de crainte d'une intervention conjointe des deux souverains. Cette crainte, qui s'est répandue parmi la population, s'est étendue au Sous.

Le conteur de Safi, D. Henrique de Noronha, écrit également le 4 juin de cette année au roi portugais – position [36], soulignant la même instabilité en Afrique du Nord et la terreur que les deux chérifs, du Maroc et du Sous, démontrent face au passage imminent du roi du Portugal en Afrique.

Tous les informateurs de D. João III estiment, dans ces circonstances, qu'en agissant rapidement facilement le roi du Portugal soumettrait *alcaides* et *alarves* au Maroc ou occuperait des lieux abandonnés dans le Sous.

brevemente, segundo opinião da maioria e porque tais praças não tinham capacidade de defesa nem qualquer proveito material ou de honra⁴⁸. No Sul, deveria ser fortalecido Mazagão porque com mais facilidade receberia socorro (bispo de Lamego).

Os que se opõem ao abandono evocam razões e planejam estratégias. Mesmo que para os conservar se gastem até à exaustão vidas e fazendas e/ou se procure deter com «oufania e pre zunção» bastante o avanço xarifino (Manuel de Sousa), salvaguardava-se a segurança dos outros lugares e da Península Ibérica. De facto teme-se que os mouros, fortalecidos com o abandono de Safim e Azamor, redobrem as investidas e, uma vez conseguido o acesso a portos onde possam construir navios, venham atacar o Algarve e o Sul de Espanha, tornando impraticável qualquer futura recuperação portuguesa. Daí a insistência do bispo do Algarve na atenção devida a Sagres e, à vista de um cerco a Azamor ou Mazagão, preparar além de forças também embarcações apropriadas. Propõe, além disso, o fortalecimento de Aguz e da barra de Azamor.

A solução encontrada – apesar dos graves condicionamentos – é o reforço das duas praças com fortes guarnições e bons capitães (que na defesa se possam eventualmente conjugar) e bem abastecidas. Quanto à estratégia para combater o xarife apontam-se hipóteses, desde a destruição contínua dos campos ao

de Lamego (le Cap de Gué également), le maître de Santiago (également d'autres places plus faibles), le marquis de Vila Real (ajournant), D. Francisco Lobo, João Mendes de Vasconcelos (ajournant), le comte de Castanheira, Francisco Pereira – rapidement, selon l'opinion de la majorité et parce que ces places n'avaient aucune capacité de défense ni aucun avantage matériel ou d'honneur⁴⁸. Dans le Sud, Mazagan devrait être renforcé, car elle pourrait plus facilement recevoir de l'aide (évêque de Lamego).

Ceux qui s'opposent à l'abandon évoquent des raisons et planifient des stratégies. Même si pour les conserver il fallait dépenser jusqu'à épuisement des vies et de l'argent et/ou si l'on cherchait à retarder avec assez de «fierté et de présomption» l'avancée chérifienne (Manuel de Sousa), on préserverait la sécurité des autres places et de la péninsule ibérique. De fait, il est à craindre que les maures, encouragés par l'abandon de Safi et d'Azemmour, redoublent leurs attaques et, qu'après l'accès aux ports où ils peuvent construire des navires, ils attaquent l'Algarve et le sud de l'Espagne, rendant impraticable toute future récupération portugaise. D'où l'insistance de l'évêque de l'Algarve d'accorder une attention adéquate à Sagres et de préparer, dans l'imminence d'un siège d'Azemmour ou de Mazagan, outre des forces également des navires appropriés. Il propose, par ailleurs, le renforcement d'Agouz et de la côte d'Azemmour.

La solution trouvée – en dépit de contraintes sévères – est celle de renforcer les deux places avec de fortes

48. Não coincide a minha interpretação com a de Otilia Rodrigues Fontoura em *Portugal em Marrocos na Época de D. João III...* cit., que no quadro de pareceres de 1534-1535 (p. 162) inclui apenas cinco posições favoráveis ao abandono dos lugares de África, doze desfavoráveis e uma abstenção. Nas posições que admitem deixar-se aquelas praças encontrei nove nomes, isto é, além do bispo de Lamego (7 Out.), do Mestre (8 Out.), de D. Francisco Lobo (30 Out.) e de Francisco Pereira (finais do ano) que Fontoura igualmente inclui – discordo de se colocar o bispo do Algarve (15 Out.) –, somei os nomes de Cristóvão de Távora (5 Out.), do infante D. Fernando (6 Out.) e do conde da Castanheira (pós-queda de Santa Cruz, posição não introduzida no quadro referido) e ainda do Marquês de Vila Real (30 Out.) e de João Mendes de Vasconcelos (6 Nov.), porque, embora aconselhando o adiamento do projecto, estes dois conselheiros não deixam de admitir o abandono.

Colocando de parte a abstenção do bispo de Coimbra (6 Dez.), restam, desta forma, não doze mas oito pareceres que se opõem à ideia de abandono, ou nove, dado que o bispo do Algarve apresenta dois testemunhos (15 Out. e 20 Dez.). Contam-se, assim, entre estes, além do citado bispo do Algarve os nomes de João de Melo Barreto (18 Out.), de Nuno Rodrigues Barreto (1 Nov.), do visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov.), de Fernão Vaz de Sampaio (15 Nov.), de João Rodrigues de Sá Menezes (23 Dez.), de Manuel de Sousa (1 Jan. 1535) e de D. Fradique Manuel (7 Jan.). Ver *Algumas posições...*

No que respeita às posições de D. António de Ataíde, conde da Castanheira, um dos Vedores da Fazenda de D. João III, posições [25] e [40], saliento em particular a informação obtida de Frei Luís de Sousa a partir de uma Relação de memórias que, embora não datada, terá revelado conteúdo esclarecedor para a dedução das datas de dois pareceres, o de 1534 (?) e o de 1541. Ver Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, pp. 210-211, 314-317 e 276.

48. Notre interprétation diffère de celle d'Otilia Rodrigues Fontoura dans *Portugal em Marrocos na Época de D. João III...* cit.) qui, dans le tableau des avis de 1534-1535 (p. 162), n'inclut que cinq positions favorables à l'abandon des places d'Afrique, douze défavorables et une abstention. Dans les positions qui admettent l'abandon de ces places nous avons trouvé neuf noms, c'est-à-dire, outre l'évêque de Lamego (7 octobre), le maître (8 octobre), D. Francisco Lobo (30 oct.) et Francisco Pereira (fin de l'année) que Fontoura inclut également – nous ne sommes pas d'accord d'y inclure l'évêque de l'Algarve (15 oct.) –, nous avons ajouté les noms de Cristóvão de Távora (5 oct.), de l'infant D. Ferdinand (6 oct.) et celui du comte de Castanheira (après la chute de Santa Cruz, position non introduite dans le tableau mentionné) et également ceux du marquis de Vila Real (30 oct.) et de João Mendes de Vasconcelos (6 nov.) parce que, bien qu'ayant conseillé l'ajournement du projet, ces deux conseillers admettent néanmoins leur abandon.

Si l'on met de côté l'abstention de l'évêque de Coimbra (6 déc.), il ne nous reste donc, non pas douze, mais huit avis qui s'opposent à l'idée d'abandon, voire neuf, étant donné que l'évêque de l'Algarve présente deux témoignages (15 oct. et 20 déc.). Nous comptons, par conséquent, parmi ceux-ci, en plus de l'évêque de l'Algarve mentionné, les noms de João de Melo Barreto (18 oct.), Nuno Rodrigues Barreto (1^{er} nov.), celui du vicomte de Vila Nova da Cerveira (5 nov.), Fernão Vaz de Sampaio (15 nov.), João Rodrigues de Sá Menezes (23 déc.), Manuel de Sousa (1^{er} janv. 1535) et celui de D. Fradique Manuel (7 janv.). Voir *Quelques positions...*

En ce qui concerne les positions de D. António de Ataíde, comte de Castanheira, l'un des intendants du Trésor (*vedores da Fazenda*) de D. João III, positions [25] et [40], nous soulignons en particulier l'information obtenue de Frei Luís de Sousa à partir d'une Relation de mémoires qui, bien que non datée, aurait révélé un contenu clarifiant pour la déduction des dates de deux avis, celui de 1534 (?) et celui de 1541. Voir Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, pp. 210-211, 314-317 et 276.

redor de Marraquexe até à política de aliciamento de mouros sob o seu jugo, permitindo aos alarves cultivar e comerciar nos campos de Safim e de Azamor e levando-os também a combater o seu actual senhor⁴⁹. Quanto a Marrocos setentrional, e dados os perigos imediatos que podem representar as movimentações da armada do senhor de Argel, somando-se aos contínuos ataques de corsários e de alcaides de Fez, coloca-se a muitos, como prioritário, o fortalecimento de Ceuta – porque visada directamente pelo Turco, segundo informações da época, e sobretudo pelo significado que teria do ponto de vista estratégico e ideológico, tanto para Portugal como para toda a cristandade. A concentração de forças militares e de gastos no Norte é, por outro lado, o que projectam os defensores do abandono de lugares meridionais. Deveriam também reforçar-se Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, atendendo aos contínuos prejuízos causados pelos acólitos de Fez.

Se os pareceres se dividem quanto a abandonar Azamor e Safim, o que D. João III projectava há anos, no que respeita à construção de fortalezas roqueiras, que estaria igualmente nos projectos reais desde a mesma altura (segundo o testemunha o infante D. Fernando, único a considerar positivamente a hipótese), trata-se de um tema que não desperta qualquer simpatia, antes suscita sérias dúvidas sobre o seu benefício, na verdade colocadas à partida pelo próprio monarca em 1534.

49. Se no parecer do bispo do Algarve em 1534 sobrelevam-se as razões de ordem política nesta estratégia, para outros ela representa fundamentalmente proveito económico, um passado a recuperar, o dos mouros de paz tributários que permitiam o comércio e o abastecimento das praças. Nos anos 40 ao discutir-se a melhor área ultramarina de investimento da Coroa, avaliam-se rendimentos, a sua natureza, as potencialidades dos diferentes domínios. A Índia, que na altura parece ser a que proporciona maiores rendimentos é, todavia, alvo de um olhar crítico mesmo por parte dos que contrariam a conquista do Norte de África (posição [42]). Apontam-se na empresa falhas que decorrem das peças humanas da sua engrenagem: tanto o modo como se aparelham as armadas como a cobiça que anima os detentores de ofícios, ou, devido a má governação, a fuga de gente que vai povoar as terras orientais, inclusive de outros reis, deixando por vezes o serviço de soldados e tornando-se mercadores.

Os defensores da conquista de África (posição [41]) consideram, todavia, que as mercadorias do comércio da Índia são uma riqueza «fantástica», isto é, não natural e passível de falhar, além do prejuízo que provocam nos costumes dos portugueses. Em contrapartida, nos reinos de Fez e de Marrocos Portugal encontraria trigo bastante para se abastecer e comerciar, gados e muitos produtos da terra, além do benefício da existência de minas e, tudo isto, bem mais perto do Reino. Aliás, já em 1530 e 1534 homens com experiência na guerra de África, como Gonçalo Mendes Sacoto e Francisco Pereira, salientavam quanto pela conquista do Sul de Marrocos ou pela do reino de Fez se obteriam mantimentos como trigo e outros produtos naturais que permitiriam ao Reino auto-abastecer-se, acabando com as importações e a sujeição a estrangeiros. Ver *Algumas posições...* [6, 23 e 24] e *supra*, notas 18, 24 e 25.

garnisons et de bons capitaines (qui puissent éventuellement s’allier lors de la défense) et de bien les approvisionner. Quant à la stratégie à adopter pour combattre le chérif certaines hypothèses sont retenues, de la destruction continue des champs autour de Marrakech jusqu’à la politique de séduction des maures sous son joug, en permettant aux alarves de cultiver et de commercer sur les terres de Safi et d’Azemmour, mais en les obligeant à combattre également leur seigneur actuel⁴⁹.

Quant au Maroc septentrional, et compte tenu des dangers immédiats que peuvent représenter les mouvements de l’armée du seigneur d’Alger, qui viennent s’ajouter aux attaques continues des corsaires et des caïds de Fès, le renforcement de Ceuta – parce qu’elle est visée directement par les turcs, selon des informations de l’époque, et surtout par la signification qu’elle aurait d’un point de vue stratégique et idéologique, à la fois pour le Portugal et pour l’ensemble de la chrétienté – est perçu par beaucoup comme étant une priorité. D’autre part, les défenseurs de l’abandon des places méridionales projettent la concentration de forces militaires et de dépenses dans le Nord. El-Ksar es-Seghir, Tanger et Asilah, devraient également être renforcées compte tenu des dommages continus causés par les acolytes de Fès.

Si les avis sont partagés quant à l’idée d’abandonner Azemmour et Safi, comme le prévoyait D. João III depuis des années, en ce qui concerne la construction de forteresses bastionnées qui faisait également

49. Si dans l’avis de l’évêque de l’Algarve en 1534 les raisons d’ordre politiques l’emportent dans cette stratégie, pour d’autres elle représente essentiellement un avantage économique, un passé à récupérer, celui des maures de paix tributaires qui permettaient le commerce et l’approvisionnement des places. Dans les années 40 lorsqu’on discute à propos de la meilleure zone d’investissements d’outre-mer de la Couronne, on évalue les revenus, leur nature, les potentialités des différentes dominations. L’Inde, qui à l’époque semble être celle qui fournit les plus grands revenus est, cependant, la cible d’un regard critique même de la part de ceux qui sont contre la conquête de l’Afrique du Nord (position [42]). On souligne des failles dans cette entreprise découlant des éléments humains de son engrenage: tant sur la manière d’équiper les armées que sur la cupidité qui motive les détenteurs de métiers, ou à cause de la mauvaise gouvernance, la fuite des gens qui vont peupler les terres orientales, y compris celles d’autres rois, laissant parfois le métier de soldat pour devenir des négociants.

Les partisans de la conquête de l’Afrique (position [41]) considèrent, toutefois, qu’en plus des dégâts qu’elles engendrent dans les coutumes des portugais, les marchandises issues du commerce de l’Inde sont une richesse «fantastique», c’est-à-dire, non naturelle et qu’elles sont susceptibles de faillir. En revanche, dans les royaumes de Fès et du Maroc le Portugal pourrait y trouver suffisamment de blé pour son approvisionnement et pour le commerce, de bovins et de nombreux produits de la terre, en plus de l’avantage de l’existence de mines et tout ceci beaucoup plus proche du Royaume. D’ailleurs, déjà en 1530 et 1534 des hommes ayant une expérience dans la guerre en Afrique, comme Gonçalo Mendes Sacoto et Francisco Pereira, soulignaient qu’avec la conquête du sud du Maroc, ou du royaume de Fès, on obtiendrait des aliments tels que le blé et d’autres produits naturels qui permettraient au Royaume d’être autosuffisant, mettant ainsi fin aux importations et à l’assujettissement aux étrangers. Voir *Quelques positions...* [6, 23 e 24] et *supra*, note, 18, 24 et 25.

Ao debruçarem-se sobre um outro assunto necessariamente abordado por D. João III, o da conquista, ou seja, da possibilidade de uma forte intervenção militar portuguesa no Norte de África quando os recursos o permitissem, tornam-se os discursos de 1534-1535 bem mais eloquentes e reveladores do pensamento destes homens. O próprio monarca, ao consultá-los, apontara a necessidade de uma reflexão alargada ao abordar o tema do abandono de lugares no Norte de África, pois este estaria intimamente ligado a outro: o da área pela qual deveria iniciar-se a guerra – Fez ou Marrocos –, implicando uma estratégia baseada no conhecimento das condições das terras (inclusive para abastecimento do exército) e dos poderes em questão.

Segundo o testemunho de D. Fradique Manuel a 7 de Janeiro de 1535 (posição [27]), havia uma opinião generalizada da necessidade de atacar por onde fosse maior o poder mouro e de lutar em Marrocos mais do que através das armas, pela construção de uma imagem e por uma política que motivasse a surpresa e inspirasse o temor.

Continua a colocar-se para Francisco Pereira como para o Mestre de Santiago o problema do poder português demasiado repartido, porque, segundo este último «as cousas tam espalhadas nom se podem bem conservar»⁵⁰, referência que tanto se aplicava ao império ultramarino como apenas ao Norte de África. Continuam também as críticas a D. Manuel I, seja por esse motivo (Pereira) ou por ter conservado os lugares conquistados em vez de os destruir (bispo de Lamego) ou ainda, por não conseguir através de um relacionamento amistoso com os mouros do Sul garantir sempre o abastecimento e evitar a escolha por eles de outro senhor para rei (bispo do Algarve, 15 de Outubro). Por outro lado, a hipótese de vir a estabelecer a paz com os mouros, interpretava-a Pereira como uma manifestação de fraqueza, enquanto que para o infante D. Fernando representaria uma manobra útil possibilitando a preparação de fortalezas roqueiras a Sul e, quiçá, a passagem a África do rei que, por questões de segurança, não deveria tardar. Difícil se torna, na verdade, estabelecer um plano definido dada a falta de recursos materiais para tão grandes despesas e, conforme o salienta o visconde de Vila Nova da Cerveira, o resultado ser incerto. De facto, avaliar qual dos poderes é mais forte nem sempre se consegue, divergindo as opiniões, quando as há.

Os que indicam o Sul como melhor início para a conquista atendem à potencialidade dos territórios de

partie des projets royaux depuis cette époque (comme le témoigne l'infant D. Fernando, le seul à envisager favorablement l'hypothèse), le thème ne suscite aucune sympathie, mais soulève plutôt de sérieux doutes sur ses avantages, ces doutes avaient d'ailleurs été d'emblée émis par le monarque en 1534.

En se penchant sur un autre sujet nécessairement abordé par D. João III, celui de la conquête, c'est-à-dire, la possibilité d'une forte intervention militaire portugaise en Afrique du Nord lorsque les ressources le permettraient, les discours de 1534-1535 deviennent bien plus éloquents et révélateurs de la pensée de ces hommes. Lorsqu'il les a consultés et a abordé la question de l'abandon des places en Afrique du Nord, le monarque a lui-même souligné la nécessité d'une réflexion plus approfondie à ce sujet, car cet abandon serait étroitement lié à l'autre : celui de la zone à partir de laquelle la guerre devait commencer – Fès ou Maroc, ce qui impliquait une stratégie basée sur la connaissance des conditions du terrain (y compris pour l'approvisionnement de l'armée de terre) et des pouvoirs en question.

Selon le témoignage de D. Fradique Manuel du 7 janvier 1535 (position [27]), il existait une opinion généralisée selon laquelle il fallait attaquer là où la puissance mauresque était supérieure et lutter au Maroc plus que par les armes, par la construction d'une image et par une politique qui motiverait la surprise et inspirerait la crainte.

La trop grande dispersion de la puissance portugaise demeurerait un problème pour Francisco Pereira et pour le maître de Santiago, vu que, selon ce dernier « les choses si dispersées ne peuvent pas bien se conserver »⁵⁰, référence que s'applique tant à l'empire d'outre-mer que juste à l'Afrique du Nord. D. Manuel I continue d'être critiqué soit pour cette raison (Pereira), soit parce qu'il a gardé les places conquises au lieu de les détruire (l'évêque de Lamego), ou soit encore parce qu'il n'est pas parvenu, à travers une relation amicale avec les maures du Sud, à maintenir l'approvisionnement et à éviter qu'ils choisissent un autre seigneur pour leur roi (l'évêque de l'Algarve, le 15 octobre). D'autre part, Pereira interprétait l'hypothèse d'établir la paix avec les maures, comme une manifestation de faiblesse, tandis que pour l'infant D. Fernando ce serait une manœuvre utile permettant la construction de forteresses bastionnées dans le Sud et, peut-être même, le passage du roi vers l'Afrique qui, pour des raisons de sécurité, ne devrait pas tarder. En vérité, étant donné le manque de ressources matérielles pour de si grandes dépenses il devient difficile d'établir un plan défini et, comme le souligne le vicomte de Vila Nova da Cerveira, pour un résultat incertain. En effet, il n'est pas toujours possible de déterminer lequel des pouvoirs est le plus fort, les opinions divergent, lorsqu'il y en a.

50. Carta (parecer) do Mestre de Santiago, de 8 de Outubro de 1534, a D. João III – posição [11]. Ver *Algumas posições...*, entre as quais, a de Francisco Pereira – posição [23].

50. Lettre (avis) du maître de Santiago, le 8 octobre 1534, à D. João III – position [11]. Voir *Quelques positions...*, parmi lesquelles, celle de Francisco Pereira – position [23].

Safim e Azamor para atrair de novo os alarves e conseguir através das revoltas destes destruir o xarife (bispo do Algarve), bem como à inimizade para com ele manifestada pelo rei de Fez durante o recente cerco de Safim (ou receio, dada a vizinhança de Portugal e Espanha, segundo Nuno Rodrigues Barreto). Assim, o bispo do Algarve considera a hipótese nessa fase inicial de uma mútua ajuda, secreta, entre Portugal e Fez, embora o objectivo final seja conquistar igualmente este reino. Para isso utilizar-se-ia de novo a «manha» ao conquistar Salé de surpresa, num ataque simultâneo por terra e por mar, construindo uma fortaleza no Rio de Mamora, em lugar apropriado (de novo crítica a D. Manuel I) e garantindo, como no Sul, campo seguro aos mouros de forma a virá-los contra o rei de Fez e facilitando a sua expulsão. A conquista pelo Sul parece mais fácil a Manuel de Sousa (posição [26]), assim como a Nuno Rodrigues Barreto (posição [16]), pois – segundo este último – nesta área o xarife não é, como o rei de Fez, senhor por direito e tem a sua gente submetida à força, além de não poder contar com o auxílio daquele reino.

Fez é, contudo, considerada por maior número de conselheiros a área mais favorável à intervenção (seja por Arzila, Tânger, Salé, ou pela Mamora), em virtude da existência de campos e cidades e, escolhendo a época apropriada, melhores condições de abastecimento. Também são focadas facilidades que derivam de divisões internas em Fez e, caso seja este poder, apesar de tudo, superior ao do xarife, a sua conquista garantiria maior segurança, como atrás se viu, relativamente à prossecução da conquista em terras do Sul, impedindo, além do mais, o socorro turco.

São, na verdade, muitas as divergências de opinião sobre o relacionamento dos três poderes (Fez, Marrocos, Suz) em caso de intervenção portuguesa. Atacando Marrocos meridional combateríamos com êxito o xarife, ou, derrotados, passaríamos a suportar ataques conjuntos no Norte? Atacando Fez, não viriam os xarifes em defesa deste rei contra os cristãos, tendo os portugueses que enfrentar em vez de um três adversários? Há que atender a várias condições antes de encarar tal iniciativa, isto é, verificar, como o salienta o Marquês de Vila Real (posição [14]), se a conjunção é favorável, sopesando os recursos financeiros, a situação na Índia e a política internacional.

Quanto aos turcos, temem-se ataques na Índia (conde da Castanheira, 1534?) e o avanço da armada de Barberousse em 1534 no Mediterrâneo ocidental. Recordam-se acontecimentos recentes, seja a ocupação por André Doria em 1532 de Coron da Moreia (conde da Castanheira), seja o seu abandono pelo imperador,

Ceux qui indiquent le Sud en tant que meilleur départ pour la conquête tiennent compte de la potentialité des territoires de Safi et d’Azemmour pour attirer à nouveau les alarves et parvenir à travers les révoltes de ces derniers à détruire le chérif (l’évêque de l’Algarve), ainsi que de l’inimitié qu’a manifestée envers lui le roi de Fès lors du récent siège de Safi (ou de la crainte, étant donné que le Portugal et l’Espagne sont voisins, selon Nuno Rodrigues Barreto). Ainsi, dans cette phase initiale, l’évêque de l’Algarve considère l’hypothèse d’une aide mutuelle, secrète, entre le Portugal et Fès, bien que l’objectif soit aussi celui de conquérir ce royaume. Pour cela, on se servirait de nouveau du « matin » pour conquérir Salé par surprise lors d’une attaque simultanée par terre et par mer, en construisant une forteresse sur le fleuve Mamora, dans un endroit approprié (nouvelle critique à D. Manuel I) et en assurant, comme dans le Sud, une zone de sécurité pour les maures, afin de les retourner contre le roi de Fès et de faciliter son expulsion. Pour Manuel de Sousa la conquête par le Sud semble plus facile (position [26]), ainsi que pour Nuno Rodrigues Barreto (position [16]), parce que – d’après ce dernier – dans cette zone le chérif n’est pas, comme le roi de Fès, un seigneur de plein droit, il a soumis son peuple par la force et, de plus, il ne peut pas compter sur l’aide de ce royaume.

Cependant, la plupart des conseillers considèrent Fès comme étant la zone la plus favorable pour l’intervention (soit par Asilah, Tanger, Salé ou par Mamora), grâce à l’existence de campagnes et de villes et, en choisissant bien la saison, en raison de meilleures conditions d’approvisionnement. D’autres facilités sont également soulignées dérivant de divisions internes à Fès et, si ce pouvoir est, malgré tout, supérieur à celui du chérif, sa conquête assurerait une plus grande sécurité, comme nous l’avons vu plus haut, par rapport à la poursuite de la conquête dans les terres du Sud, empêchant, en outre, que les turcs lui viennent en aide. Il y a, en vérité, beaucoup de divergences d’opinions sur la relation entre les trois pouvoirs (Fès, Maroc, Sous) dans le cas d’une intervention portugaise. En attaquant le Maroc méridional combattrait-on le chérif avec succès, ou vaincus, passerait-on à subir des attaques conjointes par le Nord? En attaquant Fès, les chérifs ne viendraient-ils pas défendre ce roi contre les chrétiens, les portugais devant faire face à trois adversaires au lieu d’un seul? On doit tenir compte de plusieurs conditions avant d’entreprendre une telle initiative, autrement dit, comme le souligne le marquis de Vila Real (position [14]), il faut vérifier, en évaluant les ressources financières, la situation en Inde et la politique internationale, si la conjoncture est favorable. Quant aux turcs, on craint des attaques en Inde (comte de Castanheira, 1534?) et l’avancée de la flotte de Barberousse en 1534, en Méditerranée occidentale. On rappelle des événements récents, que ce soit l’occupation par André Doria en 1532 de Coron en

política essa festejada pelo bispo de Lamego, embora condenada pelo do Algarve, em Outubro desse ano. A propósito dos objectivos de Barba-Roxa e da capacidade das forças imperiais (enumeradas por D. João III) de detê-lo, tecem-se considerações de interesse sobre as relações de Portugal com Carlos V (dar ou não colaboração através de uma armada portuguesa)⁵¹, tal como ao tratar-se da conquista de Fez se salienta a necessidade de informar o imperador dessa iniciativa apenas para que da sua parte impeça auxílios do exterior aos mouros de Fez.

De maior independência relativamente aos objectivos bélicos de Carlos V mostra-se notoriamente Cristóvão de Távora, enquanto o bispo do Algarve nutre uma séria desconfiança sobre as verdadeiras intenções do imperador, no que diz respeito a auxílios no Norte de África (baseado na sua experiência do tempo de D. Manuel I). Os socorros imperiais poderão ser interpretados no futuro, conforme alerta, como compra de direitos sobre domínios portugueses, difíceis de recuperar.

O Papa, por seu turno, é com frequência citado dada a sua condição de chefe espiritual da cristandade, podendo conceder – directamente ou através da Igreja nacional⁵² – maiores benefícios para a guerra aos inféis que o rei de Portugal desejava prosseguir em Marrocos.

Quanto a ameaças do exterior, note-se reflectido nalguns pareceres, uma vez mais, quanto Portugal tinha que acautelar-se relativamente aos ataques da França. O bispo do Algarve, a 15 de Outubro de 1534, é quem mais se debruça sobre o tema insistindo na necessidade de Portugal utilizar na guerra de defesa do mar caravelas maiores com bombardas. É, na verdade, o corso francês um dos grandes responsáveis por perdas de navios e de mercadorias no Atlântico, apesar dos protestos junto da Coroa francesa e de iniciativas nesta década de 30 para solucionar um problema que se agravou nos finais da década anterior. Persistirão, contudo, – e com maior gravidade de novo nos anos 40 – as visitas francesas com grande incidência, sobretudo, na Mina e no Brasil⁵³. Tal como

Morée (comte de Castanheira), ou son abandon par l'empereur, politique, bien que célébrée par l'évêque de Lamego, condamnée par l'évêque de l'Algarve en octobre de la même année. À propos des objectifs de Barberousse et de la capacité des forces impériales (énumérées par D. João III) à l'arrêter, certaines considérations d'intérêts sont faites au sujet des relations entre le Portugal et Charles V (collaborer ou non avec une armée portugaise)⁵¹, comme pour la conquête de Fès on souligne la nécessité d'informer l'empereur de cette initiative dans le seul but d'empêcher les maures de Fès d'avoir recours à des aides extérieures.

Cristóvão de Távora montre de façon notoire une plus grande indépendance à l'égard des objectifs militaires de Charles V tandis que l'évêque de l'Algarve, basé sur son expérience avec D. Manuel I, nourrit une sérieuse méfiance par rapport aux véritables intentions de l'empereur en ce qui concerne l'aide en Afrique du Nord. À l'avenir, l'aide impériale pourrait être interprétée, prévient l'évêque, comme l'achat de droits sur des dominations portugaises, difficiles à récupérer.

Le pape est, à son tour, souvent mentionné en raison de sa condition de chef spirituel de la chrétienté, car il pouvait accorder – directement ou par l'intermédiaire de l'Église nationale⁵² – de plus grands avantages dans cette guerre contre les infidèles que le roi du Portugal souhaitait poursuivre au Maroc.

Quant aux menaces de l'étranger, notons, une fois de plus, qu'il émane de certains avis combien le Portugal devait se protéger contre les attaques de la France. L'évêque de l'Algarve est celui qui, le 15 octobre 1534, se concentre davantage sur le sujet, insistant sur la nécessité pour le Portugal d'utiliser de plus grandes caravelles armées avec plus de *bombardas* pour pouvoir se défendre dans la guerre sur mer. En vérité, les corsaires français sont l'un des responsables des pertes de navires et de marchandises dans l'Atlantique, malgré les protestations auprès de la couronne française et les prises d'initiatives dans cette troisième décennie pour résoudre un problème qui s'est aggravé à la fin de la dernière décennie. Cependant, les visites françaises de grande envergure ont persisté – et plus gravement encore dans les années 40 – en particulier à Mina et au Brésil⁵³. À l'instar des anglais, les français développeront eux aussi au Maroc, avec

51. Ver *supra*, notas 17 e 33.

52. Ver *supra*, notas 5, 25 e 32.

53. Desde 1529 que se agravara a guerra de corso movida por franceses e se procurava solucionar a questão das presas. Vem a concretizar-se a partir de 1537 em Baiona a reunião de juízes das duas nações, até nova crise se despoletar na década de 40. Ver a propósito entre as obras de Joaquim Veríssimo Serrão, «Notas sobre a Embaixada de Honorato de Cais em Portugal», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, 1969, pp. 161-195 e *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554)*, Paris, F. C. Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1969; Ruy de Albuquerque, *As Repesálias. Estudo de História do Direito Português (sécs. XV e XVI)*, 2 vols., Lisboa, Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa, 1972; Ana

51. Voir *supra*, notes 17 et 33.

52. Voir *supra*, notes 5, 25 et 32.

53. Depuis 1529 l'attaque corsaire perpétrée par les français a augmenté et on cherche à régler la question des captifs. La réunion de juges des deux nations ne se concrétisa qu'à partir de 1537 à Bayonne jusqu'à ce qu'une nouvelle crise ait été déclenchée dans la décennie de 40. Voir à ce propos parmi les œuvres de Joaquim Veríssimo Serrão, «Notas sobre a Embaixada de Honorato de Cais em Portugal», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, 1969, pp. 161-195 et *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554)*, Paris, F. C. Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1969; Ruy de Albuquerque, *As Repesálias. Estudo de História do Direito Português (sécs. XV e XVI)*, 2 vols., Lisbonne, Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa, 1972; Ana Maria P. Ferreira, *Problemas marí-*

os ingleses também os franceses irão desenvolver em Marrocos, com objectivos económicos e políticos, relações comerciais com o Suz.

Considera-se, aliás, muito importante, em diversos pareceres formulados desde 1530, avaliar previamente as repercussões da política portuguesa junto dos outros poderes – sejam muçulmanos, turcos ou cristãos –, evitando o desprestígio do rei de Portugal e as consequências que daí decorreriam inclusivamente sobre as diversas áreas do império ultramarino⁵⁴.

Ora, após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, em Março de 1541, é precisamente o prestígio dos portugueses e a imagem política do rei de Portugal que fica comprometida em terras do Norte de África. É necessário responder ao desastre com brevidade e de forma a não mostrar recuo na guerra nem na defesa. Compartilham desta mesma opinião Cristóvão de Távora e o visconde de Vila Nova da Cerveira (posições [32] e [34]), no que expõem em Abril desse ano. Note-se igualmente que as repercussões a considerar são não apenas as ocasionadas nos poderes locais,

Maria P. Ferreira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995.

Tem muito a ver com a penetração francesa no Brasil e a maior intensidade do corso no Atlântico a partida para aquela região de Martim Afonso de Sousa em 1530 (v. *supra*, nota 30). Desenvolverá uma luta intensa contra a presença francesa, incentivando-se também a partir de então a exploração do litoral brasileiro e a colonização através de um sistema de capitánias acompanhando a exploração produtiva (depois alterado com a maior intervenção da Coroa através de um governo-geral instituído em 1548), bem como, ainda na década de 50, num esforço crescente, a penetração no sertão. A ocupação em 1555 da região do Rio de Janeiro por franceses motivará, durante a década de 60, diversas expedições portuguesas com o objectivo de expulsão.

Extremamente prejudiciais se mostram os ataques de franceses e ingleses a navios que transportam trigo a Lisboa para abastecimento do Reino e lugares de África, responsáveis por perdas consideráveis materiais e humanas frequentemente mencionadas na documentação coeva (v. *infra*, nota 55).

54. São vários os testemunhos da época que referem, como o faz o visconde de Vila Nova da Cerveira (5 Nov. 1534), e já o fizera em 1530 Gonçalo Mendes Sacoto, a cobiça que muitas nações estrangeiras têm do esforço e valentia dos portugueses e do aumento dos extensos domínios do Rei de Portugal bem como da exaltação da fé que acompanha a Expansão portuguesa. Sobre o tema da «guerra santa» empreendida pelos cristãos, ver, entre outros trabalhos de Martim de Albuquerque, *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa, IN-CM, 1988.

Importante se torna atender à conservação e consolidação – face a todos os poderes, incluindo cristãos e Papado, turcos, argelinos e marroquinos – de uma imagem de um Rei/Reino poderoso, baluarte do cristianismo (v. *supra*, nota 5) e da Igreja Católica numa época de acesas controvérsias mesmo entre príncipes e povos cristãos e em que era preciso obter benefícios da Santa Sé.

Abandonar posições no Norte de África seria abalar seriamente esses propósitos e mostrar ao inimigo fraqueza política e ideológica e falta de recursos. Face à guerra santa promovida em torno da figura do xarife, representaria um desprestígio e perda política ainda maior, tanto mais que se repercutiria certamente em diversas áreas do domínio ultramarino. Segundo Manuel de Sousa (1. Jan. 1535), Portugal, ao abandonar lugares no Sul de Marrocos, desencadearia ofensivas sobre Arzila e Tânger por parte de Fez, sobre Ceuta por parte de Barba-Roxa, sobre a Índia por parte do Turco.

des objectifs économiques et politiques, des relations commerciales avec le Sous.

Il s'avère d'ailleurs très important, dans plusieurs avis formulés depuis 1530, d'évaluer préalablement les répercussions de la politique portugaise auprès des autres pouvoirs – qu'ils soient musulmans, turcs ou chrétiens –, évitant ainsi de discréditer le roi de Portugal et les conséquences qui en découleraient inclusivement sur les différentes zones de l'empire d'outre-mer⁵⁴.

Or, après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué, en mars 1541, c'est précisément le prestige des portugais et l'image politique du roi de Portugal qui sont compromis sur les terres d'Afrique du Nord. Il est nécessaire de répondre de toute urgence à ce désastre tout en se préservant de montrer tout recul dans la guerre ou dans la défense. Cristóvão de Távora et le vicomte de Vila Nova da Cerveira (positions [32] et [34]) partagent également cette opinion, d'après ce qu'ils exposent en avril de cette même année. Notons également

timos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI, Redondo, Patrimonia, 1995.

Le départ de Martim Afonso de Sousa en 1530 vers cette région (voir ci-dessus, note 30) est étroitement lié à la pénétration française au Brésil et à augmentation de l'attaque des corsaires dans l'Atlantique. On développera une lutte intense contre la présence française, encourageant également depuis lors l'exploration et la colonisation de la côte brésilienne par un système de capitaineries qui accompagnait une exploitation productive (modifié plus tard en raison d'une plus grande intervention de la Couronne avec un gouvernement général établi en 1548) et toujours dans les années 50, dans un effort croissant pour pénétrer dans l'arrière-pays. L'occupation de la région de Rio de Janeiro en 1555 par les français motivera dans la décennie de 60 plusieurs expéditions portugaises à des fins d'expulsion.

Responsables des pertes matérielles et humaines souvent mentionnées dans les documents de l'époque (voir ci-dessous, note 55), les attaques des français et des anglais aux navires transportant du blé à Lisbonne pour l'approvisionnement du Royaume et des places d'Afrique se révèlent extrêmement préjudiciables.

54. Plusieurs témoignages de l'époque rapportent, comme le fait le vicomte de Vila Nova da Cerveira (le 5 novembre 1534) et comme l'avait déjà fait en 1530 Gonçalo Mendes Sacoto, la convoitise de nombreuses nations étrangères de l'effort et du courage des portugais et de l'augmentation des vastes dominations du roi de Portugal, ainsi que de l'exaltation de la foi qui accompagne l'Expansion portugaise. Sur le thème de la «guerre sainte» menée par les chrétiens, voir, parmi d'autres œuvres de Martin de Albuquerque, *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisbonne, IN-CM, 1988.

Il est important de répondre à la conservation et à la consolidation – par rapport à tous les pouvoirs, y compris par rapport aux chrétiens et à la papauté, aux turcs, algériens et marocains – d'une image d'un Roi / Royaume puissant bastion du christianisme (voir ci-dessus, note 5) et de l'Église catholique à un moment de vives controverses, même parmi les princes et les peuples chrétiens, où il était nécessaire d'obtenir des bénéfices du Saint-Siège.

Abandonner les positions en Afrique du Nord porterait gravement atteinte à ces objectifs et démontrerait à l'ennemi une certaine faiblesse politique et idéologique ainsi qu'un certain manque de ressources. Face à la guerre sainte encouragée par le chérif, cela représenterait une perte de prestige et une perte politique encore plus grande, d'autant plus que cela se répercuterait certainement dans plusieurs zones de la domination d'outre-mer. Selon Manuel de Sousa (le 1er janvier 1535), l'abandon des places au sud du Maroc par le Portugal déclencherait des offensives sur Asilah et Tanger de la part de Fès, sur Ceuta de la part de Barberousse, sur l'Inde de la part du Turc.

isto é, movimentações favoráveis aos xarifes, mas também entre cristãos – basta recordar a presença prejudicial de genoveses e franceses a vender armas em Tafetana, conforme lembra o visconde, concorrência económica que também é necessário travar⁵⁵. Apesar do esforço que venha a representar em custos, impõe-se salvar a honra do rei e do Reino, proclamar «vingança» (no dizer de Cristóvão de Távora) a cristãos e mouros, impedir outras afrontas e cercos. Abandonar lugares, retirar gente sem substituí-la ou apenas utilizar estrangeiros representaria, pelo contrário, uma perda desastrosa, pondo em risco os domínios portugueses e, no futuro, o próprio Algarve⁵⁶.

Se os dois conselheiros estão de acordo em que é necessário por parte de Portugal uma intervenção de força, divergem por vezes de outros pareceres na melhor solução para a sua concretização:

– Enviar um grande exército para destruir o xarife? Não se sabe se daria batalha campal, para salvar o crédito junto dos alarves (Cristóvão de Távora), ou, retirando-se, levaria as forças portuguesas a intervir-se no sertão sem mantimentos (conde da Feira, posição [33]);

– Ou, em alternativa, colocar uma força de cerca de duas mil lanças na fronteira do xarife, bem apetrechada e com mantimentos (conde da Feira)? Para Cristóvão de Távora esta seria a solução do momento, embora com a ajuda de Fez.

55. Do comércio, inclusivamente de armas e mercadorias proibidas que, sem pagar direitos ao Rei de Portugal, se efectua com os reinos do interior, através de portos como os de Tafetana, Teracuco e Cabo de Guer, que é preciso vigiar através de navios da armada portuguesa que corram a costa atlântica de Marrocos, também escreve em Junho de 1541 o contador de Safim, D. Henrique de Noronha, a D. João III – posição [36].

Se os interesses da França em negociar com o xarife de Marrocos ficarão bem testemunhados em 1543 com a presença no Suz de Jean Pacquelon (ao que parece dada a necessidade de cobre para os canhões de Francisco I), na verdade este é bem conhecido de Luís de Loureiro desde pelo menos 1537. O capitão de Mazagão chega a perseguir-lo em 1543 numa época em que transaccionou não só a carga de trigo de um navio português, como também os portugueses capturados foram trocados por cativos franceses. Ver Robert Ricard, «Jean Pacquelon (1543)» in *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 133-135. Pretende Luís de Loureiro a 26 de Julho de 1544 – dado que recebeu avisos provenientes de Tarudante e de Marraquexe acerca de Pacquelon estar para chegar a Cabo de Guer com navios bem armados e fornecidos de armas, por contrato com o xarife em troca de cobre –, que D. João III lhe envie uma armada para ele actuar – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.

Continuará documentada a presença de mercadores franceses no Suz, motivando sérias protestos a D. João III e incentivando-o a actuar junto do próprio Rei de França (L. Loureiro, 1546). Dominando o xarife o reino de Fez, logo os franceses surgirão a comerciar também em portos como o de Larache – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 84, D. 73 – Carta de D. Pedro de Meneses a D. João III, de 13 de Junho de 1550 (Tânger), pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 396-398 (v. *supra*, nota 53).

56. Ver também a opinião do conde da Castanheira por essa mesma época – posição [40].

que les répercussions, dont on doit tenir compte, sont non seulement celles occasionnées dans les pouvoirs locaux, c'est-à-dire, des mouvements favorables aux chérifs, mais également parmi les chrétiens – il suffit de rappeler la présence néfaste des génois et des français qui vendaient des armes à Tafetna, comme le rappelle le vicomte, une concurrence économique qu'il est également nécessaire de freiner⁵⁵. Malgré l'effort que cela viendrait à représenter au niveau des coûts, il importe de sauvegarder l'honneur du roi et du Royaume, de proclamer «vengeance» (selon les mots de Cristóvão de Távora) pour les chrétiens et les maures, d'empêcher tout autre affrontement et tout autre siège. Abandonner des places, retirer des gens sans les remplacer ou n'utiliser que des étrangers représenterait, au contraire, une perte désastreuse, mettant en péril les dominations portugaises et, à l'avenir, l'Algarve lui-même⁵⁶.

Si les deux conseillers s'accordent sur le fait que le Portugal a besoin d'une force d'intervention, ils diffèrent parfois quant à la meilleure solution pour sa mise en œuvre :

– Envoyer une grande armée pour détruire le chérif? On ne sait pas si cela ne se traduirait pas en une bataille champêtre, pour sauvegarder le crédit parmi les alarves (Cristóvão de Távora), ou, battant en retraite, les forces portugaises seraient amenées à s'engager dans l'arrière-pays sans provisions (comte de Feira – position [33]) ;

– Ou, en guise d'alternative, placer une force d'environ deux mille lances, bien équipée et avec des vivres, à

55. Le conteur de Safi, D. Henrique de Noronha, écrit également en juin 1541 à D. João III - position [36] - à propos du commerce, y compris des armes et des marchandises prohibées qui, sans payer des redevances au roi de Portugal, a lieu avec les royaumes de l'intérieur, à travers des ports tels que Tafetna, Tarkoukou et Cap de Gué, qui doit être surveillé par des navires de guerre portugais qui parcourent la côte atlantique du Maroc.

Si les intérêts de la France dans la négociation avec le chérif du Maroc en 1543 sont bien témoignés par la présence de Jean Pacquelon dans le Sous (apparemment en raison de la nécessité de cuivre pour les canons de François I^{er}), en fait celui-ci est bien connu de Luís de Loureiro, au moins depuis 1537. Le capitaine de Mazagan vient le poursuivre en 1543 à un moment où il négociait non seulement la cargaison de blé d'un navire portugais, mais aussi les captifs portugais en échange de captifs français. Voir Robert Ricard, «Jean Pacquelon (1543)», *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 133-135. Le 26 juillet 1544, Luís de Loureiro souhaite – étant donné qu'il avait reçu des avertissements de Taroudant et de Marrakech à propos de Pacquelon qui était sur le point d'atteindre le Cap de Gué avec des navires bien armés et chargés d'armes, qu'il allait commercer avec le chérif en échange de cuivre –, que D. João III lui envoie une armée pour qu'il puisse intervenir – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.

La présence de marchands français dans le Sous continuera d'être documentée, suscitant de sérieuses protestations à D. João III l'encourageant à agir auprès du roi de France lui-même (L. Loureiro, 1546). Si le chérif domine le royaume de Fès, les Français viendront bientôt également commercer dans les ports, comme Larache ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 84, D. 73 – Carta de D. Pedro de Meneses a D. João III, de 13 de Junho de 1550 (Tanger), pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 396-398 (v. *supra*, note 53).

56. Voir aussi l'opinion du comte de Castanheira vers cette même époque - position [40].

– A intervenção convinha dar-se contra o xarife de Marrocos? Uma vez destruído, deveria entregar-se a cidade ao rei de Fez, garantindo uma guerra contínua deste com o xarife do Suz e afastando-se, assim, o perigo de uma hegemonia (Cristóvão de Távora)?

– Ou a intervenção deveria ser em terras do xarife do Suz (bons portos perto do Cabo de Guer e a poucas léguas de Tafetana), impedindo-se o socorro deste por parte do xarife de Marrocos através de acções de cavaleiros de Safim e Azamor (visconde)?

Está, portanto, em causa também o futuro relacionamento com Fez. Cristóvão de Távora acolhe as ofertas deste reino a Portugal em auxílio militar e mantimentos (e garantia em reféns) para o combate ao poder xarifino, pensando até numa política estratégica de estímulo à guerra entre mouros. É, todavia, com desconfiança, que o conde da Feira encara essa paz, tal como, aliás, o visconde de Vila Nova da Cerveira. Para este, Fez mantê-la-á só enquanto lhe convier e Portugal deverá utilizá-la para se preparar para a guerra. Do ponto de vista do conde, D. João III nunca deverá emparceirar-se com o rei de Fez a comandar um grande exército (o rei de Portugal é par do imperador)⁵⁷, nem confiar na lealdade de mouros⁵⁸.

57. Em pareceres dos anos 40 – posições [41] e [42] – continuar-se-á a discutir as vantagens e desvantagens da passagem de um forte exército português comandado pelo Rei. Alguns consideram-no estritamente necessário para conquistar reinos no Norte de África extremamente populosos e interiores, iniciativa esta que antevêem vir a ser desastrosa em termos de gastos e incapacidade de conservação. Para outros, inclusivamente partidários dessa conquista, preferível seria confiar as intervenções a capitães experimentados nas guerras do Norte de África, evitando falsos conselhos (de lisonjeadores), atitudes temerárias de cavaleiros, demasiada gente inútil e inexperiente nas hostes, gastos supérfluos e precauções dos mouros em se juntarem com mais reforços. Deveria contar-se nessa conquista com a experiência de capitães, a existência de lugares fortificados que, por isso, não se deveriam abandonar, e com as divisões internas dos poderes locais cujas facções poderiam facilitar a intervenção portuguesa. Depois, através de alguns expedientes, de presídios e de colónias, senhorear totalmente os vassallos conquistados.

58. António Leite afirmava em carta ao monarca português de 14 de Outubro de 1529 – posição [4] – que os «Mouros... sam muy mudaveis, e estimam pouco nam fazerem o que devem, e mais em casos que lhes parece que salvam a alma, e com mortes e cativos dos christãos que d'elles se poderiam fiar soldaria toda a sua amizade com el rey de Fez». Quanto maior for o aumento do poder xarifino, a sua pressão no combate a cristãos portugueses e espanhóis, a existência de facções políticas junto de Mulei Ahmed, as guerras intestinas, os desastres e/ou reforços das posições portuguesas, mais o Rei de Fez procurará movimentar-se no xadrez dos poderes em presença, quantas vezes desenvolvendo uma política por demais equívoca devido à sua duplicidade.

Note-se, a propósito, que grande número de turcos e renegados, hábeis no assédio e no uso de artilharia, incorporam tanto os exércitos dos xarifes como os do Rei de Fez em intervenções contra Portugal (1536, 1537, 1539, 1541 Santa Cruz). Há «inteligências» (como se lê num documento de 1539) entre estas forças. Para lá da cooperação em actos de pirataria, teme-se sempre o maior apoio dos turcos nos contingentes xarifinos quando se estabelecem acordos de paz ou tréguas entre o imperador e o Turco. Foi o que aconteceu após a vã tentativa de Carlos V de tomar Argel em

la frontière du chérif (comte de Feira)? Pour Cristóvão de Távora ce serait la solution du moment, mais avec l'aide de Fès.

– L'intervention devrait-elle avoir lieu contre le chérif du Maroc? Une fois détruite, la ville devrait-elle être livrée au roi de Fès, assurant de la sorte une guerre continue entre ce dernier et le chérif du Sous, éloignant ainsi le danger d'une hégémonie (Cristóvão de Távora)?

– Ou l'intervention devrait-elle avoir lieu sur les terres du chérif du Sous (de bons ports, près du Cape de Gué et à peine à quelques lieues de Tafetna), empêchant celui-ci d'avoir recours au chérif du Maroc, à travers l'intervention des chevaliers de Safi et d'Azemmour (vicomte)?

Les futures relations avec Fès sont également ici remises en cause. Cristóvão de Távora accueille l'assistance militaire et les aliments (avec des garanties d'otages) que ce royaume offre au Portugal pour le combat contre le pouvoir chérifien, allant jusqu'à cogiter sur une politique stratégique qui stimulerait la guerre entre les maures. Néanmoins, le comte de Feira et le vicomte de Vila Nova da Cerveira envisagent cette paix avec méfiance. Pour ce dernier, Fès ne la maintiendra que jusqu'à ce que cela lui convienne et le Portugal devra l'utiliser pour se préparer à la guerre. Du point de vue du comte, D. João III ne devrait jamais s'unir au roi de Fès dans le commandement d'une grande armée (le roi du Portugal fait la paire avec l'empereur)⁵⁷, ni compter sur la loyauté des maures⁵⁸.

57. Dans quelques avis des années 40 - positions [41] et [42] – on poursuivra la discussion sur les avantages et les inconvénients du passage d'une forte armée portugaise commandée par le roi. Certains la considèrent comme strictement nécessaire pour conquérir des royaumes en Afrique du Nord extrêmement peuplés et situés à l'intérieur, cette initiative étant considérée dès le départ comme désastreuse en termes de dépenses et d'incapacité de conservation. Pour d'autres, y compris pour les partisans de cette conquête, il serait préférable de confier les interventions à des capitaines expérimentés dans les guerres en Afrique du Nord, en évitant de faux conseils (de flatteurs), des attitudes téméraires de chevaliers, trop de gens inutiles et inexpérimentés dans les corps d'armée, des dépenses superflues et des prises de précaution des maures qui pouvaient s'allier pour se renforcer. On devrait compter dans cette conquête sur l'expérience des capitaines, l'existence de places fortifiées qui, par conséquent, ne devraient pas être abandonnées, et sur les divisions internes des pouvoirs locaux dont les factions pourraient faciliter l'intervention portugaise. Ensuite, à travers certains dispositifs, des *presídios* et des colonies, assujettir totalement les vassaux conquis.

58. António Leite affirmait dans une lettre adressée au monarque portugais datée du 14 octobre 1529 – position [4] – que les «Maures... sont très versatiles, et n'apprécient guère de ne pas faire ce qui est correct, surtout dans les cas où ils pensent sauver leur âme, et qu'avec des morts et les captivités de chrétiens sur lesquels ils pouvaient compter il souderait toute son amitié avec le roi de Fès». Plus le pouvoir chérifien, sa pression pour lutter contre les chrétiens portugais et espagnols, l'existence de factions politiques auprès d'Ahmed al-Wattassi, les guerres intestines, les catastrophes et/ou les renforcements des positions portugaises augmenteront, plus le roi de Fès cherchera à se déplacer dans l'échiquier des pouvoirs en présence, développant bien souvent une politique trop équivoque en raison de sa duplicité.

São, efectivamente, bem pertinentes as dúvidas a respeito do comportamento do rei de Fez, tanto no seu relacionamento com Portugal como com os xarifes e até com os turcos. Basta recordar o passado recente⁵⁹: até ao tratado de paz de 1538 entre Portugal e Fez tinham sido constantes os ataques do rei e dos seus alcaides, quantas vezes num reflexo nítido da crescente fama dos xarifes na guerra aos cristãos; interessou-lhe propor uma aliança militar a Portugal quando em 1536 este estabelece tréguas separadas com os dois xarifes, embora o próprio rei de Fez também negocie com eles; novamente em 1537, ao renovar-se a paz entre Portugal e Marrocos e uma trégua entre Santa Cruz do Cabo de Guér e o xarife do Suz por três anos (uma vez agravada a situação das praças meridionais em 1537 com o cerco a Azamor), pretendeu Mulei Ahmed (o oatácida) tirar vantagens da conjuntura política e não só estabelece o tratado de paz de 1538 com Portugal como, desde 1539, no plano sigiloso, procura garantir um mútuo auxílio militar contra os xarifes.

Todavia, o tratado de 1538, que parecia assegurar a Portugal maior segurança em termos de posições e de navegação, incluindo igualmente cláusulas de teor económico (com alíneas revelando colaboração com o imperador), não foi respeitado. Os portos de Fez, tanto do Atlântico como do Mediterrâneo, continuaram a abrigar e a criar corsários e a permitir negócios de presas e cativos, para lá de um aumento do fluxo comercial por Salé, Mamora ou Larache e de muitos outros prejuízos para Portugal.

As tréguas ou a paz com os poderes do Norte de África nem sequer apaziguaram, na verdade, certos problemas simultaneamente políticos, económicos, sociais e até religiosos: seja a concorrência comercial com a Coroa de particulares (estrangeiros e nacionais) que prejudicava contratos com potentados locais, desviava pagamentos de direitos ao rei, desenvolvia o contrabando, inclusivamente de armas e munições,

Outubro de 1541 (e também em 1547), facto que representou uma reorientação na política do imperador virando-se mais intensamente para o Norte da Europa e que deixou a Andaluzia apreensiva quanto ao possível reforço nas ligações Turco-Argel-xarife de Marrocos, numa época em que para mais se julgava iminente o abandono por Portugal de uma posição no Norte de África, como Alcácer Ceguer. Ver além dos estudos já citados na nota 17, de Fernández Alvarez e Fernand Braudel, também Sanchez Montes, *Franceses, Protestantes, Turcos. Los Españoles ante la política internacional de Carlos V*, Madrid, C.S.I.C., 1951, e R. B. Merriman, *Suleiman the Magnificent, 1520-1566*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1944.

59. Desenvolvi um estudo sobre as relações de Portugal com Fez e com os restantes poderes do Norte de África, de forma alargada no que diz respeito aos anos 30 e 40 do século XVI, em Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (diss. maestr., FLUL, 1988).

Les doutes émis au sujet du roi de Fès sont en effet très pertinents, tant en ce qui concerne ses relations avec le Portugal que celles qu'il maintient avec les chérifs voire avec les turcs. Il suffit de se rappeler du passé récent⁵⁹: jusqu'au traité de paix de 1538 entre le Portugal et Fès les attaques du roi et de ses caïds ont été constantes, constituant bien souvent, un net reflet de la notoriété grandissante des chérifs dans la guerre contre les chrétiens; il s'est montré intéressé par une alliance militaire avec le Portugal quand celui-ci a établi en 1536 des trêves séparées avec les deux chérifs, bien que le roi de Fès lui-même vienne également à négocier avec eux; de nouveau en 1537, lorsqu'on renouvelle la paix entre le Portugal et le Maroc et une trêve entre Santa Cruz du Cap de Guér et le chérif du Sous pour une période de trois ans (étant donné qu'en 1537, avec le siège d'Azemmour, la situation des places méridionales s'était aggravée), Moulay Ahmed al-Wattassi souhaite tirer profit de la conjuncture politique et établit non seulement le traité de paix avec le Portugal en 1538, mais cherche également depuis 1539 à garantir, sur une base confidentielle, une assistance militaire mutuelle contre les chérifs.

Cependant, le traité de 1538, qui semblait donner au Portugal une plus grande sécurité en termes de position et de navigation, comprenant également des clauses économiques (avec des alinéas révélant une collaboration avec l'empereur), n'a pas été respecté. En plus de l'augmentation du flux commercial à Salé, Mamora ou Larache et de nombreux autres dommages pour le Portugal, les ports de Fès, à la fois ceux de l'Atlantique et de la Méditerranée, ont continué à abriter et à créer des corsaires et à permettre des affaires liées aux prisonniers et aux captifs.

À noter, à ce propos, qu'un grand nombre de turcs et de renégats, habiles dans le harcèlement et dans l'utilisation de l'artillerie, intègrent simultanément les armées des chérifs comme celles du roi de Fès dans les interventions contre le Portugal (1536, 1537, 1539, 1541 Santa Cruz). Il y a des « intelligences » (comme nous avons lu dans un document de 1539) entre ces forces. Au-delà de la coopération dans des actes de piraterie, on craint toujours un plus grand soutien des turcs dans les contingents chérifiens lors de l'établissement d'accords de paix et de trêves entre l'empereur et le Turc. C'est ce qui est arrivé après une vaine tentative de Charles V de prendre Alger en octobre 1541 (et également en 1547) fait qui a représenté un changement dans la politique de l'empereur se tournant plus intensément vers l'Europe du Nord ce qui laissa l'Andalousie appréhensive quant à l'éventuel renforcement des liens entre Turc-Alger-chérif du Maroc, à une époque où l'on pensait à l'abandon imminent par le Portugal de l'une des places d'Afrique du Nord, comme El-Ksar es-Seghir. Outre les études citées ci-dessus à la note 17, de Fernández Alvarez et Fernand Braudel, voir également Sanchez Montes, *Franceses, Protestantes, Turcos. Los Españoles ante la política internacional de Carlos V*, Madrid, C.S.I.C., 1951, et B. Merriman, *Suleiman the Magnificent, 1520-1566*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1944.

59. Nous avons développé une étude sur les relations entre le Portugal et Fès et avec les autres puissances en Afrique du Nord, de manière approfondie en ce qui concerne les années 30 et 40 du XVI^e siècle dans Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a Política Portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos* (mémoire de maîtrise, Lisbonne, FLUL, 1988).

seja a passagem para Marrocos de capitais e de gente conhecedora do ofício e fabrico de armas, incluindo cristãos-novos e mouriscos que se reconvertiam, o que mais ainda fortalecia os xarifes do ponto de vista militar e financeiro.

A paz de 1538 com os cristãos portugueses parece, aliás, ter funcionado em Fez como catalisadora de tensões existentes e reveladora de posições que se vão assumindo, umas inequívocas de apoio à causa xarifina, outras simpatizantes da aliança com Portugal. O rei de Fez, que luta pela inalienabilidade do seu território em relação aos xarifes, depara-se, cada vez mais, com tendências de autonomia de poderes locais, que beneficiam a causa daqueles, pela sua ambiguidade ou pela sua intencional colaboração. O poder económico escapa-se-lhe encontrando-se distribuído por grandes figuras que detêm portos e recursos cerealíferos. Não tem conselheiros com capacidade política, antes vive à mercê de facções. No apoio português vê uma salvaguarda militar mas igualmente uma possível revolta dos súbditos, dado o avanço xarifino e a pressão de cacizes ou marabutos desenvolvendo a ideia de «guerra santa»⁶⁰.

É nestas circunstâncias que Portugal precisa de agir, conhecendo os problemas internos de Fez e de Marrocos e procurando aproveitar-se das divisões e lutas entre poderes locais⁶¹.

As negociações secretas para uma interajuda, propostas por Fez a Portugal, arrastam-se desde 1539 e só terão um desfecho na sequência da intervenção esclarecedora do embaixador do rei de Portugal, Lourenço Pires de Távora (filho de Cristóvão de Távora), enviado em Maio de 1541 àquele reino. Esta missão diplomá-

En vérité, les trêves ou la paix avec les pouvoirs d'Afrique du Nord n'ont en rien diminué certains problèmes à la fois politiques, économiques, sociaux et même religieux : la concurrence commerciale de particuliers (étrangers et nationaux) avec la Couronne, pénalisant des contrats avec les potentats locaux, détournant le paiement de redevances au roi, développant la contrebande, y compris les armes et les munitions, ou le passage de capitale et de personnes bien informées sur le métier et la fabrication d'armes vers le Maroc, inclusivement des nouveaux chrétiens et des maures convertis, renforçait davantage les chérifs du point de vue militaire et financier.

La paix de 1538 avec les chrétiens portugais semble, d'ailleurs, avoir fonctionné à Fès en tant que catalyseur des tensions existantes et révélatrices de positions qui s'assument peu à peu, certaines révélant sans équivoque un soutien à la cause chérifienne, d'autres appuyant l'alliance avec le Portugal. Le roi de Fès qui lutte pour l'inaliénabilité de son territoire par rapport aux chérifs est de plus en plus confronté aux tendances d'autonomie des pouvoirs locaux qui bénéficient la cause de ceux-ci, par leur ambiguïté ou par leur collaboration délibérée. Le pouvoir économique qui se trouve distribué par les grandes figures qui détiennent des ports et des ressources céréalières lui échappe. Ses conseillers n'ont pas de capacité politique, vivant plutôt à la merci de factions. Dans l'aide portugaise, il voit une sauvegarde militaire, mais également une éventuelle révolte des sujets, étant donné l'avancée chérifienne et la pression des cacizes ou des marabouts qui développent l'idée de « guerre sainte »⁶⁰.

C'est dans ces circonstances que le Portugal doit agir, connaissant les problèmes internes de Fès et du Maroc et cherchant à tirer profit des divisions et des luttes entre les pouvoirs locaux⁶¹.

60. Sobre o assunto ver diversos trabalhos de António Dias Farinha, entre os quais «Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)» in *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307 e «Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África)» in *Estudos de História de Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, 1983, vol. II, pp. 57-68.

61. Para isso advertem diversos homens estantes em África. Da abundante documentação que o comprova, ver a título exemplificativo os testemunhos e pareceres sobre os problemas políticos dos reinos do Norte de África de Manuel Jorge de 1 de Agosto de 1538 (Fez), Bastião de Vargas de 10 de Abril de 1539 (Mequinez) e de 12 de Dezembro de 1540 (Fez), de Lopo Barriga, filho do célebre adail de Safim do tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, quando a 29 de Junho de 1541 escreve a D. João III sobre eventuais vantagens para Portugal das calamidades naturais que atingem o Norte de África – v. posições [28] a [30] e [37]. Os problemas internos de Marrocos continuarão a sugerir propostas de intervenção na década de 40 partindo de indivíduos variados, seja o embaixador no reino de Fez, Lourenço Pires de Távora (1541), o agente comercial e político Bastião de Vargas (1544) ou o capitão de Mazagão, Luís de Loureiro, em Julho de 1544 com contactos assíduos com o filho do Rei de Marrocos de posto – v. posições [38] e [39], [43] a [45].

60. Sur le sujet, voir plusieurs travaux d'António Dias Farinha, parmi lesquels « Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas) » in *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307 et « Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África) » in *Estudos de História de Portugal*, Lisbonne, Ed. Estampa, 1983, vol. II, pp. 57-68.

61. Plusieurs hommes séjournant en Afrique mettent en garde contre cela. Parmi l'abondante documentation qui le prouve, voir à titre d'exemple, les témoignages et les avis concernant les problèmes politiques des royaumes de l'Afrique du Nord de Manuel Jorge du 1er août 1538 (Fès), Bastião de Vargas le 10 avril 1539 (Meknès) et le 12 décembre 1540 (Fès), de Lopo Barriga fils du célèbre Adail de Safi de l'époque de Nuno Fernandes Ataíde, lorsque le 29 juin 1541, il écrit à D. João III du Portugal sur les éventuels avantages des catastrophes naturelles qui ont frappé l'Afrique du Nord – voir positions [28] [30] et [37]. Les problèmes internes du Maroc continueront à suggérer des propositions d'intervention dans la décennie de 40 provenant de différents individus, que ce soit l'ambassadeur du royaume de Fès, Lourenço Pires de Távora (1541), l'agent commercial et politique Bastião de Vargas (1544) ou le capitaine de Mazagan, Luís de Loureiro en juillet 1544 avec des contacts réguliers avec le fils du roi déchu du Maroc – voir positions [38] et [39] [43] et [45].

tica⁶² – ostensivamente com o objectivo de aliança política com um dos poderes muçulmanos em luta no Norte de África – prende-se intimamente com o abandono de Safim e Azamor e integra-se numa política tentada por D. João III de equilíbrio de poderes nesta área, política essa de investimento na presença portuguesa em Marrocos mas sem implicar o levantamento oneroso de meios humanos e materiais e a manutenção de posições conquistadas que uma grande intervenção bélica exigiria. Na verdade, esta embaixada não só teve como intuito esclarecer os verdadeiros propósitos de Fez – avaliando a operacionalidade de um projecto de aliança militar de Fez com Portugal e evitando a este uma mobilização precipitada – mas, inequivocamente, procurou estabelecer com aquele reino um acordo que para Portugal teria objectivos meramente defensivos.

O embaixador, seguindo um plano previamente tecido com D. João III, teve diversas audiências com o rei de Fez, Mulei Ahmed, debatendo e confirmando a paz de 1538 e discutindo os termos de uma aliança militar. Neste assunto fulcral, contrapôs significativamente a ideia de uma forte guarnição à de um grande exército (conforme aventava Mulei Ahmed) e, saliente-se, sugeriu a cedência de Azamor como garantia do acordo enquanto em Portugal estivessem os reféns mouros. Recusou naturalmente cedê-la com toda a artilharia como o rei de Fez pretendia, acabando por dar por terminadas as negociações pouco depois. A divulgação da embaixada faria temer o xarife e detê-lo por um tempo nas investidas contra Portugal e Fez. A entrega de uma praça como Azamor comprometeria definitivamente a imagem de Fez junto dos diversos poderes, exigindo por isso da parte dele uma guerra contínua ao poder xarifino. Entretanto, decidido como estava por D. João III o abandono de Safim e Azamor – provam-no a actuação de Pires de Távora e a correspondência deste trocada em cifra com o rei

Les négociations secrètes pour une aide mutuelle, proposées par Fès au Portugal, durent depuis 1539 et n'auront un dénouement qu'après l'intervention éclairante de l'ambassadeur du roi du Portugal, Lourenço Pires de Távora (fils de Cristovão de Távora), envoyé en mai 1541 à ce royaume. Cette mission diplomatique⁶² – ostensiblement tournée vers l'objectif d'une alliance politique avec l'un des pouvoirs musulmans en lutte en Afrique du Nord – est étroitement liée à l'abandon de Safi et d'Azemmour et s'intègre dans une politique tentée par D. João III d'équilibrer les pouvoirs dans ce domaine. Toutefois, cette politique qui repose sur l'investissement dans la présence portugaise au Maroc n'implique pas une demande onéreuse de moyens humains et matériels ni la maintenance de positions conquises qu'une grande intervention offensive exigerait. En fait, cette ambassade avait non seulement le but de clarifier les vraies intentions de Fès – en évaluant l'applicabilité d'un projet d'alliance militaire entre Fès et le Portugal et en évitant à celui-ci une mobilisation hâtive –, mais également et de toute évidence, de chercher à établir avec ce royaume une entente qui pour le Portugal aurait des objectifs purement défensifs.

En suivant un plan préalablement élaboré avec D. João III, l'ambassadeur eut plusieurs audiences avec le roi de Fès, Ahmed al-Wattassi, pour débattre et confirmer la paix de 1538 et pour discuter des termes d'une alliance militaire. Dans ce sujet central, il opposa de manière significative l'idée d'une forte garnison à celle d'une grande armée (comme le persuadait Ahmed al-Wattassi) et suggéra, soulignons-le, la cession d'Azemmour comme garantie de l'accord tant que les otages maures se trouveraient au Portugal. Il refusa naturellement de la céder avec toute l'artillerie comme le roi de Fès le souhaitait, finissant peu après par mettre fin aux négociations. La divulgation de l'ambassade ferait craindre le chérif et le retiendrait pendant quelque temps d'investir contre le Portugal et Fès. La livraison d'une place comme Azemmour compromettrait définitivement l'image de Fès auprès des divers pouvoirs, exigeant donc de la part de celle-ci une guerre continue contre le pouvoir chérifien.

62. A análise das circunstâncias, conteúdo e objectivos da missão diplomática de Lourenço Pires de Távora em 1541 ao reino de Fez constitui o tema de um dos meus capítulos mais alargados em Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora...* cit.. Nele pesquisei uma vasta documentação e tive a oportunidade de confrontar os resultados com outras interpretações como a de David Lopes em estudos como a *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 1924, a de Robert Ricard em diversos artigos publicados em revistas especializadas e nas *SIHM* de Portugal, e de novo em *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, assim como a tese de Otilia Fontoura (1966). Em Maria Leonor García da Cruz, «Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do Século XVI» in *Cadernos Históricos*, IV, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimientos, 1993 pp. 113-128, elaborei uma pequena síntese sobre algumas das conclusões a que cheguei.

62. L'analyse de la situation, du contenu et des objectifs de la mission de Lourenço Pires de Távora en 1541 concernant le royaume de Fès est le thème de l'un de nos chapitres les plus étendus dans Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora...* cit. Nous avons effectué des recherches dans une vaste documentation et avons eu l'opportunité de confronter les résultats à d'autres interprétations comme celle de David Lopes dans des études comme *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 et 1577-1589)*, Coimbre, Academia das Ciências de Lisboa, 1924, celle de Robert Ricard dans plusieurs articles publiés dans des revues spécialisées et dans les *SIHM* du Portugal, et de nouveau dans les *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, ainsi que la thèse d'Otilia Fontoura (1966). Dans Maria Leonor García da Cruz, «Portugal no Jogo de Poderes no Norte de África no segundo quartel do Século XVI» in *Cadernos Históricos*, IV, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimientos, 1993 pp. 113-128, nous avons écrit un petit résumé sur certaines des conclusions auxquelles nous sommes parvenues.

de Portugal⁶³ –, conseguir-se-iam condições para o seu abandono e o reforço de Mazagão, numa retirada estratégica de Marrocos meridional.

Como concluiu Lourenço Pires de Távora a 6 de Setembro de 1541, Mulei Ahmed não tinha condições de manter Azamor nem de fazer qualquer aliança com cristãos. Para conservar o trono de Fez, dada a instabilidade interna do seu reino e a pressão xarifina, desejaria conservar-se neutral, em paz com Portugal e sem guerrear o xarife. De facto, o desenrolar dos acontecimentos confirmá-lo-á. Felicitando, a 1 de Outubro, D. João III pela decisão de abandonar os lugares de Azamor e Safim⁶⁴, é com boas perspectivas que encara a concentração de esforços nas posições do Norte e mais útil conquistar o reino de Fez do que atacar o de Marrocos.

Confirmando as palavras do embaixador, a oposição a Portugal e a contestação geral no reino de Fez cresceu intensamente nos anos de 1542 e 1543, proveniente de alcaides como o de Alcácer Quibir, de Xexuão e de Targa e o senhor de Tetuão, estes dois últimos ligados ao corso no Mediterrâneo e a Argel. Sucessivamente, quebram-se as pazes com Portugal e os interesses parecem aproximar-se mais do xarife marroquino, já na altura em conflito com o do Suz. Mulei Ahmed rompe com Portugal em Outubro de 1543.

Enquanto do Norte de África continua a chegar à Coroa portuguesa o resultado de uma contínua vigilância de todas estas movimentações, discute-se internamente nestes anos uma reorientação da Expansão ultramarina (Anónimo I e Anónimo II, posições [41] e [42]). Do Norte de África provêm pareceres de capitães como Luís de Loureiro sugerindo relações de amizade com poderes ou facções, como Mulei Zidão, filho do xarife de Marrocos, numa época de pleno engrandecimento territorial e político do xarife do Suz⁶⁵. Este torna-se em 1544 também rei de Marrocos e aumenta a sua interferência no reino de Fez, diminuindo o poder territorial do rei, provocando levantamentos e captando partidários.

A D. João III se dirigem por parte de Mulei Ahmed novas propostas de paz, uma em 1545, outra em

Entretemps, comme D. João III avait décidé l'abandon de Safi et d'Azemmour – comme le prouvent les actions de Pires de Távora et la correspondance échangée en chiffre avec le roi du Portugal⁶³ – on parviendrait à réunir des conditions pour son abandon et à renforcer Mazagan, lors d'un retrait stratégique du sud du Maroc.

Comme le conclut Lourenço Pires de Távora, le 6 septembre 1541, les conditions d'Ahmed al-Wattassi, ne lui permettaient ni de maintenir Azemmour ni aucun type d'alliance avec les chrétiens. Pour conserver le trône de Fès et étant donné l'instabilité interne de son royaume et la pression chérifienne, il souhaiterait rester neutre, en paix avec le Portugal et sans faire la guerre au chérif. En effet, le cours des événements le confirmera. Félicitant D. João III le 1^{er} octobre pour avoir pris la décision d'abandonner les places d'Azemmour et de Safi⁶⁴, c'est avec de bonnes perspectives qu'il envisage la concentration d'efforts dans les positions du Nord considérant qu'il est plus utile de conquérir le royaume de Fès que d'attaquer le royaume du Maroc.

Confirmant les paroles de l'ambassadeur, l'opposition contre le Portugal et la contestation généralisée dans le royaume de Fès grandissent énergiquement en 1542 et 1543, provenant des caïds comme celui d'El-Ksar el-Kebir, de Chéchouan et Targa et du seigneur de Tétouan, les deux derniers liés à l'attaque des corsaires en Méditerranée et en Alger. La paix avec le Portugal s'estompe peu à peu et les intérêts semblent s'approcher davantage du chérif du Maroc, qui à ce moment-là était déjà en conflit avec celui du Sous. Ahmed al-Wattassi rompt avec le Portugal en octobre 1543.

Alors qu'à partir d'Afrique du Nord la couronne portugaise continue d'être informée sur le résultat d'une surveillance continue de tous ces mouvements, une réorientation de l'Expansion d'outre-mer est internement discutée au cours de ces années (Anonyme I et Anonyme II – positions [41] et [42]). Les avis de certains capitaines comme celui de Luis Loureiro parviennent d'Afrique du Nord suggérant des relations d'amitié avec des pouvoirs ou factions, comme Moulay Zidan, fils du chérif du Maroc, à une époque de plein agrandissement territoriale et politique du chérif du Sous⁶⁵. Ce dernier devient lui aussi roi du Maroc, en 1544, et augmente son interférence dans le royaume de Fès, réduisant le pouvoir territorial du roi, provo-

63. Ver Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora... cit.*, e um estudo prévio sobre «Portugal e o Norte de África no século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas», nas *1.ª Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa-Linha de História Moderna, pub. *Actas*, vol. II, pp. 1061-1073 e em *Separata*.

64. Cartas de Lourenço Pires de Távora, de 6 de Setembro e de 1 de Outubro de 1541 – posições [38] e [39].

65. Ver *Problemas de datação...*

63. Voir Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora... cit.* et une étude préliminaire sur « Portugal e o Norte de África no século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas » dans *1.ª Jornadas de História Moderna*, Lisbonne, Centro de História da Universidade de Lisboa – Linha de História Moderna, pub. *Actas*, vol. II, pp. 1061-1073 et dans une édition à part.

64. Lettres de Lourenço Pires de Távora, du 6 septembre et du 1^{er} octobre 1541 – positions [38] et [39].

65. Voir *Problèmes de datation...*

1547⁶⁶, já depois do cerco de Fez e da libertação negociada deste rei, agora com o seu domínio drasticamente reduzido e procurando recuperar certos poderes, apoiando-se no rei de Beles e também em Mulei Zidão. Estes dois nomes, bem como, ocasionalmente, forças como Debdu, continuarão a representar a contestação ao grande poder do rei de Marrocos e do Suz que em Janeiro de 1549 se assenhoreia do trono de Fez.

Ameaça e instabilidade sentem-se em todas as posições portuguesas (e castelhanas), que se procuram reforçar e fortificar, e D. João III, que sempre procurou conhecer minuciosamente as forças em presença no Norte de África (chega a enviar com esse intuito Jorge Pimentel a Beles em 1547) procura, agora, por diversas formas, que se reflecta em colaboração com Castela sobre uma política eficaz, face a um poder que controla sucessivamente portos como Larache, Salé, Tetuão, Beles, e que pode vir a construir navios, a acolher uma grande armada como a argelina, ameaçando gravemente as posições portuguesas e o sul de Espanha, e a navegação do Estreito e da costa atlântica⁶⁷.

De novo se vive acesa controvérsia sobre o futuro dos portugueses em Marrocos, questionando-se entre 1549 e 1550 a melhor solução: reforço de todos os lugares ou redução e concentração nos mais fáceis de defender? Negociação com poderes locais? Conquista? Em jogo está, em 1549, o destino de Arzila, que se decide abandonar, o de Tânger e o de Alcácer Ceguer, que fora preservada pela fortificação do Seinal e, após estudo aturado, se pretende evacuar (Agosto de 1549), atulhando-se a entrada do rio.

Lourenço Pires de Távora, então embaixador na corte de Carlos V (1548-1551), recebe constantes instruções de D. João III e em diálogo com o imperador e seus colaboradores, também observadores atentos da evolução política no Norte de África, ganha um maior conhecimento sobre o contexto internacional e, sobretudo, acerca da disposição espanhola a respeito de Marrocos. O abandono de algumas praças parece-lhe de momento a melhor solução, mas é em termos de interesses estratégicos e económicos e do prestígio de Portugal (nação cristã) que tudo avalia. Numa troca

quant des soulèvements et captant des partisans. De nouvelles propositions de paix sont adressées à D. João III de la part d'Ahmed al-Wattassi, une en 1545 et une autre en 1547⁶⁶ déjà après le siège de Fès et la libération négociée de ce roi. Son domaine étant maintenant considérablement réduit il cherchera à récupérer certains pouvoirs en s'appuyant sur le roi de Veléz et sur Moulay Zidan. Ces deux noms, et parfois, occasionnellement, des forces comme Debdu, continueront à représenter la contestation au grand pouvoir du roi du Maroc et du Sous qui, en janvier 1549, prend possession du trône de Fès.

Sentant la menace et l'instabilité, toutes les positions portugaises (et castillanes) cherchent à se renforcer et à se fortifier. Alors qu'il a toujours cherché à connaître minutieusement les forces en présence en Afrique du Nord (il en arrive même à envoyer avec cette intention Jorge Pimentel à Vélez en 1547), D. João III cherche, maintenant, de différentes manières, avec la collaboration de la Castille, à réfléchir sur une politique efficace face à un pouvoir qui contrôle successivement des ports comme Larache, Salé, Tétouan, Vélez, et qui pourrait éventuellement construire des navires, accueillir une grande armée comme l'armée algérienne, menaçant gravement les positions portugaises et le sud de l'Espagne, la navigation du Déroit et de la côte atlantique⁶⁷.

Vivant de nouveau une controverse enflammée sur l'avenir des portugais au Maroc, on s'interroge entre 1549 et 1550 sur la meilleure solution : le renforcement de toutes les places ou une réduction et concentration sur les plus faciles à défendre ? Négocier avec les pouvoirs locaux ? Conquérir ? En 1549, l'enjeu est le sort d'Asilah, que l'on décide d'abandonner, celui de Tanger et celui El-Ksar es-Seghir qui a été préservée grâce à la forteresse du Seinal et, suite à une étude approfondie, on prétend évacuer (août 1549) en jonchant l'entrée du fleuve.

Lourenço Pires de Távora, alors ambassadeur à la cour de Charles V (1548-1551), recevant des instructions constantes de D. João III et étant en dialogue avec l'empereur et ses collaborateurs, des observateurs également attentifs à l'évolution politique en Afrique du Nord, acquiert une meilleure connaissance du contexte international et, en particulier, des intentions espagnoles concernant le Maroc. L'abandon de certaines places lui semble la meilleure solution pour le moment, mais c'est en termes d'intérêts straté-

66. Ver artigos de Robert Ricard elaborados nas *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 167-169 e 250-252, sobre «Les négociations de 1545 entre le Portugal et le Royaume de Fès» e «La Mission de Jorge Pimentel a Velez (1547-1548)», a partir de abundante documentação.

67. Ver em Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora... cit.*, capítulo «A Embaixada de 1548-1551 junto ao imperador Carlos V – Uma reflexão sobre a política portuguesa no Norte de África», pp. 300-403. Nele analiso as diferentes reacções suscitadas pelos avanços e ligações do xarife Rei do Suz e de Marrocos pela sua vitória sobre Fez, fundamentais também para a compreensão do contexto em que se abandonaram as praças de Alcácer Ceguer e Arzila.

66. Voir les articles de Robert Ricard élaborés dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 167-169 et 250-252, sur «Les négociations de 1545 entre le Portugal et le royaume de Fès» et «La Mission de Jorge Pimentel a Velez (1547-1548)», à partir d'une abondante documentation.

67. Voir dans Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora... cit.*, chapitre «A Embaixada de 1548-1551 junto ao imperador Carlos V – Uma reflexão sobre a política portuguesa no Norte de África», pp. 300-403. Nous y analysons les différentes réactions suscitées par les avancées et les liens du chérif roi du Sous et du Maroc pour sa victoire sur Fès, elles aussi également fondamentales pour comprendre le contexte dans lequel les places fortes d'El-Ksar es-Seghir et d'Asilah ont été abandonnées.

intensa de correspondência⁶⁸, acaba por reconhecer a necessidade de deixar Alcácer Ceguer (embora a sua manutenção favorecesse a Espanha e de início tivesse julgado melhores as condições de conservação desta praça). Em termos de conquista, sugere que o porto de Larache facilitaria o despejo de Arzila. A este nunca se mostrou hostil.

Onde Pires de Távora mais contribuirá para o esclarecimento e reorientação da linha política de actuação da Coroa portuguesa nas matérias do Norte de África será através de comentários críticos, pessoalizados mas de índole estratégica e militar, que troca com D. João III e outras personalidades como o infante D. Luís, acerca de um possível acordo que se pensa vir a estabelecer, evitando a perda de Arzila, já parcialmente evacuada, mediante a sua entrega a Mulei Boaçum. Trata-se, segundo Távora, de uma política de circunstância e extremamente arriscada, contrastando com a política ponderada de D. João III em 1541, aquando do abandono de Azamor e Safim. O rei de Beles não tem partidários seguros, as condições de entrega da praça podem, em caso de traição, prejudicar em muito Portugal e reforçar o inimigo, além do facto de ser desprestigiante e insensato ceder uma praça a um rei mouro e, até paradoxal, se guarnecida militarmente e com artilharia. Além disso, onde está a capacidade para mobilizar e manter importantes forças em Tânger para um ataque ao xarife e para conseguir expulsá-lo de Fez a partir dessa posição? A Espanha nunca apoiará tal projecto.

D. João III dar-lhe-á razão assim como grandes figuras da política portuguesa da época. O imperador, por seu turno, recusará, de facto, o auxílio a Boaçum. Com muita prudência e antecipando-se em parte às ordens régias, o embaixador comunica ao rei de Beles a decisão portuguesa de terminar o despejo de Arzila e omite a disposição de D. João III de continuar a auxiliá-lo a partir de Tânger.

A política portuguesa fica assim definida em 1550, o que não se traduz no término da controvérsia. O facto de se aceitar circunstancialmente o abandono de lugares no Norte de África, não significa deixar de pugnar na época e no futuro pela conservação e investimento nas restantes posições, no fortalecimento de

giques et économiques et de prestige pour le Portugal (nation chrétienne) qu'il évalue. Suite à une intense correspondance⁶⁸, il finit par reconnaître la nécessité de laisser El-Ksar es-Seghir (bien que son maintien favorise l'Espagne et qu'il ait, au début, mieux évalué les conditions de conservation de cette place). En matière de conquête, il suggère que le port de Larache faciliterait l'évacuation d'Asilah. Il ne se montrera jamais hostile envers celui-ci.

Ce sera par le biais de commentaires critiques, personnalisés, mais de nature stratégique et militaire, échangés avec D. João III et d'autres personnalités comme l'infant D. Luís, sur un éventuel accord qu'il pense établir pour éviter la perte d'Asilah déjà partiellement évacuée, moyennant sa livraison à Moulay Bou Hassoun, que Pires de Távora contribuera le plus à la clarification et à la réorientation de la ligne politique de l'action de la couronne portugaise sur des matières concernant l'Afrique du Nord. Il s'agit, selon Távora, d'une politique de circonstance et extrêmement risquée, contrastant avec la politique pondérée de D. João III en 1541, lors de l'abandon d'Azemmour et de Safi. Le roi de Vélez n'a pas de partisans sûrs, les conditions de livraison de la place peuvent, en cas de trahison, nuire fortement le Portugal et renforcer l'ennemi, outre le fait que cela soit déshonorant et insensé de céder une place à un roi maure, voire paradoxal, si celle-ci possède une garnison militaire et une artillerie. En outre, où est la capacité à mobiliser et à maintenir d'importantes forces à Tanger pour une attaque au chérif et pour réussir à l'expulser de Fès à partir de cette position? L'Espagne n'appuiera jamais un tel projet.

D. João III ainsi que de grandes figures de la politique portugaise de l'époque lui donneront raison. De fait, l'empereur refusera, à son tour, l'aide à Bou Hassoun. Avec une grande prudence et devançant en partie les ordres régaliens, l'ambassadeur communique au roi de Vélez la décision portugaise de terminer l'évacuation d'Asilah et omet la disposition de D. João III de continuer à lui prêter assistance à partir de Tanger.

La politique portugaise est ainsi définie en 1550, mais elle n'entraîne pas la fin de la controverse. Le fait qu'en raison des circonstances on accepte l'abandon de places en Afrique du Nord cela ne signifie pas que l'on cesse de combattre à l'époque et à l'avenir pour la conservation et l'investissement dans d'autres posi-

68. Ver *supra*, nota 67. Realizei no capítulo referido o estudo da intensa correspondência trocada entre o Embaixador, o Rei de Portugal, o infante D. Luís e outras individualidades, entre os anos de 1548 e 1550. Nela se avalia uma possível conquista de Larache, iniciativas tomadas em relação à defesa de Alcácer Ceguer e depois ao seu abandono, a decisão de deixar Arzila, negociações com Mulei Boaçum que envolvem esta praça, advertência para uma reorientação necessária da política portuguesa, considerações de ordem estratégica sobre uma futura intervenção em Marrocos, a política espanhola, as decisões finais sobre Arzila. Ver uma das intervenções marcantes de Pires de Távora, posição [47], na Carta a D. João III, de Bruxelas, 30 Nov. 1549.

68. Voir *supra* note 67. Nous avons réalisé dans ce chapitre l'étude de l'intense correspondance entre l'ambassadeur, le roi du Portugal, l'Infant D. Luís et d'autres individualités, entre les années 1548 et 1550. Elle évalue une possible conquête de Larache, des initiatives prises par rapport à la défense d'El-Ksar es-Seghir et ensuite par rapport à son abandon, la décision de quitter Asilah, les négociations avec Moulay Bou Hassoun concernant cette place, un avertissement pour la réorientation nécessaire de la politique portugaise, les considérations stratégiques à propos d'une future intervention au Maroc, la politique espagnole, les décisions finales sur Asilah. Voir l'une des interventions importantes de Pires de Távora, position [47], dans Lettre à D. João III, de Bruxelles, le 30 novembre 1549.

Tânger bem como em toda uma reforma do sistema defensivo das costas algarvias, da navegação e das rotas. É essa corrente que se manifesta nas Cortes em 1562-1563. É esse espírito que domina quando Mazagão precisa de ser socorrida. É esse pensamento que influenciará grandemente o governo do Cardeal Regente e a futura política de D. Sebastião.

Problemas de datação e de divulgação dos textos

Para lá de uma análise conjunta e comparativa dos diversos projectos e opiniões coevos sobre a política portuguesa a prosseguir no Norte de África, quantos deles manifestados directamente a D. João III e a pedido deste, importa a sua leitura individualizada.

Desses pareceres apresento neste trabalho, em capítulo distinto – *Algumas posições assumidas em época de controvérsia* –, uma síntese do conteúdo e dados sobre a localização tanto do original (ou, na falta deste, da cópia mais antiga) como da sua publicação. Alguns, por serem à data pouco divulgados ou não terem ainda saído a lume, publiquei-os em 1997 pela primeira vez, na *Compilação de Documentos* que integrou a versão original do presente estudo.

Concordantes ou antagónicos, estes pareceres são, na realidade, sempre esclarecedores de temas em discussão na época e reveladores de perspectivas pessoais ou de grupo. Alguns, porém, não se apresentam datados no original facto que, pela sua importância, tem naturalmente despertado pesquisas e – note-se – conclusões nem sempre definitivas. Para deduções e polémicas chamarei igualmente a atenção no capítulo mencionado, embora de forma sucinta, ao apresentar individualmente os diferentes escritos.

Os Anónimos I e II (posições [41] e [42]) suscitaram-me, porém, maiores dúvidas sobre a datação até hoje deduzida, levando-me a tentar um maior rigor. A sua elaboração decorre indubitavelmente de uma época de acesa controvérsia entre os conselheiros de D. João III, no grupo dos quais, todavia, o primeiro dos Autores parece não se integrar⁶⁹. Trata-se, segundo as suas próprias palavras, de um homem experiente nas guerras do Norte de África onde teria até então servido o monarca. Em Almeirim dera o seu parecer ao rei sobre prosseguir a conquista de África e a pedido deste o escrevera fundamentando-o.

É com veemência que o Anónimo I escreve, e os múltiplos casos de luta que selecciona, como exemplo e a título comprovativo da sua argumentação, são maio-

tions, dans la fortification de Tanger ainsi que dans toute réforme du système de défense des côtes de l'Algarve, de la navigation et des routes. C'est ce courant qui se manifeste dans les cours en 1562-1563. C'est cet esprit qui domine lorsque Mazagan a besoin d'être secourue. C'est cette pensée qui influencera grandement le gouvernement du Cardinal régent et la future politique de D. Sebastião.

Problèmes de datation et de divulgation des textes

Au-delà d'une analyse commune et comparative des divers projets et opinions de cette époque sur la politique portugaise à développer en Afrique du Nord, bon nombre d'entre eux manifestés directement à D. João III et à la demande de celui-ci, il est important d'en faire une lecture particularisée.

Nous présentons dans ce travail, dans un chapitre distinct – *Quelques positions assumées en temps de controverse* –, une synthèse du contenu de ces avis et des données sur la localisation tant de l'original (ou, à défaut de celui-ci, la copie la plus ancienne) que de sa publication. Certains, parce qu'ils sont jusqu'à cette date peu divulgués ou n'ont pas encore été mis en lumière, nous les avons publiés en 1997 pour la première fois, dans *Compilação de Documentos* laquelle a intégré la version originale de la présente étude.

Concordants ou antagoniques, ces avis sont, dans la réalité, toujours éclairants quant aux thèmes en discussion à l'époque et révélateurs de perspectives personnelles ou de groupe. Certains ne sont toutefois pas datés dans l'original, un fait qui par son importance a naturellement suscité des recherches et – notons-le – des conclusions pas toujours définitives. Concernant les deductions et les controverses, nous attirons également l'attention, quoique brièvement, au chapitre mentionné, lors de la présentation séparée des différents écrits.

Les Anonymes I et II (positions [41] et [42]), nous ont suscité, néanmoins, de plus grands doutes quant à la datation jusqu'à aujourd'hui déduite, nous amenant à être plus rigoureux. Leur élaboration découle indubitablement d'un temps de controverses enflammées entre les conseillers de D. João III, dans le groupe desquels, le premier des auteurs semble toutefois ne pas s'intégrer⁶⁹. Il s'agit, d'après ces propres mots, d'un homme expérimenté dans les guerres d'Afrique du Nord où jusqu'alors il aurait servi le monarque. À Almeirim, il a donné son avis au roi pour poursuivre la conquête d'Afrique et à la demande de celui-ci il lui a écrit ses motifs.

C'est avec véhémence que l'Anonyme I écrit et les multiples cas de lutte qu'il sélectionne, comme exemple

69. «Dizem vossos conselheiros... os mais delles aconselhão a Vossa Alteza...» – BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174v-175 (Anónimo I, posição [41]). Quanto ao Anónimo II, cujo parecer se encontra no mesmo códice da Biblioteca da Ajuda, v. posição [42].

69. «Vos conseillers disent... la plupart d'entre eux conseille Votre Altesse...» – BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174v-175 (Anonyme I, position [41]). Quant à l'Anonyme II, dont l'avis est dans le même codex de la Bibliothèque d'Ajuda, v. position [42].

ritariamente dos princípios do século XVI, do tempo de D. Manuel I, misturando-se sem preocupações de ordem cronológica. De tempos mais recentes, encontra-se neste documento uma referência (f. 194) à queda de Santa Cruz do Cabo de Guér (Março de 1541) e, no Oriente, pelo menos duas alusões que merecem maior reflexão (ambas no f. 196v): uma sobre a concentração de galés turcas no Suez, outra sobre o Turco em Baçorá.

Quanto ao Suez, a concentração de galés turcas motiva, aliás, nos primeiros meses de 1541 a formação de uma grande armada com fins punitivos, não alcançados, comandada por D. Estêvão da Gama. No que toca a Baçorá, contudo, só anos depois será ocupada pelo turco, no decurso de Janeiro de 1547, tornando de resto alarmante para os portugueses a crescente possibilidade dos turcos fiscalizarem o comércio do Golfo Pérsico e do Oceano Índico.

Será que o Anónimo I ao referir «o Turco em Baçorá» queria apenas salientar um perigo iminente? Na verdade, desde o insucesso da armada portuguesa em 1541, parece ter-se desencadeado um efeito adverso, verificando-se desde então com maior frequência a presença de galés turcas navegando e por vezes mesmo atacando a costa índica e arábica e os portos da entrada do Golfo Pérsico. Pelo menos desde os finais de 1545 encontramos documentada uma ameaça real a Baçorá, por parte de tropas turcas bem preparadas e apetrechadas que construíram nas proximidades, em Záquia, uma fortaleza⁷⁰. A ocupação, contudo, só se verifica em Janeiro de 1547, já posteriormente de resto à derrota dos guzarates no segundo cerco de Diu (Novembro de 1546)⁷¹.

Outras passagens, contudo, deste documento permitem-nos uma maior aproximação da data de redacção do parecer. A ff. 194v-195 ao falar das guerras civis entre naturais dos reinos do Norte de África e particularmente das discórdias entre os xarifes de Marrocos e do Suz salienta que *este ano* chegaram a vir a batalha campal, tendo o xarife do Suz prendido o irmão mais velho e *ao presente* aguardava-se com expectativa (particularmente entre os cativos de Marrocos) o futuro comportamento de Mulei Zidão, filho do xarife de Marrocos, «pela embaxada que cá quer mandar... em que pede a Vossa Alteza socorro

et à titre justificatif de ses arguments datent majoritairement des débuts du XVI^e siècle, de l'époque de D. Manuel I et sont mélangés sans souci d'ordre chronologique. Il existe dans ce document, d'une époque plus récente, une référence (f. 194) à la chute de Santa Cruz du Cap de Gué (mars 1541) et au moins deux allusions concernant l'Orient qui méritent une plus grande réflexion (toutes deux dans le f. 196v): une sur la concentration de galères turques à Suez, une autre sur le Turc à Bassora.

Quant au Suez, la concentration de galères turques motive d'ailleurs, au cours des premiers mois de 1541, la formation d'une grande armée à des fins punitives, non atteintes, commandée par D. Estêvão da Gama. En ce qui concerne Bassora, néanmoins, elle ne sera occupée par le Turc que quelques années plus tard, en janvier 1547, ce qui s'avère, d'ailleurs, inquiétant pour les portugais en raison de la possibilité croissante pour les turcs de surveiller le commerce dans le Golfe Persique et l'Océan Indien.

Lorsque l'Anonyme I se réfère « au Turc à Bassora » voulait-il juste souligner un danger imminent ? En fait, depuis l'échec de l'armée portugaise en 1541, un effet adverse semble avoir été déclenché et l'on constate depuis lors une présence plus fréquente de galères turques qui, parfois même, attaquent la côte indienne et arabe et les ports de l'entrée du golfe Persique. Nous trouvons documentée, au moins depuis la fin de 1545, une réelle menace à Bassora de la part des troupes turques bien préparées et équipées qui ont construit une forteresse à proximité de Zachée⁷⁰. Cependant, l'occupation ne se produit qu'en janvier 1547, d'ailleurs après la défaite des gujaratis dans le second siège de Diu (novembre 1546)⁷¹.

Toutefois, d'autres passages de ce document nous donnent une meilleure estimation de la date de rédaction de l'avis. Lorsqu'elle mentionne les guerres civiles entre les natifs des royaumes de l'Afrique du Nord et les discordes entre les chérifs du Maroc et du Sous en particulier, le ff. 194v-195 précise que cette *année*, il y aurait même eu un champ de bataille, le chérif du Sous ayant fait son frère aîné prisonnier et qu'à *présent* on attendait avec impatience (surtout parmi les captifs du Maroc) le comportement futur de Moulay Zidan, le fils du chérif du Maroc « à travers l'ambassade qu'il veut nous envoyer... et qui demande à Votre Altesse de le secourir avec sept ou huit mille hommes, des arquebusiers pour libérer son pays et rejeter l'Oncle de tout le royaume de Taroudant et du Sous

70. Carta de Luís Falcão, capitão de Ormuz, ao governador, datada de 6 de Janeiro de 1546, pub. nas *Obras Completas de D. João de Castro*, ed. A. Cortesão e L. Albuquerque, Coimbra, Acad. Int. da Cultura Portuguesa, 1976, vol. III, p. 116.

71. Luís de Albuquerque, *Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI* (Sep. Biblos, t. LIV, 1978), Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1977, e em *Estudos de História*, 1977, vol. V, pp. 351-398. Ver também «O domínio português do Índico e a resposta turca», *Vértice*, vol. XXXVI, 1976, pp. 6-18 e em *Estudos de História*, vol. V, pp. 224-246.

70. Lettre de Luís Falcão, capitaine d'Ormuz au gouverneur, datée du 6 janvier 1546, publiée dans *Obras Completas de D. João de Castro*, éd. A. Cortesão et L. Albuquerque, Coimbra, Acad. Int. da Cultura Portuguesa, 1976, vol. III, p. 116.

71. Luís de Albuquerque, *Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI* (Sep. Biblos, t. LIV, 1978), Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1977 et dans *Estudos de História*, 1977, vol. V, pp. 351-398. Voir également «O domínio português do Índico e a resposta turca», *Vértice*, vol. XXXVI, 1976, pp. 6-18 et dans *Estudos de História*, vol. V, pp. 224-246.

de sette ou oito mil homens Arcabuseiros para hir libertar seu Pay e bottar fora o Tio de todo o Reyno de Tarudante e de Sús fazendo a Vossa Alteza todos os partidos que se podem dezejar».

Das cartas provenientes do Norte de África desde a época imediata à perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, pode-se acompanhar, por informações mais ou menos seguras, as movimentações dos dois xarifes e dos seus partidários, juntando-se esses dados às referências da Crónica coeva anónima publicada por Pierre de Cenival⁷².

Otilia Fontoura, fixando em fins de 1542 este e o parecer do Anónimo II⁷³, faz coincidir esta com a data próxima do primeiro de dois grandes recontros verificados entre os xarifes: o de Mascordão (Amescrude), na passagem de 1542 para 1543, em que o xarife de Marrocos Mulei Ahmed Aláreje é vencido e feito prisioneiro pelo irmão. Parece de facto ser esta a batalha campal referida no documento em estudo, uma vez que, acrescentando-se, no segundo grande recontro, pouco antes de Julho de 1544, em Alquerria, o rei de Marrocos sai de novo vencido mas não é capturado, conseguindo refugiar-se no vale do Tensift, na azóia de Cide Abedalá ben Seci⁷⁴, e depois em Tafilalet. Deste último recontro, de resto, resulta a tomada do poder em Marraquexe pelo xarife rei do Suz, Mulei Mahamet Xequete⁷⁵.

Creio poder aduzir mais alguns dados, a partir de informações recolhidas na documentação proveniente do Norte de África nos primeiros meses de 1543 e, sobretudo, dando atenção às referências contidas no Anónimo I respeitantes a Mulei Zidão. Este filho mais velho de Mulei Ahmed Aláreje, que se destaca pelos seus feitos bélicos contra alcaides do tio em 1542, numa época de crescente violência entre os dois xarifes⁷⁶, corresponde-se entre 1543 e 1544 com certa

donnant à Votre Altesse toutes les parties que l'on peut souhaiter.»

Les déplacements des deux chérifs et de ses partisans peuvent être accompagnés à partir d'informations plus ou moins fiables figurant dans des lettres provenant d'Afrique du Nord de l'époque qui a immédiatement suivi la perte de Santa Cruz du Cap de Gué, ces données rejoignent les références de la Chronique anonyme de la même époque publiée par Pierre de Cenival⁷².

En fixant cet avis et celui de l'Anonyme II⁷³ à la fin de 1542, Otilia Fontoura fait coïncider cette date avec la date proche du premier de deux affrontements majeurs qui se sont produits entre les chérifs: celui d'Ameskroud, dans le passage de 1542 vers 1543, où le chérif du Maroc Moulay Ahmed el-'Arej fut vaincu et fait prisonnier par son frère. Il semble qu'il s'agit là, en effet, de la bataille champêtre mentionnée dans le document à l'étude, vu que, ajoutons le, dans la deuxième grande bataille, peu avant juillet 1544, à El-Kahira, le roi du Maroc sort à nouveau perdant, mais n'est pas capturé et parvient à se réfugier dans la vallée du Tensift, dans la zaouïa de Sidi 'Abd Allah ben Sasi⁷⁴ et après à Tafilat. De ce dernier affrontement résulte, en outre, la prise du pouvoir à Marrakech par le chérif roi du Sous, Mohammed ach-Cheikh⁷⁵.

Nous pensons pouvoir ajouter quelques données, à partir d'informations recueillies dans la documentation provenant d'Afrique du Nord dans les premiers mois de 1543 et, surtout, en accordant une attention aux références contenues dans l'Anonyme I concernant Moulay Zidan. Ce fils aîné de Ahmed el-'Arej, qui se distingue par ses faits belliqueux contre des caïds de son oncle en 1542, à une époque de croissante violence entre les deux chérifs⁷⁶, échange entre 1543 et 1544 avec une certaine fréquence une correspondance avec Luís de Loureiro, capitaine de Mazagan, ou, à travers celui-ci, avec D. João III.

72. *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, éd. P. Cenival, Paris, Geuthner, 1934. Cenival ao tentar identificar o seu autor a partir do texto, considera tratar-se de um cavaleiro português que viveu a guerra em Santa Cruz do Cabo de Guer e que, aquando do cerco e queda desta praça em 1541, foi feito prisioneiro, passando anos cativo em Tarudante até ser resgatado em 1546.

73. Otilia Fontoura, em *Portugal em Marrocos...* cit. transcreve estes documentos a pp. 250-278 (documento VII) e 279-291 (documento VIII) e justifica a data na nota 2 da p. 251. V. *supra* nota 28.

74. Confirmando a notícia de Cenival, *Chronique...* cit., a tal se refere a 4 de Julho de 1544, escrevendo de Arzila a D. João III, Bastião de Vargas – BNP, Ms. 1758, ff. 526-527, publicado por Robert Ricard em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 144-148.

75. Dados a partir de Cenival, *Chronique...* cit., e do estudo de Joaquim Figanier sobre a *História de Santa Cruz...* cit., pp. 62 e 239.

76. Extracto da minuta ou cópia da tradução de uma carta que o alcaide Abedala (ben Çaide) – na grafia que aparece nos documentos coevos traduzidos – escreveu a D. João III a 13 de Julho de 1542 existente no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 12, D. 50 e publicado nas *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 68-69. Note-se que os xarifes continuavam em guerra quando o capitão de Mazagão escreve ao rei a 15 de Dezembro desse ano – ANTT, *Gaveta II*, 6 - 13 (má cópia

72. *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, éd. P. Cenival, Paris, Geuthner, 1934. Lorsque Cenival essaye d'identifier l'auteur du texte, il considère qu'il s'agit d'un chevalier portugais qui a vécu la guerre à Santa Cruz du Cap de Gué et qui, pendant le siège et la chute de cette place en 1541, il fut fait prisonnier, ayant passées des années en captivité à Taroudant jusqu'à son rachat en 1546.

73. Otilia Fontoura, dans *Portugal em Marrocos...* cit. transcrit ces documents pp. 250-278 (document VII) et 279-291 (document VIII) et justifie la date dans la note 2 de la p. 251. V. *supra*, note 28.

74. Confirmant la nouvelle de Cenival, *Chronique...* cit., celle-ci se réfère au 4 juillet 1544, qui écrit d'Asilah à D. João III, Bastião de Vargas – BNP, Ms. 1758, ff. 526-527, publié par Robert Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 144-148.

75. Données fournies par Cenival, *Chronique...* cit., et par l'étude de Joaquim Figanier sur *História de Santa Cruz...* cit., pp. 62 et 239.

76. Extrait de la minute ou copie de la traduction d'une lettre que le caïd 'Abd Allah ben Sa'id a écrit à D. João III le 13 juillet 1542 existant dans l'ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 12, D. 50 et publiée par R. Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 68-69.

On souligne que les chérifs sont toujours en guerre lorsque le capitaine de Mazagan écrit au roi le 15 décembre de cette année – ANTT, *Gaveta II*, 6-13 (copie de mauvaise qualité dans *BAJUDA*, Cod. 51-VI-40, ff. 587-596). Lettre publiée dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 113-119.

frequência com Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, ou, através deste, com D. João III.

Na verdade, Loureiro recebeu em Mazagão a 24 de Março de 1543 um recado de Mulei Zidão – que significativamente designa por «rei de Marrocos» – que se apressa a enviar ao monarca. O mensageiro que chegara de Marraquexe, Fernão Leite, trouxera notícias da tomada de Tremecém pelas forças do imperador, do envio de um alcaide de Mulei Zidão ao filho do rei de Fez prometendo terras (entre as quais Fistela que de facto entrega) e pretendendo pazes, e sabia-se que a paz fora já apregoada entre os dois reinos⁷⁷.

O conteúdo deste recado de Zidão corresponde ao desejo de pedido de auxílio a D. João III mencionado pelo Anónimo I? Não se conseguiu ainda comprová-lo. Tudo indica que, entretanto, nos princípios de Março, após lutas intensas entre alcaides de um e de outro, tanto no litoral como no sertão, os xarifes se acordaram nos Montes Claros, entre Marrocos e o Suz⁷⁸. O parecer em análise teria, assim, sido redigido pouco depois desta época, provavelmente entre Março e Abril de 1543.

Só passado um ano e alguns meses, nos inícios de Julho de 1544, voltamos a ter notícias documentadas de Mulei Zidão, desse homem «bem pratico e entendido nas cousas de Africa», como o caracteriza o Anónimo I (f. 195), e da troca de correspondência não apenas com Luís de Loureiro e com D. João III mas também com o infante D. Luís. A recente derrota de Ahmed Aláreje na batalha de Alquerria que, desta vez, leva ao poder em Marrocos o seu irmão rei do Suz, agora senhor dos dois reinos, se insufla esperança nos cativos portugueses de Marrocos⁷⁹, traz por outro lado fortes apreensões às praças portuguesas.

Em Mazagão, Luís de Loureiro apressa-se a expedir cartas ao monarca português sobre o desbarato do xarife de Marrocos e a mandar visitar Mulei Zidão. Este, ferido, impossibilitado de se deslocar, troca correspondência com o capitão de Mazagão e envia um

na BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 587-596). Carta publicada em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 113-119.

77. Carta de Mazagão, de 25 de Março de 1543, de Luís de Loureiro a D. João III, existente no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 73, D. 66, publicado em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 124-125.

78. Notícias enviadas de Tarudante a D. João III, a 9 de Março de 1543, por Sebastião Gonçalves, existentes no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 73, D. 61, e publicado por Figanier na *História de Santa Cruz...* cit., pp. 359-360, e por Ricard nas *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 121-123. Corresponderiam estas às informações sobre a partilha de territórios acordada entre os dois xarifes, referida por Mármol Carvajal, *Descripción general de Affrica*, vol. I, Granada, 1573, f. 251 e Cenival, *Chronique...* cit., p. 136 e n. 2 (data inexacta de 2 Abr. 1542).

79. Carta de Marraquexe, de 1 de Julho de 1544, dos capitães cativos a D. João III, no ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 17, publicado em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 142-143. A expectativa descrita pelo Anónimo I (posição [41]), cerca de Março de 1543, fora assim, ao que tudo indica, gorada.

En fait, Loureiro reçut à Mazagan le 24 mars 1543 un message de Moulay Zidan – qu'il appelle significativement «Roi du Maroc» – qu'il s'empresse d'envoyer au monarque. Le messenger Fernão Leite, qui venait d'arriver de Marrakech, avait apporté des nouvelles concernant la prise de Tlemcen par les forces de l'empereur, l'envoi d'un caïd de Moulay Zidan au fils du roi de Fès, promettant des terres (y compris Fichtala qu'il livre effectivement) et souhaitant la paix, et que la paix avait déjà été annoncée entre les deux royaumes⁷⁷. Le contenu de ce message de Zidan correspond-il à la volonté de demander de l'aide à D. João III mentionné par l'Anonyme I? À ce jour personne n'a réussi à le prouver. Tout indique, cependant, qu'au début du mois de mars, après des combats intenses entre leurs caïds respectifs, tant sur la côte que dans l'arrière-pays, les chérifs se sont accordés dans l'Haut Atlas (Montes Claros), entre le Maroc et le Sous⁷⁸. L'avis en question aurait ainsi été rédigé peu de temps après cette période, probablement entre mars et avril 1543. Ce n'est qu'un an et quelques mois après, au début du mois de juillet 1544, que nous avons de nouveau des nouvelles documentées de Moulay Zidan, de cet homme « bien pratique et connaisseur des choses de l'Afrique », comme le caractérise l'Anonyme I (f. 195), et de la correspondance non seulement avec Luis Loureiro et D. João III, mais aussi avec l'infant D. Luis. Si la récente défaite d'El-Arej dans la bataille d'El-Kahira, qui cette fois-ci conduit au pouvoir au Maroc son frère, le roi du Sous, désormais seigneurs des deux royaumes, insuffle, d'une part, l'espoir pour les captifs portugais de Marrakech⁷⁹, elle apporte, d'autre part, de fortes inquiétudes pour les places portugaises.

À Mazagan, Luís Loureiro se hâte d'expédier des lettres au monarque portugais sur la déroute du chérif du Maroc et d'organiser une visite à Moulay Zidan. Ce dernier, blessé, incapable de se déplacer, correspond avec le capitaine de Mazagan et envoie un maure avec des lettres pour D. João III et pour l'infant D. Luis, des lettres qui entretemps ont été volées. Selon ce que l'on peut déduire des documents, Zidan demandait au roi une audience pour qu'ils puissent traiter de questions confidentielles, manifestant en

77. Lettre de Mazagan, du 25 mars 1543, de Luís de Loureiro à D. João III, existant dans l'ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 73, D. 66, publié dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 124-125.

78. Nouvelles envoyées de Taroudant à D. João III le 9 mars de 1543 par Sebastião Gonçalves, existant dans l'ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 73, D. 61, et publiée par Figanier dans *História de Santa Cruz...* cit., pp. 359-360, et par Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 121-123. Celles-ci correspondraient aux informations sur le partage de territoires accordés entre les deux chérifs mentionnés par Mármol Carvajal, *Descripción general de Affrica*, vol. I, Granada, 1573, f. 251 et Cenival, *Chronique...* cit., p. 136 et n. 2 (date inexacte du 2 avr. 1542).

79. Lettre de Marrakech, du 1^{er} juillet 1544, des capitaines captifs à D. João III, dans l'ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 17, publié dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 142-143. Les attentes décrites par l'Anonyme I (position [41]), vers mars 1543, ont été ainsi, semblait-il, déjouées.

mouro com cartas para D. João III e para o infante D. Luís, entretanto roubadas. Pelo que se pode depreender da documentação, Zidão solicitava ao rei uma audiência para pessoalmente tratarem de assuntos sigilosos, ao mesmo tempo que manifestava ao capitão a sua implícita aliança com o rei de Fez e a abertura de ambos a acordos com Portugal⁸⁰. Em Outubro de 1544 continua Zidão nessa mesma disposição e insiste em obter uma resposta de D. João III e conhecer as suas intenções⁸¹.

Como se sabe, Mulei Zidão irá manifestar sempre os seus propósitos contra o tio, Mulei Mahamet Xeque, reforçando ligações com o rei de Fez mesmo depois do cativo deste em 1545 e nas circunstâncias que precedem a queda de Fez em Janeiro de 1549⁸². Posteriormente a este acontecimento continuará envolvido na contestação ao xarife – movida essencialmente por Mulei Boaçum e exigindo uma observação atenta e permanente por parte de Portugal.

No que diz respeito ao Anónimo II, posição [42], o discurso é, por vezes, acentadamente crítico, tocando até as raias do sarcasmo. Os pontos que salienta da controvérsia da época e a resposta fundamentada que procura dar a favor de uma conquista da Índia «Limitada pela razão e comodidade do comércio» (f. 215), aproxima-o do parecer do Anónimo I, embora se trate de uma argumentação visando uma política oposta. Tudo indica ter começado a escrever no próprio dia em que se discutiram estas matérias no Conselho do rei⁸³ e o seu objectivo primordial é responder, rebatendo, a razões invocadas a favor do prosseguimento da conquista de África. Note-se,

80. Carta de 26 de Julho de 1544 de Luís de Loureiro a D. João III, incluindo cópia da carta que Mulei Zidão lhe dirigira – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 35, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 149-154.

81. A decisão de D. João III sobre o «caso de Azamor» merece-lhe particular atenção, cf. carta de Zidão de 31 de Outubro de 1544 e carta do alcaide *Mansour ben Ahmed* de 1 de Novembro a Luís de Loureiro – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 21 e 21b (traduções coevas), pubs. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 163-166. De recordar que ainda em Julho L. Loureiro, temendo que o novo xarife de Marrocos povoasse Azamor, procura quanto possível o seu derrube e retirar tijolo e madeira – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.

82. De recordar ligações pessoais concertadas em 1546 pelo xarife de Marrocos mediante o casamento de Mulei Zidão com uma filha do Rei de Fez – carta de Bernardim de Carvalho a D. João III de 11 de Junho de 1546, no ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 354, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 189-190 – e principalmente as movimentações militares e os reforços que Zidão traz a Fez em 1548 – cartas de Ceuta e de Arzila a D. João III, de 14 de Fevereiro e de 4 de Maio de 1548, respectivamente de Jorge Pimentel e de D. Álvaro, no ANTT, *Gaveta*, V, 5-25 e *Corpo Cronológico*, P. I, M. 80, D. 103, pubs. por D. Lopes em *Anais de Arzila...* cit., vol. II, pp. 419-421 e 426-427 e R. Ricard em *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 259-260 e 265-267.

83. Só posteriormente a 12 de Maio de 1543, data do recebimento da Infanta D. Maria por esposa do príncipe D. Filipe de Castela, através do embaixador do imperador, Luís Sarmiento de Mendonça, o Rei e a Corte partirão de Almeirim para Sintra. Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III...* cit., p. III, cap. LXXXVIII, pp. 855-858.

même temps au capitaine son alliance implicite avec le roi de Fès et l'ouverture de tous les deux à des accords avec le Portugal⁸⁰. En octobre 1544, Zidan continue avec cette même disposition et insiste pour obtenir une réponse de D. João III et pour connaître ses intentions⁸¹.

Comme nous le savons, Moulay Zidan manifestera toujours ses intentions contre son oncle, Mohammed ach-Cheikh, renforçant des liens avec le roi de Fès, même après la captivité de ce dernier en 1545 et dans les circonstances qui ont précédé la chute de Fès en janvier 1549⁸². Après cet événement il continuera à s'impliquer dans l'opposition au chérif – motivé principalement par Moulay Bou Hassoun et exigeant une surveillance étroite et permanente de la part du Portugal.

En ce qui concerne l'Anonyme II – position [42], son discours est parfois fortement critique et frôle le sarcasme. Les points qu'il fait ressortir de la controverse de l'époque et la réponse fondée qu'il cherche à donner en faveur d'une conquête de l'Inde « Limitée par la raison et le confort du commerce » (f. 215) le rapprochent de l'avis de l'Anonyme I bien qu'il s'agisse d'un argument visant une politique opposée. Tout indique qu'il ait commencé à écrire le jour même où ces questions ont été discutées au sein du conseil du roi⁸³ et son principal objectif est de répondre, en réfutant, aux raisons invoquées pour la poursuite de la conquête de l'Afrique. Notons, cependant, qu'il se met à la disposition du monarque pour lui fournir, lorsqu'il le souhaitera, une évaluation personnelle sur les moyens de conserver l'Inde.

80. Lettre du 26 juillet 1544 de Luís de Loureiro, à D. João III, comprenant la copie de la lettre que Moulay Zidan lui adressait – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 35, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 149-154.

81. La décision de D. João III sur le « cas d'Azemmour » mérite une attention particulière, voir la lettre de Zidan du 31 octobre 1544 et la lettre du caïd Mansour ben Ahmed du 1^{er} novembre à Luís de Loureiro – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 21 et 21b (traductions de l'époque), pubs. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 163-166. Rappelons que déjà en juillet L. Loureiro, craignant que le nouveau chérif du Maroc peuple Azemmour, cherche si possible à la détruire et à retirer la brique et le bois – ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 36, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 155-160.

82. Rappelons les relations personnelles combinées en 1546 par le chérif du Maroc à travers le mariage de Moulay Zidan avec une fille du roi de Fès - lettre de Bernardim de Carvalho à D. João III du 11 juin 1546, dans l'ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 354, pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 189-190 – et en particulier les déplacements militaires et les renforts que Zidan apporte à Fès en 1548 – lettres de Ceuta et d'Asilah à D. João III, du 14 février et du 4 mai 1548, respectivement de Jorge Pimentel et de D. Álvaro, dans l'ANTT, *Gaveta*, V, 5-25 et *Corpo Cronológico*, P. I, M. 80, D. 103, pubs. par D. Lopes dans les *Anais de Arzila...* cit., vol. II, pp. 419-421 et 426-427 et par R. Ricard dans *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 259-260 et 265-267.

83. Ce n'est qu'ultérieurement, le 12 mai 1543, date à laquelle le Prince D. Filipe de Castille reçoit comme épouse l'Infante D. Maria, par le biais de l'ambassadeur de l'empereur, Luís Sarmiento de Mendonça, que le roi et la Cour quittent Almeirim pour aller à Sintra. cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III...* cit., p. III, chap. LXXXVIII, pp. 855-858.

contudo, a sua disposição para fornecer ao monarca, quando este o desejasse, uma avaliação pessoal sobre os meios para conservar a Índia.

Por tudo o que foi dito, e embora subsistam elementos a averiguar, fixei os dois pareceres em data posterior a Março de 1543. A evolução dos acontecimentos, não apenas em Portugal e no Norte de África, vai marcar de meados ao último quartel do século XVI novas épocas de reflexão, de controvérsia, de louvor ou de crítica, seja ao abandono de lugares como Alcácer Ceguer e Arzila em 1549-1550, seja ao reinvestimento na política africana nos primórdios e durante o reinado de D. Sebastião, e não faltarão vozes laudatórias ou condenatórias acerca da política deste monarca, após o desastre de Alcácer Quibir.

Muitas das interrogações, assim como dos argumentos, expressos nos pareceres analisados, tiveram eco inclusivamente em obras literárias, em prosa ou em verso, em opúsculos e em reflexões mais ou menos densas sobre a nossa política ultramarina, ultrapassando os finais de Quinhentos.

Sabe-se que Diogo do Couto (1542-1616) no último quartel do século, no *Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia* (o Segundo) insere sem interrupções (na terceira parte, cena IV) um discurso na boca do Soldado onde toda a controvérsia acerca da política a seguir em África e na Índia é recolocada, desenvolvendo a argumentação a favor da conservação da Índia e rebatendo temas, por vezes bastante específicos, da opinião contrária. Destaco particularmente este testemunho porque não se trata de um mero reflexo de problemas debatidos na época. De facto, Couto utiliza nesta cena, ao que tudo indica, documentos, alguns dos quais decerto elaborados anteriormente e dirigidos ao monarca. Sendo, no fundo, o seu objectivo fundamentar um determinado projecto, Diogo do Couto monta um discurso argumentativo onde explana as razões da parte contrária (favorável à conquista de África) para em seguida contrariar. Ora, aquilo que podemos facilmente constatar nesta fala do Soldado é que foi sem dúvida alguma vez lido atentamente e utilizado pelo Autor d'*O Soldado Prático* o parecer do Anónimo I.

Na verdade, Couto acompanha em todo o primeiro parágrafo⁸⁴ – onde expõe as razões porque é melhor conquistar-se a África do que a Índia – todo o discurso do Autor anónimo desde a f. 176 «Supposto isto havemos de considerar que para hum Reyno ser riquissimo convem que tenha duas couzas...» até à f. 178, copiando, resumindo ou dizendo o mesmo por palavras suas. Mesmo no restante texto, quando relembra

D'après tout ce qui a été dit, et bien qu'il y ait encore des éléments qui devront être vérifiés, nous avons fixé les deux avis à une date ultérieure à mars 1543. L'évolution des événements, pas seulement au Portugal mais aussi en Afrique du Nord, marquera du milieu jusqu'au dernier quart du XVI^e siècle des nouveaux temps de réflexion, de controverse, de louange ou de critique, soit concernant l'abandon d'endroits comme El-Ksar es-Seghir et Asilah en 1549-1550, soit concernant le réinvestissement d'une politique africaine au début et pendant le règne du roi D. Sebastião et des voix laudatives ou dépréciatives ne manqueront pas sur la politique de ce monarque, après le désastre d'El-Ksar el-Kebir.

Beaucoup de questions ainsi que certains arguments, exprimés dans les avis analysés ont eu écho inclusivement dans des œuvres littéraires, en prose ou en vers, dans des opuscules et dans des réflexions plus ou moins denses sur notre politique d'outre-mer, dépassant la fin du XVI^e siècle.

Il est connu que Diogo do Couto (1542-1616) dans le dernier quart de siècle, dans *Diálogo do Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia* (le Deuxième) insère sans interruption (dans la troisième partie, scène IV) un discours dans la bouche du soldat où toute la controverse sur la politique à suivre en Afrique et en Inde est revue, développant l'argument pour la conservation de l'Inde et réfutant des thèmes, parfois très spécifiques, de l'opinion contraire. Nous tenons à souligner, ce témoignage en particulier, car ce n'est pas un simple reflet des problèmes discutés à l'époque. En fait, il semble que Couto utilise dans cette scène des documents dont certains ont sûrement été préalablement élaborés et adressés au monarque. Son objectif étant, dans le fond, de justifier un projet donné, Couto met en place un discours argumentatif qui explique les raisons de la partie adverse (en faveur de la conquête de l'Afrique), pour le contredire juste après. Or, ce que nous pouvons facilement constater dans ce discours du soldat est que l'auteur du *O Soldado Prático* a, sans aucun doute, lu attentivement et utilisé l'avis de l'Anonyme I. En fait, Couto suis dans tout le premier paragraphe⁸⁴ – où il expose les raisons pour lesquelles il est préférable de conquérir l'Afrique plutôt que l'Inde – tout le discours de l'auteur anonyme du f. 176 «*Supposto isto havemos de considerar que para hum Reyno ser riquissimo convem que tenha duas couzas...*» jusqu'au f. 178, copiant, résumant ou disant la même chose avec ses propres mots. Même dans le reste du texte, quand il rappelle un ou l'autre des faits ou arguments exprimés par la partie adverse, il cherche à nouveau le même avis. Citons, par exemple, la référence aux

84. Utilizo a edição d'*O Soldado Prático* de Diogo do Couto prefaciada e anotada (a partir do Segundo) por Rodrigues Lapa, na sua 3.^a edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Ver pp. 204-205.

84. Nous utilisons l'édition d'*O Soldado Prático* de Diogo do Couto préfacée et annotée (à partir du Second) par Rodrigues Lapa, dans sa 3^e édition, Lisbonne, Livraria Sá da Costa Editora, 1980. Voir pp. 204-205.

um ou outro facto ou argumento expresso pela parte contrária, volta a buscar o mesmo parecer. Cite-se, a título de exemplo, a referência às lanças portuguesas nas portas de Marraquexe e aos feitos de Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses (f. 192) ou ao dinheiro da Índia incapaz de proporcionar aos vassallos do rei a formação de novas casas (ff. 183-183v) a que Diogo do Couto responde no seu texto⁸⁵. Resta, contudo, averiguar se nesta resposta, nos argumentos que desenvolve, não estará o autor d'*O Soldado Prático* a utilizar outros pareceres a que teve acesso, favoráveis à conquista e conservação da Índia.

Seja como for, trata-se de um discurso elaborado já posteriormente a 1550 pelas referências à perda, depois da queda de Santa Cruz do Cabo de Guér, de «Azamor e outras duas ou três fortalezas»⁸⁶, e à menção a homens que governaram a Índia nas décadas de 50, 60 e 70 como D. Antão de Noronha, Francisco Barreto ou D. António de Noronha. É certo que a sua experiência no Oriente (desde c. 1559 até à morte em 1616), como militar, funcionário e depois cronista, capacitou Diogo do Couto a efectuar nesta obra uma anatomia da intervenção portuguesa no Oriente e, portanto, a construir a sua própria perspectiva sobre a política a seguir, pelo menos, nesta área.

Há, contudo, mais alguns factos a ter em conta no que diz respeito ao manuseamento e divulgação dos textos em análise. Os pareceres do Anónimo I e do Anónimo II, do códice 51-VI-36 da Biblioteca da Ajuda – onde os li numa cópia mais tardia, provavelmente do século XVII –, surgem mencionados no índice da seguinte forma: «Discurso de Manoel Severim de Faria sobre se não largarem os lugares de Africa supondo ser dado a ElRey D. João 3.º» e «Parecer em contrario do assima sobre o descobrimento e conquista da India supondo também ser dado a ElRey D. João 3.º». Ora, tratando-se de pareceres ainda da primeira metade do século XVI, como já se verificou, esta referência equívoca ao ilustre cónego e chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria (1583-1655), leva-me a colocar mais algumas hipóteses.

Dado o interesse que os reinados de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique e épocas posteriores despertaram neste autor, a nível de diferenciadas matérias, inclusivamente de história ultramarina, não seria estranho possuir uma cópia, quiçá originais, de documentos de interesse histórico. Entre os «Papéis diversos» do seu espólio manuscrito encontravam-se estes pareceres, segundo se deduz da *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Manuel Severim de Faria mostrou, além disso, particular atenção

lances portuguesas sur les portes de Marrakech et aux exploits militaires de Nuno Fernandes de Ataíde et de D. João de Meneses (f. 192) ou à l'argent provenant de l'Inde incapable de fournir aux vassaux du roi la construction de nouvelles maisons (ff. 183-183v) auquel Diogo do Couto répond dans son texte⁸⁵. Il reste, cependant, à vérifier si dans cette réponse, dans les arguments qu'il développe, l'auteur du *O Soldado Prático* n'utilise pas d'autres opinions favorables à la conquête et préservation de l'Inde auxquelles il aurait eu accès.

Quoi qu'il en soit, il s'agit d'un discours déjà préparé après 1550 en raison des références à la perte, après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué, d'«Azemor et deux ou trois autres forteresses»⁸⁶, et à des hommes qui ont gouverné l'Inde dans les années 50, 60 et 70 comme D. Antão de Noronha, Francisco Barreto ou D. António de Noronha. Il est vrai que son expérience en Orient (d'environ 1559 jusqu'à sa mort en 1616), comme militaire, fonctionnaire et plus tard chroniqueur, a formé Diogo do Couto pour réaliser dans cette œuvre une anatomie de l'intervention portugaise en Orient et, par conséquent, pour construire son propre point de vue sur la politique à suivre, tout au moins dans ce domaine.

Cependant, il y a d'autres faits à prendre en compte à l'égard de la manipulation et de la diffusion des textes à l'étude. Les avis de l'Anonyme I et de l'Anonyme II, du codex 51-VI-36 de la Bibliothèque d'Ajuda – où nous les avons lus dans une copie plus récente, datant probablement du XVII^e siècle – apparaissent mentionnés dans l'indice comme suit : « Discurso de Manoel Severim de Faria sobre se não largarem os lugares de Africa supondo ser dado a ElRey D. João 3.º » et *Parecer em contrario do assima sobre o descobrimento e conquista da India supondo também ser dado a ElRey D. João 3.º*. Or, s'agissant d'avis qui datent encore de la première moitié du XVI^e siècle, comme nous l'avons déjà constaté, cette référence ambiguë à l'illustre chanoine et chantre de la cathédrale d'Évora, Manuel Severim de Faria (1583-1655), nous amène à émettre encore quelques hypothèses. Compte tenu de l'intérêt que les règnes de D. João III, D. Sébastien et de D. Henrique et des époques ultérieures ont suscité chez cet auteur, concernant différents sujets, y compris l'histoire d'outre-mer, il ne serait pas étonnant qu'il possède une copie, voire des originaux, de documents d'intérêt historique. Parmi les « Papéis diversos », des documents manuscrits qu'il a laissés se trouvent ces avis, selon ce qui peut être déduit de la *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Manuel Severim de Faria a montré, en outre, une attention particulière dans ses *Discursos vários políticos* (1624) pour des figures telles que

85. Diogo do Couto, *O Soldado Prático...* cit., pp. 207 e 212.

86. Diogo do Couto, *O Soldado Prático...* cit., p. 206.

85. Diogo do Couto, *O Soldado Prático...* cit., pp. 207 et 212.

86. Diogo do Couto, *O Soldado Prático...* cit., p. 206.

nos seus *Discursos vários políticos* (1624) por figuras como Diogo do Couto, Camões e João de Barros, e nas *Notícias de Portugal* (1655), ao debruçar-se sobre problemas nacionais, discorre sobre população, agricultura, navegação e comércio, exército, diagnosticando males e preconizando soluções, temas que se interligam com os das mencionadas fontes quinhentistas. Mais significativo, porém, parece-me o facto de Manuel Severim de Faria ter mantido cordiais relações epistolares com Diogo do Couto. Que tipo de informações ou documentos terão trocado? A pesquisa terá de prosseguir.

Algumas posições assumidas em época de controversia

[1] 1529 Duque de Bragança, D. Jaime

Oliveira, 8 de Janeiro – Carta a D. João III. Original encontrado por Frei Luís de Sousa na Torre do Tombo. Referido e citado nos *Anais de D. João III*, ed. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 85-86. Advertências ao rei a propósito da ida do arquitecto Duarte Coelho com determinados engenheiros a visitar as fortificações das praças do Norte de África. Reafirma parecer, que teve desde sempre, sobre dever o rei destruir Santa Cruz do Cabo de Guér.

[2] 1529 Duque de Bragança, D. Jaime

Vila Viçosa, 12 de Fevereiro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta XVIII*, 10-10. Pub. *SIHM, Portugal*, t. II – p. II, pp. 443-452.

Por Duarte Coelho e por carta do rei obtivera mais informações sobre a futura inspecção dos lugares e fora-lhe solicitado um parecer. Considera que se deve possuir apenas o que se tem capacidade de conservar. D. João III não tem poder para conquistar e povoar o sertão marroquino nem tira vantagem de certos domínios. Melhor fora terem pertencido ao imperador Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila e Portugal obter proveito de Azamor e Safim. D. Manuel I devia ter cedido Tetuão e ajudado Fernando de Aragão na conquista, evitando grandes prejuízos posteriores. Uma possibilidade colocada desde a tomada de Rodes pelos turcos (1522) e ainda em aberto, seria ceder Ceuta e Alcácer Ceguer ao Mestre dos Hospitalários, evitando-se a Portugal gastos nas armadas do Estreito e os danos materiais e humanos decorrentes do corso e da guerra. De momento importa uma estratégia defensiva, evitar despesas e, portanto, apenas reduzir as forças de cavalo das praças, sem indemnizações indevidas, e não proceder nem ao abandono total dos lugares nem à concentração num deles. A realizar-se no futuro, essa política terá que ser reflectida e paulatina.

Diogo do Couto, Camões et João de Barros ainsi que dans *Notícias de Portugal* (1655), en se penchant sur des problèmes nationaux, il traite de population, d'agriculture, de navigation et de commerce, de l'armée, en diagnostiquant des maux et en recommandant des solutions, de thèmes reliés aux sources du XVI^e siècle mentionnées. Plus important, cependant, nous semble-t-il, est le fait que Manuel Severim de Faria ait maintenu des relations épistolaires cordiales avec Diogo do Couto. Quel genre de renseignements ou de documents auraient-ils échangés? La recherche continuera.

Quelques positions assumées en temps de controverse

[1] 1529 Le duc de Bragança, D. Jaime

Oliveira, le 8 janvier – Lettre à D. João III. Original trouvé par Frei Luís de Sousa dans la Torre do Tombo. Mentionné et cité par Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, ed. Rodrigues Lapa, Lisbonne, Sá da Costa, 1938, vol. II, pp. 85-86.

Avertissements au roi à propos de la visite de l'architecte Duarte Coelho accompagné de certains ingénieurs des fortifications des places fortes d'Afrique du Nord. Il réaffirme l'avis, qu'il a toujours eu sur le fait que le roi doit détruire Santa Cruz du Cap de Gué.

[2] 1529 Le duc de Bragança, D. Jaime

Vila Viçosa, le 12 février – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta XVIII*, 10-10. Pub. *SIHM, Portugal*, t. II – p. II, pp. 443-452.

À travers Duarte Coelho et d'une lettre du roi il avait obtenu plus d'informations sur l'inspection des lieux et un avis lui avait été demandé. Il considère qu'on ne doit posséder que ce que l'on a la capacité de garder. D. João III n'a pas de pouvoir pour conquérir et peupler l'arrière-pays marocain ou de tirer profit de certaines zones. Il aurait été préférable que Ceuta, El-Ksar es-Seghir, Tanger et Asilah appartiennent à l'empereur et que le Portugal tire profit d'Azemmour et de Safi. D. Manuel I aurait dû donner Tétouan et aidé Ferdinand d'Aragon dans la conquête pour éviter des pertes importantes plus tard.

Une possibilité évoquée depuis la prise de Rhodes par les turcs (1522) et toujours ouverte, serait de donner Ceuta et El-Ksar es-Seghir au maître des Hospitaliers, en évitant des dépenses pour le Portugal avec les armées du Déroit ainsi que des dégâts matériels et humains découlant des attaques corsaires et de la guerre. À cet égard, il s'avère important, pour l'instant, d'adopter une stratégie défensive, éviter des dépenses et en conséquence ne réduire que les forces à cheval des places fortes, sans compensations excessives, et ne pas procéder ni à l'abandon total des places fortes ni à la concentration sur l'une d'entre elles. Si cette politique venait à se réaliser à l'avenir, elle devrait être réfléchie et progressive.

[3] 1529 António Leite

Azamor, 10 de Setembro – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 475-481 (com ano deduzido a partir do conteúdo do documento).

Denuncia fenómenos internos que prejudicam os interesses militares e financeiros do rei e debruça-se particularmente sobre problemas crescentes de concorrência comercial. A sua primeira preocupação, contudo, é aconselhar a tomada de Salé, onde se acolhem mouros e turcos, para o que fornece indicações. Evitar-se-iam com isso muitos ataques originados pelo rei de Fez e poder-se-ia utilizar a ocasião criada pela presença do primo daquele rei para explorar e incentivar divisões internas nesse reino. Poupar-se-iam, ainda, as despesas em obras projectadas para os quatro lugares setentrionais.

[4] 1529 António Leite

Azamor, 14 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 62. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 490-494.

Corrigindo um pouco as indicações do documento anterior e baseado na experiência, aconselha cautela na confiança a depositar no primo do rei de Fez, então em Portugal. Qualquer atitude de traição contra os interesses cristãos poderia servir de reconciliação aos dois mouros. Uma demonstração de poder pelos portugueses levaria, segundo crê, a uma rápida e voluntária sujeição dos súbditos do rei de Fez e o acesso de Portugal a essa costa e terra da Berberia que «he maior India que a India e menos trabalhosa de ganhar».

[5] 1530 António Leite

Azamor, 6 de Abril – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 86. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 506-507 (com ano deduzido a partir do conteúdo do documento).

Tendo estabelecido tréguas com o alcaide de Salé e pretendendo negociar a paz com as forças de Fez, aconselha D. João III – caso tenha a intenção de intervir em Marrocos (quicá na pessoa do infante D. Luís) – a fazê-lo nas terras dos xarifes.

[6] 1530 Gonçalo Mendes Sacoto

S. I., n. d., Maio/Junho – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 42. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 329-332 (com data indefinida entre 1530-1533); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 521-525 (com data estabelecida pela referência à passagem do infante D. Luís).

[3] 1529 António Leite

Azemmour, le 10 septembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 64. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 475-481 (année déduite du contenu du document).

Il dénonce des phénomènes internes qui affectent les intérêts militaires et financiers du roi et se concentre en particulier sur les problèmes croissants de concurrence commerciale. Sa première préoccupation, cependant, est de conseiller la prise de Salé, où les maures et les turcs sont accueillis, et pour laquelle il fournit des indications. On pourrait ainsi éviter de nombreuses attaques perpétrées par le roi de Fès et profiter de cette occasion, créée par la présence du cousin de ce roi, pour exploiter et encourager les divisions internes dans ce royaume. On éviterait également les dépenses pour les travaux prévus pour les quatre places septentrionales.

[4] 1529 António Leite

Azemmour, le 14 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 62. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 490-494.

Pour corriger quelque peu les indications du document précédent et basé sur son expérience, il conseille prudence sur la confiance qui devra être déposer dans le cousin du roi de Fès, alors au Portugal. Toute attitude de trahison contre les intérêts chrétiens pourrait servir le rapprochement des deux maures. Une démonstration de pouvoir des portugais engendrerait, d'après lui, une soumission rapide et volontaire des sujets du roi de Fès et l'accès du Portugal à cette côte et à ces terres de Berberie qui « est une plus grande Inde que l'Inde elle-même et plus facile à conquérir ».

[5] 1530 António Leite

Azemmour, le 6 avril – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 86. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 506-507 (année déduite du contenu du document).

Après avoir établi une trêve avec le caïd de Salé et avec l'intention de négocier la paix avec les forces de Fès, il conseille João III – s'il a l'intention d'intervenir au Maroc (peut-être en la personne de l'infant D. Luis) – de le faire dans les terres du chérif.

[6] 1530 Gonçalo Mendes Sacoto

S. I., n. d. - mai/juin - Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 42. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisbonne, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 329-332 (avec une date indéfinie entre 1530-1533); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 521-525 (date établie en référence au passage de l'infant D. Luis).

Num fervor bélico e religioso, vendo para mais em D. João III intenção de conquista e guerra santa e no infante D. Luís propósitos de intervenção pessoal em Marrocos, valoriza as condições favoráveis e os proveitos certos da conquista. Crítico em relação à política das últimas décadas, considera desonra não conservar terras onde se levantaram altares de culto e indigno de um rei não levar por diante a conquista e guerra santa. Portugal possui nas praças meridionais as necessárias entradas para territórios a senhorear politicamente, quicá a povoar, e, sobretudo, a explorar em benefício do reino numa época de tanta necessidade de dinheiro e de mantimentos.

[7] 1530 Simão Gonçalves da Costa

Santa Cruz do Cabo de Guér, 16 de Maio – Carta a D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 351. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 328-329 (com data de 1530); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 551-553 (com ano calculado de 1531).

Numa inequívoca oposição à política de abandono de lugares em África, admite apenas em Santa Cruz do Cabo de Guér redução de gente de cavalo mas nunca a destruição dessa posição-chave para a «santa conquista» de Marrocos, que representaria mais despesa e prejuízo que proveito.

[8] 1534 Cristóvão de Távora

Abrantes, 5 de Outubro – Carta a D. João III. Impresso por Álvaro Pires de Távora na *Historia de Varoens illvstres do appellido Távora*, Paris, 1648, pp. 8-9. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – II*, 1997 (*Mare Liberum* 14), pp. 125-126, e 1998 (Separata Especial), pp. 91-92 (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 649-651. Ver *infra* parecer de Abril de 1541.

Considera preferível: a) derrubar totalmente os lugares que as circunstâncias obrigavam a abandonar; b) utilizar as vidas e bens de todos os vassallos, grandes e pequenos, ao serviço do rei, defendendo posições ou empreendendo a conquista contra os infiéis; c) deixar ao imperador a tarefa de se defender do Turco.

[9] 1534 Infante D. Fernando

Abrantes, 6 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-3. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 652-655; *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, t. I, pp. 832-834 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 290-292.

Dans une ferveur belliqueuse et religieuse, voyant d'ailleurs chez D. João III des intentions de conquête et de guerre sainte et chez l'infant D. Luis des intentions d'intervention personnelle au Maroc, il valorise les conditions favorables et les avantages exacts de la conquête. Il critique la politique des dernières décennies et considère que ne pas conserver des terres où se sont soulevés des autels de culte est un déshonneur et qu'il est indigne d'un roi de ne pas poursuivre la conquête et la guerre sainte. Le Portugal possède dans les places méridionales les entrées nécessaires pour les territoires à maîtriser politiquement, voire à peupler, et, surtout, à exploiter dans l'intérêt du Royaume à une époque où les nécessités d'argent et de provisions sont si grandes.

[7] 1530 Simão Gonçalves da Costa

Santa Cruz du Cap de Gué, le 16 mai – Lettre à D. João III. ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 351. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 328-329 (datée de 1530); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 551-553 (année calculée de 1531).

En nette opposition avec la politique d'abandon des places en Afrique, il n'admet qu'une réduction de gens à cheval à Santa Cruz du Cap de Gué, mais jamais la destruction de cette position clé pour la « sainte conquête » du Maroc, qui représenterait plus de dépenses et de pertes que d'avantages.

[8] 1534 Cristóvão de Távora

Abrantes, le 5 octobre – Lettre à D. João III. Imprimé par Álvaro Pires de Távora dans *Historia de Varoens illvstres do appellido Távora*, Paris, 1648, pp. 8-9. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – II*, 1997 (*Mare Liberum* 14), pp. 125-126, et 1998 (édition spéciale), pp. 91-92 (avec une nouvelle transcription de l'original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 649-651. Voir *infra* l'avis d'avril 1541.

Il considère qu'il est préférable de: a) détruire complètement les places que les circonstances ont contraint d'abandonner; b) utiliser les vies et les biens de tous les vassaux, grands et petits, au service du roi, en défendant des positions ou en entreprenant la conquête contre les infidèles; c) laisser à l'empereur la tâche de se défendre du Turc.

[9] 1534 L'infant D. Fernando

Abrantes, le 6 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-3. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 652-655; *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. I, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 832-834 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 290-292.

Construir fortalezas roqueiras (estabelecendo pelo tempo necessário pazes com os mouros) parece-lhe a melhor solução. Com isso impedia-se que se fortificassem em lugares abandonados por portugueses e o socorro dessas fortalezas, se necessário, tornar-se-ia menos custoso. Quanto a uma intervenção militar, guerra que à partida considera justa, parece-lhe de maiores dificuldades se começada por Safim e Azamor (com más condições para socorros), enquanto que, por Fez, resultaria mais segura e vantajosa, sobretudo se numa acção concertada com o imperador para manietar, por seu lado, diversas forças inimigas. Dando notícia aos estados (em Cortes, por exemplo) dessas suas intenções de passar a África e pedindo-lhes ajuda, bem como ao Papa, o rei contaria com auxílio necessário, inclusivamente para manter os lugares, e com serviço e ajudas nas despesas, por parte de vassalos e de grandes prelados.

[10] 1534 Bispo de Lamego

Lisboa, 7 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-4. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 656-661; *Gavetas*, t. I, pp. 834-838 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 292-296.

Reafirma uma posição já assumida em carta anterior. Considera maior serviço de Deus o rei abandonar totalmente Safim, Azamor e Cabo de Guer, por serem lugares sem proveito nem utilidade a uma futura conquista (por Marrocos demasiado arriscado). Mais valia empregar o dinheiro em pagamentos e mercês devidas a seus súbditos e numa conquista futura mas do reino de Fez, contando para esta com o auxílio dos vassalos. No Sul convinha fortalecer Mazagão e no Norte Ceuta, mais do que qualquer lugar, porque importa a toda a cristandade.

[11] 1534 Mestre da Ordem de Santiago

Setúbal, 8 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-6. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 662-664; *Gavetas*, t. I, pp. 839-841 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 296-298.

Partindo das informações e considerações que o próprio rei expressa na carta onde solicita o seu parecer, o Mestre aponta os inconvenientes de lugares ameaçados e de difícil socorro, assim como da sua fortificação. Refere-se a Azamor, Safim e outras praças mais fracas, cujas despesas se tornaram insuportáveis, havendo por isso que abandoná-las a favor de lugares que se pudessem fortalecer e com maior utilidade para o reino e a cristandade (caso de Ceuta). Embora a

Construire des forteresses de pierre (en établissant avec les maures des moments de paix nécessaires) lui semble la meilleure solution. Cela les empêcherait de se fortifier dans des places abandonnées par les portugais et l'aide à ces forteresses, si nécessaire, deviendrait moins couteuse. Quant à une intervention militaire, guerre qu'il estime au départ une guerre juste, lui semble revêtir une plus grande difficulté si elle est commencée par Safi et Azemmour (avec de mauvaises conditions d'aides), tandis que, par Fès, elle serait plus sûre et avantageuse, surtout s'il y a une action concertée avec l'empereur pour refouler, de son côté, diverses forces ennemies. Lorsqu'il informe les États (les Cortes, par exemple) de son intention de passer à l'Afrique et leur demande de l'aide, ainsi qu'au Pape, le roi compterait sur l'assistance nécessaire, y compris pour maintenir les places, et sur un service et des aides pour les dépenses de la part de vassaux et de grands prélats.

[10] 1534 L'évêque de Lamego

Lisbonne, le 7 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-4. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 656-661; *Gavetas*, t. I, pp. 834-838 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 292-296.

Il réaffirme une position déjà assumée dans la lettre précédente. Il considère qu'en abandonnant totalement Safi, Azemmour et le Cap de Gué le roi rend un plus grand service à Dieu, car ce sont des places qui n'apportent aucun avantage ou utilité à une future conquête (par le Maroc il est trop risqué). Il vaudrait mieux dépenser de l'argent dans des paiements et des grâces dues à ses sujets et dans une future conquête, mais du royaume de Fès, comptant pour cela sur l'aide des vassaux. Dans le Sud il conviendrait de renforcer Mazagan et dans le Nord, Ceuta, plus que toute autre place car elle est particulièrement importante pour la chrétienté.

[11] 1534 Le maître de l'Ordre de Santiago

Setúbal, le 8 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-6. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 662-664; *Gavetas*, t. I, pp. 839-841 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 296-298.

En utilisant les informations et les considérations que le roi lui-même exprime dans la lettre où il demande son avis, le Maître indique les inconvénients d'avoir des places menacées et difficiles à secourir, ainsi que de leur fortification. Il fait référence à Azemmour, Safi et d'autres places plus faibles, dont les coûts sont devenus insupportables c'est pourquoi on devrait les abandonner en faveur de places qu'on pourrait renforcer et qui sont plus utiles au Royaume et à la

opinião do rei fosse a mais abalizada – porque melhor informado que qualquer outro – poderia em Cortes, gerais ou não, avaliar a melhor estratégia a seguir, contando com a grande vontade dos súbditos em servi-lo com pessoas e fazendas.

[12] 1534 Bispo do Algarve

Lagos, 15 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta XV*, 14-2. Pub. *Gavetas*, t. IV (1964), pp. 449-452 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 298-301. Ver *infra* parecer de 20 de Dezembro de 1534.

Experiente como conselheiro de guerra ao tempo de D. Manuel I e conhecedor de Safim e de lugares do Estreito, reflecte e tece considerações sobre a grande necessidade dos lugares do Sul – Azamor e Safim –, que se devem manter e pacificar para proveito do Reino. Haveria que fornecer-lhes guarnição e mantimentos e, prioritariamente, agir de forma a destruir o xarife, seja dirigindo grande corpo de gente a cavalo para Safim (que influenciasse uma movimentação dos povos contra ele), seja em caso de ameaça de cerco a Azamor, o envio para esse lugar de embarcações devidamente armadas e para Mazagão centenas de lanças e um capitão exímio. No Norte há também que garantir capitães e figuras como a do Marquês de Vila Real em Ceuta, dada a posição-chave desta praça. Cuidar de Sagres como chave da costa algarvia e defender o mar com caravelas armadas de bombardas, tudo serviria para combater Barba-Roxa, assim como outros atacantes (referência à França). Entretanto o rei, os infantes e o Reino, deveriam preparar-se para a intervenção em África, levantando-se homens, armas e cavalos, para o que contribuiriam laicos e eclesiásticos.

[13] 1534 João de Melo Barreto

Ludo, 18 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 134. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – III*, pp. 127-130 (1997) e pp. 93-96 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 665-670.

Considera fora de qualquer cogitação possível o abandono de Safim e Azamor. Uma melhor guarnição dos lugares com a concorrência, em vidas e bens, de todos os vassallos e naturais, bem como uma eficaz coordenação das forças militares, modificaria a favor do rei de Portugal o comportamento dos diferentes poderes da região. No tocante a Barba-Roxa, algumas precauções bastavam.

chrétienté (cas de Ceuta). Bien que l'avis du roi soit le plus indiqué – car mieux informé que tout autre –, il pourrait lors des assemblées de *Cortes*, générales ou non, évaluer la meilleure stratégie à suivre, comptant sur la grande volonté de ses sujets pour le servir avec des personnes et des biens.

[12] 1534 L'évêque de l'Algarve

Lagos, le 15 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta XV*, 14-2. Pub. *Gavetas*, t. IV (1964), pp. 449-452 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 298-301. Voir *infra* avis du 20 décembre 1534.

Expérimenté en tant que conseiller de guerre à l'époque de D. Manuel I et connaisseur de Safi et des places du Détroit, il réfléchit et tisse des considérations sur les grandes nécessités des places du Sud – Azemmour et Safi – qui doivent être conservées et pacifiées au profit du Royaume. Il fallait leur fournir des garnisons et des provisions et surtout agir pour détruire le chérif, soit en conduisant un grand corps de gens à cheval à Safi (lesquels influenceraient un mouvement de gens contre lui), soit, en cas de menace de siège d'Azemmour, en envoyant des navires dument armés vers cette place ainsi que des centaines de lances et un capitaine habile vers Mazagan. Il faudrait également assurer dans le Nord la présence de capitaines et de figures comme celle du marquis de Vila Real à Ceuta, étant donnée la position clé de cette place. Prendre soin de Sagres en tant que clé de la côte de l'Algarve et défendre la mer avec des caravelles armées de bombardes, tout servirait pour combattre Barberousse, ainsi que d'autres agresseurs (référence à la France). Néanmoins le roi, les infantes et le Royaume, devraient se préparer pour une intervention en Afrique, en amenant des hommes, des armes et des chevaux, comptant pour cela sur la contribution des laïques et des ecclésiastiques.

[13] 1534 João de Melo Barreto

Ludo, le 18 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 53, D. 134. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – III*, pp. 127-130 (1997) et pp. 93-96 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 665-670.

Il considère l'abandon de Safi et d'Azemmour exclu de toute cogitation possible. Un meilleur approvisionnement des places avec une affluence en vies et en biens, de tous les vassaux et natifs, ainsi qu'une coordination efficace des forces militaires, modifierait en faveur du roi de Portugal le comportement des différents pouvoirs de la région. Quant à Barberousse, il suffisait de prendre quelques précautions.

[14] 1534 Marquês de Vila Real

Caminha, 30 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-10. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 671-675; *Gavetas*, t. I, pp. 854-857 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 301-304.

Não bastava salientar a má disposição de certos lugares, dificuldades no socorro, os muitos gastos, e optar pelo abandono de Azamor e Safim, nem valorizar os grandes sacrifícios feitos numa guerra santa contra os mouros e decidir sustentar a todo o preço as posições. Melhor seria, conforme o parecer do Marquês, verificar sempre mais do que um vector, isto é, observar o estado da fazenda, como correm os assuntos da Índia, a feição das relações internacionais e concluir se existe ou não uma conjunção favorável a determinada acção. Por ora, considerava melhor adiar qualquer acção de abandono de lugares no Norte de África, embora nada conclua sobre a sua redução a fortalezas roqueiras. Segundo o seu parecer, seria preferível a reunião de Cortes para se discutir os diversos assuntos apresentados pelo rei e com maior fundamento solicitar ajudas a seus vassalos e naturais. Com maior justiça ainda deveria o rei pedir maiores apoios materiais e espirituais ao Papa a quem a futura conquista de Fez (seguida da de Marrocos) tanto agradaria, repercutindo-se por toda a cristandade.

[15] 1534 D. Francisco Lobo

Campo Maior, 30 de Outubro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. II, M. 195, D. 134. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – IV*, pp. 131-132 (1997) e pp. 97-98 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 676-679. Considera a mudança dos tempos, os grandes gastos e a necessidade de abandonar totalmente Safim e Azamor, incapazes de sustentar o poder mouro. A concentração no Norte permitiria melhor defesa, facilidade de socorros e a futura conquista de Fez. Confia na disposição dos seus compatriotas em servir o rei com fazendas e vidas.

[16] 1534 Nuno Rodrigues Barreto

Quarteira, 1 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-11. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 680-683; *Gavetas*, t. I, pp. 857-859 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 305-307.

Cabe a todos os súbditos honrar o valor antigo dos portugueses, disponibilizando património e vida ao serviço do rei, para que não se abandone o que se

[14] 1534 Le marquis de Vila Real

Caminha, le 30 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-10. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 671-675; *Gavetas*, t. I, pp. 854-857 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 301-304.

Il ne suffisait pas de souligner la mauvaise disposition de certaines places, les difficultés au niveau de l'aide, les nombreuses dépenses, et d'opter pour l'abandon d'Azemmour et de Safi, ni de valoriser les énormes sacrifices qu'impliquait une guerre sainte contre les maures ni de décider de soutenir les positions à tout prix. Il serait préférable, selon l'avis du Marquis, de vérifier plus d'un vecteur, c'est-à-dire, d'examiner l'état du Trésor du Royaume, le déroulement des affaires en Inde, la configuration des relations internationales et conclure s'il existe ou non une conjoncture favorable pour une action donnée. Pour l'instant, il vaudrait mieux reporter toute action d'abandon des places en Afrique du Nord, bien qu'il ne conclue rien quant à la réduction des forteresses de pierre. D'après son avis, il serait préférable que les Cortes se réunissent pour discuter de diverses questions présentées par le roi et en argumentant davantage demander de l'aide à leurs vassaux et natifs. Pour être plus juste, le roi devrait demander un plus grand soutien matériel et spirituel au Pape, car la future conquête de Fès (suivi de celle du Maroc) lui apporterait une grande satisfaction et aurait des répercussions dans toute la chrétienté.

[15] 1534 D. Francisco Lobo

Campo Maior, le 30 octobre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. II, M. 195, D. 134. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – IV*, pp. 131-132 (1997) et pp. 97-98 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 676-679.

Il constate que les temps changent, les grandes dépenses et la nécessité d'abandonner totalement Safi et Azemmour, incapables de freiner la puissance mauresque. La concentration dans le Nord permettrait une meilleure défense et facilité de secours et une future conquête de Fès. Il compte sur la disponibilité de ses compatriotes pour servir le roi avec des biens et des vies.

[16] 1534 Nuno Rodrigues Barreto

Quarteira, le 1^{er} novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-11. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 680-683; *Gavetas*, t. I, pp. 857-859 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 305-307.

Il revient à tous les sujets d'honorer l'ancienne valeur des portugais, mettant au service du roi le patrimoine et la vie, afin de ne pas abandonner ce qui a

conquistou ao tempo de D. Manuel I, com tantos conselhos de homens conhecedores da guerra. Safim e Azamor terão que se manter sem modificações e por estes lugares deverá iniciar-se a conquista, destruindo-se o xarife, e com isso afastar-se um poder que embora menor, poderia vir a juntar-se ao de Marrocos e ao de Fez numa tripla força, caso a intervenção portuguesa se iniciasse pelo Norte. Embora avaliando os lugares de Marrocos setentrional mais seguros, inclusivamente porque próximos de Portugal e Castela, considera que Ceuta precisava de ficar bem aparelhada de gente, de artilharia e de muros, uma vez que Barba-Roxa (com pouca probabilidade, na sua perspectiva) poderia avançar sobre o Mediterrâneo ocidental. Quanto às ajudas necessárias a tão «virtuoso propósito», todos deverão contribuir e, enquanto a guerra durar, o suporte do seu custo deverá ser prioritário a muitas outras obrigações financeiras.

[17] 1534 Visconde de Vila Nova da Cerveira

Do Norte, 5 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-8. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 684-687; *Gavetas...* cit., t. I, pp. 843-845 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 307-309. Ver *infra* parecer de 30 de Abril de 1541.

Com base nas reflexões e razões apresentadas pelo monarca, o Visconde assume, todavia, uma posição firme pelo não abandono de Safim e Azamor. Se os reis passados, com menos rendas e com idênticos sacrifícios, aumentaram o território e conservaram-no (para garantir a paz, acrescentar reinos e fama e para servir a Deus), é obrigação do rei e dos seus leais vassallos (a quem distribui amplas mercês), dos que usufruem comendas da Ordem de Cristo, de cidades e vilas, de todo aquele que dispõe de homens e de dinheiro, servir esta causa. O Papa poderá ajudar e os estrangeiros deverão continuar a ter motivo de inveja perante o esforço e valentia dos portugueses. Mesmo que se venha a iniciar a conquista pelo reino de Fez (incerta, porque não há meios financeiros nem se conhece o resultado), continua a ser serviço de Deus manter os lugares do Sul de Marrocos. No Norte de África derramará sangue ao serviço destes propósitos, tal como o fizeram seu pai e seu avô.

[18] 1534 João Mendes de Vasconcelos

Esporão, 6 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 7. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – V*, p. 133 (1997) e p. 99 (1998) (original publicado pela primeira vez). Considera fundamental a observação atenta dos acontecimentos para agir conforme as oportunidades

été conquis à l'époque de D. Manuel I, avec tant de conseils d'hommes connaisseurs de la guerre. Safi et Azemmour devront rester inchangées et c'est par ces places que la conquête devra commencer, en détruisant le chérif, éloignant ainsi un pouvoir qui, bien que plus petit, pouvait s'allier à celui du Maroc et de Fès formant une triple force si les portugais engageaient une action par le Nord. Bien qu'estimant les places du nord du Maroc plus sûres, notamment parce que plus proches du Portugal et de la Castille, il considère que Ceuta devait être bien équipée de gens, d'artillerie et de murs, étant donné que Barberousse (avec une faible probabilité, à ses yeux) pourrait avancer dans la Méditerranée occidentale. Quant aux aides nécessaires à un si « vertueux objectif », tous devraient y contribuer, et tant que la guerre durera, le soutien de son coût devrait être prioritaire par rapport à beaucoup d'autres obligations financières.

[17] 1534 Le vicomte de Vila Nova da Cerveira

Du Nord, le 5 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-8. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 684-687; *Gavetas...* cit., t. I, pp. 843-845 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 307-309. Voir *infra* avis du 30 avril 1541.

Le Vicomte assume, cependant, sur la base des considérations et des raisons invoquées par le monarque, une position ferme contre l'abandon de Safi et d'Azemmour. Si, avec moins de revenus et les mêmes sacrifices, les rois précédents ont augmenté le territoire et l'ont conservé (pour assurer la paix, augmenter les royaumes et la notoriété et pour servir Dieu), il est du devoir du roi et de ses fidèles vassaux (à qui il distribue de grandes grâces), de ceux qui jouissent de commanderies de l'Ordre du Christ, des petites et grandes villes et, de tous ceux qui ont des hommes et de l'argent, de servir cette cause. Le Pape pourra aider et les étrangers devront continuer à être envieux de l'effort et du courage des portugais. Même si la conquête commence par le royaume de Fès (pas sûr, car il n'y a pas de moyens financiers ni de connaissance de résultats), maintenir les places dans le Sud du Maroc continue d'être considéré comme un service rendu à Dieu. En Afrique du Nord, il versera son sang pour servir cette fin, comme l'ont fait son père et son grand-père.

[18] 1534 João Mendes de Vasconcelos

Esporão, le 6 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 7. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – V*, p. 133 (1997) et p. 99 (1998) (original publié pour la première fois). Il estime que l'observation minutieuse des événements est indispensable pour agir selon les opportu-

– seja na futura conquista pelo Norte, na actual manutenção de Safim e Azamor ou, eventualmente, no futuro abandono total destes lugares.

[19] 1534 Fernão Vaz de Sampaio

Vila da Torre, 15 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-7. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 688-689; *Gavetas...* cit., t. I, pp. 841-843 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 309-311. O abandono de Safim e Azamor representaria um poder acrescido dos mouros, originando o seu avanço sobre os restantes lugares do Norte de África e até uma intervenção no Algarve e em Castela. Pelas condições do território no Sul de Marrocos e dificuldades no socorro, bem como pela necessidade de aliviar os ataques do xarife e reduzir as despesas, considera preferível começar a conquista a partir de Arzila. Se imperioso, que o rei se sirva de todos os vassallos. Entretanto, Ceuta, cidade que importa a toda a cristandade, deve manter-se bem defendida de qualquer ameaça.

[20] 1534 Bispo de Coimbra

Coimbra, 6 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-5. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 690-691; *Gavetas...* cit., t. I, pp. 838-839 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 311-312. Ver *infra* parecer de 20 de Março de 1541.

Dada a sua condição de eclesiástico e de homem pouco prático nas coisas da guerra, bem como desconhecedor dos reinos de Marrocos, anula-se face ao parecer dos experientes nesses assuntos. Só pelas orações poderá servir o rei, para que se acrescente a fé e o senhorio do reino conforme o seu desejo.

[21] 1534 Bispo do Algarve

Silves, 20 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 28. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos* – VI, pp. 135-138 (1997) e pp. 101-104 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 692-699. Ver *supra* parecer de 15 de Outubro de 1534.

Considera urgente: a) garantir Safim e depois Azamor, para em seguida tomar Salé e através de fortalezas na Mamora aos poucos abater o poder de Fez; b) também subtilmente, por contactos diferentes com as populações locais, subtraí-las à influência do rei de Fez e do xarife.

[22] 1534 João Rodrigues de Sá Meneses

Porto, 23 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 33. Pub. *As Controvér-*

nités – que ce soit dans la future conquête par le Nord, dans l'actuelle maintenance de Safi et d'Azemmour ou, éventuellement, dans le futur abandon total de ces places.

[19] 1534 Fernão Vaz de Sampaio

Vila da Torre, le 15 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-7. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 688-689; *Gavetas...* cit., t. I, pp. 841-843 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 309-311. L'abandon de Safi et d'Azemmour représenterait une augmentation de la puissance des maures, provoquant leur avancée sur les autres places d'Afrique du Nord voire une intervention en Algarve et en Castille. En raison des conditions du territoire au Sud du Maroc et des difficultés de secours, ainsi que de la nécessité de soulager les attaques du chérif et de réduire les dépenses, il considère préférable de commencer la conquête à partir d'Asilah. S'il s'avère impératif, le roi devra se servir de tous les vassaux. Cependant, Ceuta, une ville importante pour toute la chrétienté doit continuer d'être bien défendue de toute menace.

[20] 1534 L'évêque de Coïmbre

Coïmbre, le 6 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-5. Pub. *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 690-691; *Gavetas...* cit., t. I, pp. 838-839 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 311-312. Voir *infra* avis du 20 mars 1541.

Compte tenu de sa condition d'ecclésiastique et d'homme ayant peu de pratique dans les choses de la guerre et peu connaisseur des royaumes du Maroc, il s'efface par rapport aux avis des experts en la matière. Il ne pourra servir le roi que par la prière, pour que l'on augmente la foi et le domaine du Royaume comme son désir.

[21] 1534 L'évêque de l'Algarve

Silves, le 20 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 28. Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos* – VI, pp. 135-138 (1997) et pp. 101-104 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original); *SIHM, Port.*, t. II – p. II, pp. 692-699. Voir *infra* avis du 15 octobre 1534.

Il considère urgent de : a) s'assurer la prise de Safi puis d'Azemmour, par la suite prendre Salé et progressivement par le biais de forteresses à Mamora briser le pouvoir de Fès; b) aussi subtilement, à partir de différents contacts avec les populations locales, les soustraire à l'influence du roi de Fès et du chérif.

[22] 1534 João Rodrigues de Sá Meneses

Porto, le 23 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 33. Pub. *As Contro-*

sias... Compilação de Documentos – VII, p. 139 (1997) e p. 105 (1998) (com nova transcrição do original); SIHM, Port., t. II – p. II, pp. 702-703.

Considera não se dever abandonar, seja em que situação for, Azamor e Safim, mas defender e conservar a autoridade régia pelo concurso de todos em vidas e bens.

[23] 1534 Francisco Pereira

Lisboa, finais do ano. BAJUDA (Biblioteca da Ajuda), cod. 51-VI-40, ff. 407-431 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – VIII, pp. 141-149 (1997) e pp. 107-115 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. supra nota 28).*

Em parecer escrito a D. João III, considera criticamente a política seguida então no Norte de África, tanto na guerra como na paz, classificando de excessivas e mal aplicadas as despesas feitas com as diferentes praças. Preconiza aplicação dos gastos e concentração de forças na conquista de Fez, situação que traria vantagens políticas e económicas a Portugal.

[24] 1534 Francisco Pereira

Lisboa, finais do ano. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 431-451 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – IX, pp. 151-157 (1997) e pp. 117-123 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. supra nota 28).*

Na continuação do parecer anterior, «Repartição» que fez ao expor os seus cálculos respeitantes a homens e mantimentos necessários à conquista de Fez. Especifica, diferenciando, o contributo dos corpos eclesiásticos, dos nobres, das comarcas. Soma a gente de cavalo, os peões e a gente de ordenança. Calcula os gastos.

[25] 1534 (?) Conde da Castanheira

Relação de memórias (data deduzida a partir do conteúdo do documento). Pub. ou ref. por Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III... cit., vol. II, pp. 210-211 e 314-317. Ver infra parecer de 1541.*

Se é honroso sustentar lugares que não apenas se mostram proveitosos mas constituem igualmente base ou «esperança» para empreendimentos de maior vulto, fazê-lo em relação a lugares sem proveito, como Safim e Azamor, resume-se a « vaidade ». O seu parecer é favorável a um abandono total, uma vez que não se tiram benefícios e perde-se em gente

vérsias... Compilação de Documentos – VII, p. 139 (1997) et p. 105 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original); SIHM, Port., t. II – p. II, pp. 702-703.

Il estime, quelle que soit la situation, qu'Azemmour et Safi ne doivent pas être abandonnées, mais qu'il faudrait préserver et défendre l'autorité royale avec la collaboration de tous en contribuant avec des vies et des biens.

[23] 1534 Francisco Pereira

Lisbonne, fin de l'année. BAJUDA (Biblioteca da Ajuda), cod. 51-VI-40, ff. 407-431 (copie manuscrite probablement du XVII^e siècle). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – VIII, pp. 141-149 (1997) et pp. 107-115 (1998) (original publié pour la première fois, v. supra note 28).*

Dans un avis écrit adressé à D. João III, il examine, de manière critique, la politique alors suivie en Afrique du Nord, tant dans la guerre comme dans la paix, en classant d'excessives et mal appliquées les dépenses effectuées dans les différentes places. Il recommande l'application des dépenses et la concentration des forces dans la conquête de Fès, une situation qui apporterait des avantages économiques et politiques au Portugal.

[24] 1534 Francisco Pereira

Lisbonne, fin de l'année. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 431-451 (copie manuscrite probablement du XVII^e siècle). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – IX, pp. 151-157 (1997) et pp. 117-123 (1998) (original publié pour la première fois, v. supra note 28).*

Dans le prolongement de l'avis précédent, « répartition » qu'il a fait en exposant ses calculs relatifs aux hommes et fournitures nécessaires à la conquête de Fès. Il spécifie, en différenciant, la contribution des organes ecclésiastiques, des nobles et des municipalités. Il additionne les gens à cheval, les hommes de pieds et les gens de l'ordonnance. Il calcule les dépenses.

[25] 1534 (?) Le comte de Castanheira

Liste de Mémoires (année déduite du contenu du document). Pub. ou réf. par Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III... cit., vol. II, pp. 210-211 et 314-317. Voir infra l'avis de 1541.*

S'il est honorable de soutenir des places qui se montrent non seulement rentables, mais constituent également une base ou un « espoir » pour des projets de plus grande envergure, maintenir des places qui ne rapportent rien, comme Safi et Azemmour, se résume à de la « vanité ». Son avis est favorable à un abandon total, étant donné que l'on n'obtient aucun bénéfice

e dinheiro. Por outro lado, o não aproveitamento futuro dessas posições pelos mouros, particularmente no que toca à recolha de embarcações, à partida era garantido em Safim pela compleição do local e em Azamor com a construção de uma fortaleza na barra. Muitas despesas se verificam então não apenas em África mas também no Reino e na Índia. Da maior parte tem o Estado necessidade mas na conjuntura actual (dadas as notícias sobre o Turco) considera de melhor política o investimento de dinheiro na Índia, na sua preservação, como forma, inclusivamente, de garantir remédio a todas as outras despesas do Reino.

[26] 1535 Manuel de Sousa

Arronches, 1 de Janeiro – Carta a D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-9. Pub. *SIHM, Port.*, t. III (1948), pp. 1-14 (R. Ricard identifica como signatário Aires de Sousa); *Gavetas...* cit., t. I, pp. 845-854 e A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, Dez. 1971, pp. 313-321; A. A. Andrade, *Antologia do Pensamento Português*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965, I, pp. 221-231.

Em risco considera a consciência e a honra do rei devido a dificuldades financeiras e sobre estes temas discorre a propósito da guerra aos infiéis no Norte de África. Se problemas de diversa ordem desculpam o facto de D. João III não prosseguir a conquista, nada justifica – até à plena exaustão em fazendas e vidas dos seus vassallos – o abandono de posições, mesmo que se tenha de transformar os lugares em fortalezas roqueiras (dá, nesse ponto, a palavra aos experimentados na guerra e conhecedores das regiões). É pelo Sul que a conquista futura deverá começar, aproveitando a fraqueza do domínio do xarife ao tyrannizar os povos, além de impedir o abandono de Safim e Azamor e com isto o avanço inevitável daquele sobre terras e portos e, usufruindo de navios, sobre o próprio território peninsular. Para tão honrosa guerra é preciso dinheiro e gente e para obtê-los reformar o comportamento social: cortar despesas supérfluas e empregar o dinheiro sustentando gente de armas no Norte de África, utilizando as rendas de comendas, mestrados e igrejas, para o fim último para que se instituíram; servir pessoalmente na guerra; grandes e fidalgos de novo criarem em sua casa gente, empregando utilmente as suas rendas, para disporem de homens para a guerra e de dinheiro para no reino ficarem sempre prestes a servir. É preciso, igualmente, que o rei altere a sua maneira de agraciar os súbditos de forma a incentivá-los a mudar.

et que l'on perd des gens et de l'argent. D'autre part, l'impossibilité d'une future utilisation de ces positions par les maures, en particulier dans l'accueil de navires, était garantie au départ par la constitution naturelle du local de Safi et avec la construction d'une forteresse sur la côte d'Azemmour. Il y a beaucoup de dépenses, non seulement en Afrique, mais aussi dans le Royaume et en Inde. L'État a, en grande partie, besoin de tout cela mais, vu la conjoncture (compte tenu des nouvelles sur le Turc), il considère que la meilleure politique est d'investir l'argent en Inde, dans sa préservation comme un moyen de combler toutes les autres dépenses du Royaume.

[26] 1535 Manuel de Sousa

Arronches, le 1^{er} janvier – Lettre à D. João III. ANTT, *Gaveta II*, 7-9. Pub. *SIHM, Port.*, t. III (1948), pp. 1-14 (R. Ricard identifie comme signataire Aires de Sousa); *Gavetas...* cit., t. I, pp. 845-854 et A. Meyrelles do Souto, *Studia*, n.º 33, déc. 1971, pp. 313-321; A. A. Andrade, *Antologia do Pensamento Português*, Lisbonne, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965, I, pp. 221-231.

Il croit que la conscience et l'honneur du roi sont en danger en raison de difficultés financières et sur ces questions il discourt au sujet de la guerre aux infidèles en Afrique du Nord. Si des problèmes de toutes sortes excusent le fait que D. João III ne poursuive pas la conquête, rien ne justifie – jusqu'à épuisement complet des biens et des vies de ses sujets – l'abandon de positions, même si les places doivent être transformées en forteresse de pierre (sur ce point, il laisse la parole aux expérimentés dans la guerre et aux connaisseurs des régions). C'est par le Sud que la future conquête devra commencer, en profitant de l'affaiblissement du pouvoir de domination du chérif en intimidant les peuples, outre le fait d'empêcher l'abandon de Safi et d'Azemmour et avec ceci l'avancée inévitable de celui-ci sur des terres et des ports et, en profitant de navires, sur le territoire péninsulaire lui-même. Pour une guerre si honorable, il faut de l'argent et des gens et, pour les obtenir, il faut réformer le comportement social: sabrer les dépenses superflues et employer l'argent pour soutenir des gens d'armes en Afrique du Nord, en utilisant les revenus de commanderies, les maîtres et les églises, à la fin ultime pour laquelle elles sont destinées; servir personnellement dans la guerre; les grands et les nobles devant employer de nouveau des gens de leur *casa* et utiliser efficacement leurs rentes afin de disposer d'argent et d'hommes pour la guerre et d'être toujours disponible à servir le Royaume. Il faut, également, que le roi modifie sa façon de récompenser les sujets de manière à les encourager à changer.

[27] 1535 D. Fradique Manuel

Lisboa, 7 de Janeiro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 43. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 155-159 (cópia manuscrita com variantes, provavelmente do século XVII). Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos – X*, pp. 159-161 (1997) e pp. 125-127 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. III, pp. 18-21.

Considera inerente à honra do rei e dos portugueses e à preservação do culto divino a conservação dos lugares de África. Com esse objectivo não há que poupar esforços nem despesas e o rei deverá contar com o serviço de todos os vassallos.

[28] 1538 Manuel Jorge

Fez, 1 de Agosto – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 62, D. 60. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 166-172.

Segundo este indivíduo – que por ser da criação do rei de Portugal alcançou um lugar de destaque no conselho do rei de Fez –, as facções políticas e militares que se digladiam intestinamente naquele reino trazem-no «aparelhado pera se perder». D. João III, com toda a sua fama de poderoso e de amante da verdade e da justiça, galvanizou partidários e, ao intervir em África, logo irá garantir novos vassallos e senhorios, o que representará ganho cristão. Um ou outro partido de Fez, mais tarde ou mais cedo, chegará mesmo ao ponto de lhe solicitar um auxílio directo e os gastos que se fizerem na altura revelar-se-ão um bom investimento.

[29] 1539 Bastião de Vargas

Mequinez, 10 de Abril – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. II, M. 228, D. 8. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 202-206.

Em Fez pretende-se estabelecer negociações com D. João III, discutindo-se o perfil do agente a enviar. Teme-se o xarife tanto quanto o rei é fraco e os súbditos (principalmente os que residem em Fez) se mostram pouco preparados para a guerra (a excepção vem dos alcaides fronteiros aos lugares portugueses). Só as relações pacíficas entre Fez e Portugal, segundo Vargas, impediram até a data a conquista do reino pelo xarife e tanto os grandes como os povos de Fez, cientes disso, desejam um acordo que os liberte daquela ameaça. Tais predisposições reflectem-se desde já em atitudes de concórdia política e comercial.

[30] 1540 Bastião de Vargas

Fez, 12 de Dezembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 68, D. 101. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 304-308. Ver *infra* documentos de 1544.

[27] 1535 D. Fradique Manuel

Lisbonne, le 7 janvier – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 54, D. 43. BAJUDA, cod. 51-VI-40, ff. 155-159 (copie manuscrite avec des variantes probablement du XVII^e siècle). Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos – X*, pp. 159-161 (1997) e pp. 125-127 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original); *SIHM, Port.*, t. III, pp. 18-21.

Il considère la conservation des places d'Afrique inhérente à l'honneur du roi et des portugais et à la conservation du culte divin. Dans ce but, il ne faut épargner ni efforts, ni dépenses et le roi devra compter sur le service de tous les vassaux.

[28] 1538 Manuel Jorge

Fès, le 1^{er} août – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 62, D. 60. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 166-172.

Selon ce dernier – qui a atteint une place prépondérante au sein du Conseil du roi de Fès parce qu'il appartient à l'entourage du roi de Portugal, les luttes intestines des factions politiques et militaires dans ce Royaume « le conduisent à sa perte ». D. João III, avec toute sa renommée de roi puissant et amant de la vérité et de la justice, a galvanisé des partisans et, en intervenant en Afrique, il garantira bientôt de nouveaux vassaux et domaines, ce qui représentera un profit chrétien. Tôt ou tard, l'un ou l'autre parti de Fès, en arrivera au point de lui solliciter une aide directe et les dépenses qui se feront à l'occasion se révéleront un bon investissement.

[29] 1539 Bastião de Vargas

Meknès, le 10 avril – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. II, M. 228, D. 8. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 202-206.

À Fès, on souhaite établir des négociations avec D. João III, on discute à propos du profil de l'agent qui devra être envoyé. On craint le chérif ainsi que la faiblesse du roi et de ses sujets (principalement de ceux qui habitent à Fès) qui se montrent peu préparés pour la guerre (l'exception vient des caïds frontaliers aux places portugaises). Selon Vargas, seules les relations pacifiques entre Fès et le Portugal ont empêché, jusqu'à la date, la conquête du royaume par le chérif et tant les grands que les peuples de Fès, conscients de cela, désirent un accord qui les libère de cette menace. De telles prédispositions se reflètent dès lors dans des attitudes d'accords politiques et commerciaux.

[30] 1540 Bastião de Vargas

Fès, le 12 décembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 68, D. 101. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 304-308. Voir *infra* documents de 1544.

Sem conselheiros à altura de um Mulei Abraem, entretanto desaparecido, o rei de Fez, inapto no governo interno como na política externa, «não a de ser rrey muito tempo, que ou lhe tomarão a terra ou os seus o desporão de rrey». Mesmo acordando-se com Portugal e mediante a cedência de reféns, ele não agirá – considera Vargas –, nem se o xarife avançar sobre Safim e Azamor, nem se D. João III, intervindo em África, conquistar território. O reino de Fez será tomado por quem primeiro o cometer.

[31] 1541 Bispo de Coimbra

Coimbra, 20 de Março – Carta a D. João III. BPE (Biblioteca Pública de Évora), cod. CIII/2-20, f. 148v (cópia no Cod. CIII/2-26, f. 240). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 344-345. Ver *supra* parecer de 6 de Dezembro de 1534.

Face às necessidades sentidas nos lugares de África, o socorro a enviar pelo rei de Portugal deverá ser rápido e intensamente reconhecido pelos inimigos da fé. De resto, as suas virtudes e obras por aumentar o domínio cristão decerto irão despertar a misericórdia de Deus e aumentarão o amor e a lealdade dos vassallos. O bispo concorrerá, quando o rei o desejar, com sacrifícios, com a renda e os vassallos do seu bispado, com a sua própria fazenda e criados.

[32] 1541 Cristóvão de Távora

Lisboa, Abril, entre meados e finais – Carta a D. João III. Impresso por Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 10-13. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – XII, pp. 165-167 (1997) e pp. 131-133 (1998) (com nova transcrição do original); *SIHM, Port.*, t. III, pp. 379-483. Ver *supra* parecer de 5 de Outubro de 1534. Considera como objectivo primordial vingar a ofensa à honra do rei de Portugal. Havia que aproveitar circunstâncias favoráveis, entre as quais a aliança que lhe oferecia o rei de Fez, intervir com um grande exército ou instalar de imediato uma poderosa força militar que iniciasse uma guerra sem tréguas aos xarifes. Contaria o rei com o serviço dos Povos e do Clero para destruir o poder crescente daqueles e, com isso, salvaguardar posições e travar as contínuas despesas.

[33] 1541 Conde da Feira

Aveiro, 25 de Abril – Carta a D. João III. BPE, cod. CIII/2-26, f. 241v (cópia). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 349-351. O serviço de Deus e a honra do rei obrigam a tomar medidas enérgicas no Norte de África, para atalhar o

Sans conseillers à la hauteur d'un Moulay Ibrahim, entretemps disparu, le roi de Fès, incapable de gérer le gouvernement interne et la politique étrangère, «il ne sera pas roi pendant plus très longtemps, on lui prendra les terres ou il sera destitué par les siens». Même en s'accordant avec le Portugal et moyennant la cession d'otages, il n'agira pas – considère Vargas –, même si le chérif avance sur Safi et Azemmour, même si D. João III, intervenant en Afrique, conquiert le territoire. Le royaume de Fès sera pris par le premier qui l'accomplira.

[31] 1541 L'évêque de Coïmbre

Coïmbre, le 20 mars – Lettre à D. João III. BPE (Biblioteca Pública de Évora), cod. CIII/2-20, f. 148v (copie dans le Cod. CIII/2-26, f. 240). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 344-345. Voir *supra* avis du 6 décembre 1534.

Compte tenu des besoins ressentis dans les places d'Afrique, l'aide à envoyer par le roi du Portugal devra être rapide et intensément reconnue par les ennemis de la foi. Du reste, ses vertus et œuvres pour augmenter le domaine chrétien éveilleront certainement la miséricorde de Dieu et augmenteront l'amour et la loyauté des vassaux. L'Évêque concourra, quand le roi le désirera, avec des sacrifices, avec le revenu et les vassaux de son évêché et avec son propre argent et ses serviteurs.

[32] 1541 Cristóvão de Távora

Lisbonne, entre la mi et la fin avril – Lettre à D. João III. Imprimée par Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 10-13. Pub. As *Controvérsias... Compilação de Documentos* – XII, pp. 165-167 (1997) et pp. 131-133 (1998) (avec une nouvelle transcription de l'original); *SIHM, Port.*, t. III, pp. 379-483. Voir *supra* l'avis du 5 octobre 1534.

Il considère comme objectif primordial de venger l'offense à l'honneur du roi de Portugal. Il fallait profiter des circonstances favorables, parmi lesquelles l'alliance que lui offrait le roi de Fès, intervenir avec une grande armée ou installer immédiatement une puissante force militaire qui commencerait une guerre sans trêve aux chérifs. Le roi compterait sur le service des peuples et du clergé pour détruire le pouvoir croissant de ceux-ci, sauvegardant ainsi des positions et freinant les continuelles dépenses.

[33] 1541 le comte de Feira

Aveiro, le 25 avril – Lettre à D. João III. BPE, cod. CIII/2-26, f. 241v (copie). Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 349-351. Le service de Dieu et l'honneur du roi obligent à prendre des mesures énergiques en Afrique du

poder do xarife. Reflecte sobre dois modos possíveis de o conseguir: 1) o envio de um grande exército mas não comandado pelo rei (antes pelo infante D. Luís), dada a incerteza da lealdade do rei de Fez e a inferior condição deste, caso se junte ao exército português; 2) em vez de efectuar uma batalha campal, que poderia levar o exército a internar-se no sertão sem condições de subsistência, se os mouros não dessem luta e retirassem, investir na concentração de forças bem apetrechadas em Azamor e Safim que fizessem uma guerra de fronteira (como no tempo de Nuno Fernandes de Ataíde).

[34] 1541 Visconde de Vila Nova da Cerveira

Ponte de Lima, 30 de Abril – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 101. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 351-352. Ver *supra* parecer de 5 de Novembro de 1534.

A investida xarifina sobre Santa Cruz do Cabo de Guer, que levou à sua perda, deveu-se à política de retirar homens dos lugares portugueses sem substituí-los, sinal de negligência ou de fraqueza notado pelos mouros. Será necessário agora utilizar mais gente para efectuar uma forte intervenção de grande alcance, nas terras do xarife do Suz. Com esta esforçada passagem a África visar-se-ia simultaneamente vingar a afronta e destruir forças do xarife do Suz (nomeadamente Tafetana e o seu comércio, prejudicial aos interesses portugueses). Quanto aos outros poderes, havia que impedir qualquer socorro a Suz por parte do xarife de Marrocos (atraindo a sua acção com o reforço de gente de cavalo em Azamor e Safim), e desconfiar sempre de acordos de paz a realizar com o rei de Fez. Estes deveriam significar para Portugal uma oportunidade para reforço militar.

[35] 1541 Inácio Nunes

Safim, 30 de Maio – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 114. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 406-409.

Conforme as informações de um judeu chegado de Marraquexe, as últimas movimentações do xarife – que resultaram nos cercos de Safim e Azamor – foram um meio para levantar os súbditos de Fez contra o seu rei e reforçar as suas ligações com alguns deles. Ocorrendo entretanto a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, e informado do socorro a Azamor, temeu o xarife que o reforço militar da praça portuguesa e a imobilidade do rei de Fez significassem uma iminente intervenção conjugada dos dois soberanos contra si. Refugiou-se por isso em Marraquexe. Esse temor propagou-se às populações, inclusivamente a Sul. O seu

Nord, pour affaiblir le pouvoir du chérif. Il réfléchit à deux manières possibles d'y parvenir : 1) l'envoi d'une grande armée, mais non commandée par le roi (plutôt par l'infant D. Luis), étant donné l'incertitude de la loyauté du roi de Fès et sa condition inférieure s'il rejoint l'armée portugaise ; 2) plutôt que de faire une bataille champêtre, qui pourrait amener l'armée à s'introduire dans l'arrière-pays sans conditions de subsistance, au cas où les maures ne lutteraient pas et battraient en retrait, il serait préférable d'investir dans la concentration de forces bien équipées à Azemmour et à Safi lesquelles feraient une guerre de frontière (comme à l'époque de Nuno Fernandes de Ataíde).

[34] 1541 Le vicomte de Vila Nova da Cerveira

Ponte de Lima, le 30 avril – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 101. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 351-352. Voir *supra* avis du 5 novembre 1534.

L'assaut chérifien de Santa Cruz du Cap de Gué, qui a conduit à sa perte, est dû à la politique de retirer des hommes des places portugaises sans les remplacer, signe de négligence ou de faiblesse noté par les maures. Il faudra maintenant utiliser plus de gens pour faire une intervention de grande envergure sur les terres du chérif du Sous. Avec ce passage laborieux en Afrique on chercherait simultanément à venger l'affront et à détruire les forces du chérif du Sous (en particulier Tafetna et son commerce, préjudiciable aux intérêts portugais). Quant aux autres puissances, il fallait empêcher toute aide au Sous de la part du chérif du Maroc (attirant son action avec le renforcement de gens à cheval à Azemmour et Safi) et toujours se méfier des accords de paix à réaliser avec le roi de Fès. Ceux-ci devraient signifier pour le Portugal, l'occasion d'un renforcement militaire.

[35] 1541 Inácio Nunes

Safi, le 30 mai – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 114. Pub. *SIHM, Port.*, t. III, pp. 406-409.

Selon les informations d'un juif arrivé de Marrakech, les derniers mouvements du chérif – qui ont abouti aux sièges de Safi et d'Azemmour – ont été un moyen pour soulever les sujets de Fès contre leur roi et renforcer ses liaisons avec certains d'entre eux. Entretemps, la perte de Santa Cruz du Cap de Gué ayant eu lieu, et ayant été informé de l'aide à Azemmour, le chérif craignit que le renforcement militaire de la place portugaise et l'immobilité du roi de Fès ne signifient une intervention conjugée imminente des deux souverains contre lui. Il se réfugia donc à Marrakech. Cette crainte se propagea aux populations, y compris

informador crê, aliás, que se houvesse uma intervenção portuguesa no Suz, Tarudante seria abandonada, bem como outros lugares. Em Marraquexe o xarife procura manietar conspirações com Portugal e fugas para Fez, enquanto judeus e mercadores residentes naquela cidade colocam a salvo, secretamente, os seus bens. Parece a Inácio Nunes ser esta conjugação, criada pelo medo, favorável à afirmação de Portugal naquelas paragens. Contudo, se o soberano português vacilar na iniciativa, logo os mouros mudarão de sentimento e, conseqüentemente, de atitude.

[36] 1541 D. Henrique de Noronha

Safim 4 de Junho – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, D. 120. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 353-355.

Embora não obtendo resposta do rei a cartas anteriores, continua a seu serviço esclarecendo-o sobre as movimentações e possíveis reacções dos xarifes, mediante informações recolhidas em Marraquexe (por intermédio de judeus). São propícias, segundo deduz, as condições para uma intervenção portuguesa em África. Desavindos, ambos os xarifes temem uma iminente passagem do rei de Portugal, temor esse que se estende aos seus alcaides. Considera-se possível que os alarves de Marraquexe, face a uma intervenção militar, se submetam de imediato às forças portuguesas, ajudando-as a combater o xarife seu senhor. Entrando por Safim para esta guerra, D. João III poderia também contar com a inacção do xarife do Suz, uma vez que este receia, acima de tudo, que as forças portuguesas passem pelo Cabo de Guer e avancem sobre Tarudante. Do ponto de vista não apenas militar mas também económico, havia que impedir a actividade de portos como os de Tafetana e Teracuco e o de Cabo de Guer, mediante uma apertada vigilância marítima, dado que neles prospera – sem benefício de direitos para o rei português – o comércio com os mouros, de armas e de outras mercadorias defesas.

[37] 1541 Lopo Barriga

Safim, 29 de Junho – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 70, D. 9. Pub. SIHM, *Port.*, t. III, pp. 450-451.

O ano de 1541 revela-se o melhor para fazer guerra aos xarifes dada a falta total de colheitas. A extrema miséria das populações proporciona capturas e impede investidas dos alcaides fronteirais.

[38] 1541 Lourenço Pires de Távora

Campo de Zagale, 6 de Setembro – Carta a D. João III. Impresso por Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 39-43. Pub. SIHM, *Port.*, t. III, pp. 520-525.

dans le Sud. Son informateur croit, d'ailleurs, qu'en cas d'intervention portugaise dans le Sous, Taroudant serait abandonnée, ainsi que les autres places. À Marrakech, le chérif cherche à empêcher des conspirations avec le Portugal et des évasions vers Fès, tandis que les juifs et les négociants résidants dans cette ville placent secrètement leurs biens en sureté. D'après Inácio Nunes cette conjugaison, créée par la peur, est favorable à l'affirmation du Portugal dans ces parages. Néanmoins, si le souverain portugais vacille dans l'initiative, les maures changeront bientôt d'avis et, en conséquence, d'attitude.

[36] 1541 D. Henrique de Noronha

Safi, le 4 juin – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 69, d. 120. Pub. Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz...* cit., pp. 353-355.

Bien que n'ayant pas obtenu de réponse du roi à des lettres précédentes, il continue à son service l'éclaircissant sur les mouvements et les éventuelles réactions des chérifs, grâce à des renseignements recueillis à Marrakech (par l'intermédiaire de juifs). Il en déduit que les conditions pour une intervention portugaise en Afrique sont propices. Brouillés, les deux chérifs craignent un passage imminent du roi du Portugal, cette crainte s'étend à leurs caïds. Il semble possible que les alarves du Maroc, face à une intervention militaire, se soumettent immédiatement aux forces portugaises en les aidant à combattre leur seigneur le chérif. En entrant dans cette guerre par Safi, D. João III pouvait aussi compter sur l'inaction du chérif du Sous, vu que celui-ci craint, surtout, que les forces portugaises ne passent par le Cap de Gué et n'avance sur Taroudant. Du point de vue non seulement militaire mais aussi économique il fallait empêcher l'activité des ports tels que Tafetna et Tarkoukou et celui du Cap de Gué, par une étroite surveillance maritime, puisqu'il s'y développe – sans le bénéfice des droits pour le roi portugais – le commerce d'armes et d'autres marchandises interdites avec les maures.

[37] 1541 Lopo Barriga

Safi, le 29 juin – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 70, D. 9. Pub. SIHM, *Port.*, t. III, pp. 450-451.

L'année 1541 se révèle la meilleure année pour faire la guerre aux chérifs grâce à la perte totale des cultures. L'extrême pauvreté des populations fournit des captures et empêche les attaques des caïds frontaliers.

[38] 1541 Lourenço Pires de Távora

Campo de Zagale, le 6 septembre – Lettre à D. João III. Imprimée par Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 39-43. Pub. SIHM, *Port.*, t. III, pp. 520-525.

Com base numa análise fundamentada das circunstâncias das negociações desenvolvidas enquanto embaixador de D. João III junto do rei de Fez, conclui acerca da inoperacionalidade de uma aliança militar entre os dois monarcas com vista a uma guerra conjunta ao poder xarifino. Crê que Mulei Ahmed nunca actuará com forças cristãs. Provavelmente já lhe constara a intenção do rei de Portugal de abandonar Azamor (da qual, aliás, D. João III pode dispor livremente) e, além disso, mostrara inclinação a estabelecer acordos de paz também com o xarife. A missão de Távora servira, deste modo, para impedir qualquer acto precipitado por parte de Portugal e demonstrar que D. João III possui fortes razões para quebrar a paz. Muito mais vantajosamente poderia guerrear e conquistar o reino de Fez. O reino de Marrocos fica longe da Península e não prejudica tanto, bastando deixar no Sul Mazagão, fortificada, como o rei pretende, para manter a presença portuguesa nessa área.

[39] 1541 Lourenço Pires de Távora

Mequinez, 1 de Outubro – Carta a D. João III. Excerto pub. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, pp. 209. Ver *infra* parecer de 30 de Novembro de 1549. Felicita, uma vez mais, D. João III pela orientação seguida de abandonar lugares de Marrocos meridional, isto é, cidades que, segundo ele, traziam pouco proveito e representavam muito risco em termos de honra e de fazenda sempre que ameaçadas. Atento a aspectos financeiros e de segurança, considera a manutenção das praças do Sul de Marrocos, exceptuando Mazagão (que se fortificava) um esforço que deveria ser, ao invés, investido na conquista de Fez, para descanso e desafio do Reino, do rei e dos seus súbditos.

[40] 1541 Conde da Castanheira

Pós-queda de Santa Cruz do Cabo de Guér. Relação de memórias. Pub. ou ref. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, p. 276. Ver *supra* parecer de 1534 (?).

Lugares de possível proveito ou desnecessários e pesados à Coroa? A resposta a esta questão deve determinar a sua sorte. Assim o considerava Ataíde em 1534 (?) e o seu parecer mantém-se na década de 40. Melhor fora, logo após a forte resistência de Safim, ter abandonado este lugar e Azamor, do que fazê-lo depois da derrota de Santa Cruz do Cabo de Guér.

[41] 1543 Anónimo I

Após Março, s. I., a partir da opinião expressa ao rei em Almeirim (data deduzida – v. *supra*, *Problemas de*

Basé sur une analyse raisonnée des circonstances des négociations, développées en tant qu'ambassadeur de D. João III avec le roi de Fès, il conclut sur le caractère inopérant d'une alliance militaire entre les deux monarques en vue d'une guerre conjointe contre le pouvoir chérifien. Il estime qu'Ahmed al-Wattassi n'agira jamais avec les forces chrétiennes. Il avait déjà probablement compris l'intention du roi de Portugal de renoncer à Azemmour (dont D. João III peut disposer librement) et se montrait, par ailleurs, près à conclure des accords de paix également avec le chérif. La mission de Távora servit ainsi à prévenir tout acte précipité de la part du Portugal et à démontrer que D. João III avait de fortes raisons pour rompre la paix. Il serait bien plus à l'aise pour faire la guerre et conquérir le royaume de Fès. Le royaume du Maroc est loin de la Péninsule et ne revêt donc pas une grande préoccupation, il suffit de laisser Mazagan fortifiée au Sud, comme le roi le souhaite, pour maintenir la présence portugaise dans cette zone.

[39] 1541 Lourenço Pires de Távora

Meknès, le 1^{er} octobre – Lettre à D. João III. Excerto pub. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, pp. 209. Voir *infra* avis du 30 novembre 1549.

Il félicite, une fois de plus, D. João III pour l'orientation suivie d'abandonner les places du Maroc méridional, c'est-à-dire, des villes qui, selon lui, apportaient peu d'avantage et représentaient beaucoup de risque en matière d'honneur et de biens chaque fois qu'elles étaient menacées. Attentif à des aspects financiers et de sécurité, il considère le maintien des places du Sud du Maroc, à l'exception de Mazagan (qui se fortifiait), un effort qui devrait plutôt être investi dans la conquête de Fès, pour rassurer et soulager le royaume, le roi et ses sujets.

[40] 1541 Le comte da Castanheira

Après la chute de Santa Cruz du Cap de Gué. Liste de mémoires. Pub. ou réf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III...* cit., vol. II, p. 276. Voir *supra* l'avis de 1534 (?).

Ces lieux représentaient-ils d'éventuels avantages ou s'avéraient-ils inutiles et lourds pour la Couronne? La réponse à cette question doit déterminer son destin. C'est ce qu'estimait Ataíde en 1534 (?) et son avis se maintiendra dans la décennie de 40. Il aurait été préférable d'abandonner ce lieu et Azemmour juste après la forte résistance de Safi que de le faire après la défaite de Santa Cruz du Cap de Gué.

[41] 1543 Anonyme I

Après mars, s. I., à partir de l'opinion exprimée au roi à Almeirim (date déduite – v. *supra*, *Problèmes de*

datação e de divulgação dos textos). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174-204 (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – XIII*, pp. 169-188 (1997) e pp. 135-154 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. *supra* nota 28).

A pedido do rei em Almeirim, parecer de alguém experiente na guerra de África que, contrariando grande parte dos conselheiros, considera os reinos de Fez e de Marrocos, em relação à Índia, uma conquista a prosseguir porque mais proveitosa em riquezas naturais e possibilidade de tributos, mais fácil de socorrer e proporcionar um crescimento de vassallos, para lá do que significaria em termos de honra e de fé. Dever-se-ia, portanto, sustentar todas as posições e, aproveitando conjunção favorável, intervir e dominar.

[42] 1543 Anónimo II

Após Março, s. I., posição assumida em Almeirim (data deduzida a partir do documento anterior). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 204v-218v (cópia manuscrita provavelmente do século XVII). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – XIV*, pp. 189-198 (1997) e pp. 155-164 (1998) (original publicado pela primeira vez, v. *supra* nota 28).

Numa posição assumida em Almeirim divergente da anterior, o Anónimo deste parecer, não sem um olhar crítico a aspectos do comportamento social e procurando explicar fenómenos como o do necessário escoamento de uma população crescente, valoriza o comércio e rendimentos da Índia e justifica a sua conquista. Salienta a necessidade desta para segurança do comércio e as facilidades da sua execução em confronto com as dificuldades sentidas em África.

[43] 1544 Bastião de Vargas

Arzila, 13 de Maio – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 74, D. 97. Pub. *Anais de Arzila*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, t. II, Suplemento, pp. 361-363. Ver *supra* documentos de 1539 e 1540.

Vargas insiste que Larache seria facilmente conquistado e de grande proveito para Portugal. Melhor porto que Arzila e entrada por excelência para o reino de Fez, impediria a passagem de mercadores que o vão abastecendo e prescindindo cada vez mais dos portos e lugares portugueses. Também importava destruir Tetuão.

datation et de divulgation des textes). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 174-204 (copie manuscrite probablement du XVII^e siècle). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – XIII*, pp. 169-188 (1997) et pp. 135-154 (1998) (original publié pour la première fois, v. *supra* note 28).

Cet avis formulé à la demande du roi à Almeirim est l'avis d'une personne expérimentée dans la guerre d'Afrique qui, tout en contrariant une grande partie des conseillers, considère les royaumes de Fès et du Maroc, par rapport à l'Inde, une conquête à poursuivre parce qu'elle est plus fructueuse quant aux richesses naturelles et à la possibilité de tributs, plus facile à sauver et à permettre une croissance des vassaux, outre ce que cela signifierait en matière d'honneur et de foi. On devrait, donc, soutenir toutes les positions et, en profitant de la conjoncture favorable, intervenir et dominer.

[42] 1543 Anonyme II

Après mars, s. I., position assumée à Almeirim (date déduite à partir du document précédent). BAJUDA, cod. 51-VI-36, ff. 204v-218v (copie manuscrite probablement du XVII^e siècle). Pub. *As Controvérsias... Compilação de Documentos – XIV*, pp. 189-198 (1997) et pp. 155-164 (1998) (original publié pour la première fois, v. *supra* note 28).

Lors d'une position prise à Almeirim divergente de la précédente, l'Anonyme de cet avis, non sans jeter un regard critique sur certains aspects du comportement social et cherchant à expliquer des phénomènes tels que le flux nécessaire d'une population croissante, valorise le commerce et les revenus provenant de l'Inde et justifie sa conquête. Il souligne la nécessité de celle-ci pour la sécurité du commerce et les facilités de son exécution par rapport aux difficultés ressenties en Afrique.

[43] 1544 Bastião de Vargas

Asilah, le 13 mai – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 74, D. 97. Pub. *Anais de Arzila*, Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, t. II, Supplément, pp. 361-363. Voir *supra* documents de 1539 et 1540.

Vargas insiste sur le fait que le port de Larache serait facilement conquis et d'une grande utilité pour le Portugal. Il serait un meilleur port que celui d'Asilah et une entrée par excellence dans le royaume de Fès, il empêcherait le passage de marchands qui l'approvisionnent et qui progressivement délaissent les ports et les places portugais. Il était également important de détruire Tétouan.

[44] 1544 Bastião de Vargas

Arzila, 2 de Junho – Carta a D. João III. BNP, *Fundo Geral*, Ms. 1758, f. 536. Pub. *Anais de Arzila...* cit., t. II, Suplemento, pp. 364-366. Ver *infra* parecer de 15 de Novembro de 1544.

Como eficaz pressão sobre o reino de Fez, provocando mais rapidamente a submissão de Mulei Ahmed, a paz e uma vassalagem deste rei, D. João III, mais do que coarctar Alcácer Quibir através de corridas dos seus capitães, deveria proceder à conquista de Larache. Vargas sugerira-o em diversas cartas. Os mouros já temem o reforço de Ceuta em gente armada. Importava tomar Larache onde se acolhem navios mouros e saquear e destruir Tetuão.

[45] 1544 Luís de Loureiro

Mazagão, 26 de Julho – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 35. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV (1951), pp. 149-154.

Na sequência de outra carta, Luís de Loureiro escreve sobre a necessidade de travar o xarife do Suz, então vitorioso na guerra ao de Marrocos, e de atender à disposição manifestamente favorável a Portugal por parte de Mulei Zidão (filho do antigo xarife de Marrocos). Com ele desenvolvera correspondência e acolhera positivamente a sua vontade de contactar D. João III e o infante D. Luís a fim de negociar um acordo ou aliança – que incluisse Fez – contra aquele xarife. Luís de Loureiro oferece-se para elaborar um parecer sobre as forças, o tempo, o local e a estratégia adequados a uma intervenção com êxito. Visto tratar-se de uma empresa necessária e lucrativa (Portugal viria a usufruir das riquezas do Suz, enquanto Mulei Zidão ficaria em Marrocos), os súbditos concorreriam com toda a ajuda de que o monarca português precisasse.

[46] 1544 Bastião de Varga

Arzila, 15 de Novembro – Carta a D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 101. Pub. *Anais de Arzila...* cit., t. II, Suplemento, pp. 368-369. Ver *supra* pareceres de 13 de Maio e de 2 de Junho de 1544.

Oferece os seus serviços e a sua experiência de guerra caso D. João III mande conquistar Larache.

[47] 1549 Lourenço Pires de Távora

Bruxelas, 30 de Novembro – Carta a D. João III. Impresso por Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 51-55. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 383-389; *Anais de Arzila...* cit., t. II, Suplemento, pp. 449-454. Ver *supra* pareceres de 6 de Setembro e de 1 de Outubro de 1541.

A partir das conversações tidas com Carlos V e seus estreitos colaboradores, decorrentes das recentes

[44] 1544 Bastião de Vargas

Asilah, le 2 juin – Lettre à D. João III. BNP, *Fundo Geral*, Ms. 1758, f. 536. Pub. *Anais de Arzila...* cit., t. II, Supplément, pp. 364-366. Voir *infra* l'avis du 15 novembre 1544.

Comme pression efficace sur le royaume de Fès en provoquant plus rapidement la soumission d'Ahmed al-Wattassi, la paix et une vassalité de ce roi, D. João III, plus que de se restreindre à El-Ksar el-Kebir, à travers les courses de ses capitaines, devrait plutôt passer à la conquête de Larache. Vargas le suggérait dans plusieurs lettres. Les maures craignent déjà le renforcement de Ceuta avec des gens armés. Il importait donc de prendre Larache où l'on accueille des navires maures et de piller et détruire Tétouan.

[45] 1544 Luís de Loureiro

Mazagan, le 26 juin – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 35. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV (1951), pp. 149-154.

Suite à une autre lettre, Luis de Loureiro écrit à propos de la nécessité de freiner le chérif du Sous, alors victorieux dans la guerre contre celui du Maroc et de répondre à la disposition clairement favorable au Portugal de la part de Moulay Zidan (fils de l'ancien chérif du Maroc). Il a développé avec ce dernier une correspondance, et salué sa volonté de contacter D. João III et l'infant D. Luis afin de négocier un accord ou une alliance – qui inclut Fès – contre ledit chérif. Luis de Loureiro se propose d'élaborer un avis sur les forces, le temps, le local et la stratégie appropriés à une intervention réussie. Puisqu'il s'agit d'une entreprise nécessaire et rentable (le Portugal bénéficierait des richesses du Sous, tandis que Moulay Zidan resterait au Maroc), les sujets concourraient avec toute l'aide dont le monarque portugais avait besoin.

[46] 1544 Bastião de Varga

Asilah, le 15 novembre – Lettre à D. João III. ANTT, *Corpo Cronológico*, P. I, M. 75, D. 101. Pub. *Anais de Arzila...* cit., t. II, Supplément, pp. 368-369. Voir *supra* l'avis du 13 mai et du 2 juin 1544.

Il offre ses services et son expérience de la guerre, au cas où D. João III lui ordonne de conquérir Larache.

[47] 1549 Lourenço Pires de Távora

Bruxelles, le 30 novembre – Lettre à D. João III. Imprimée par Távora, *Historia de Varoens...* cit., pp. 51-55. Pub. *SIHM, Port.*, t. IV, pp. 383-389; *Anais de Arzila...* cit., t. II, Supplément, pp. 449-454. Voir *supra* avis du 6 septembre et du 1^{er} octobre 1541.

À partir d'entretiens avec Charles V et ses proches collaborateurs, découlant de récents changements de

alterações da política portuguesa no tocante ao abandono de Alcácer Ceguer e aos acordos em negociação com o rei de Beles, Mulei Boaçum, envolvendo Arzila (onde terá empregado muita «simulaçam» junto do imperador para cumprir as instruções régias), expõe por escrito as suas dúvidas e críticas, dado que não se sente suficientemente informado para desenvolver de forma consistente uma nova argumentação. No que respeita às decisões de D. João III, Pires de Távora revela-se surpreso quanto à inutilidade da fortificação do Seinal para manter Alcácer Ceguer e céptico quanto ao negócio de Arzila. Analisando pormenorizadamente o discurso do rei de Beles e todas as capitulações (de 27 de Setembro), condena a cedência desta praça com guarnição portuguesa e artilharia, fundamentando o seu parecer pessoal em toda uma experiência política vivida no Norte de África e nos conhecimentos que possui das pessoas e poderes envolvidos. Expõe ao seu monarca um elaborado texto com advertências sobre previsíveis actos e reorientações políticas do rei de Beles e quanto tudo isso pode vir a afectar o prestígio de Portugal, assim como avalia ao mesmo tempo a provável política a seguir por Castela. Importantes se tornam também as suas observações respeitantes à inoperacionalidade de uma ofensiva e penetração de forças portuguesas até Fez a partir de Tânger.

la politique portugaise concernant l'abandon d'El-Ksar es-Seghir et les accords en cours de négociation avec le roi de Vélez, Moulay Bou Hassoun, à propos d'Asilah (où il aurait employé beaucoup de « simulaçam » [« simulation »] auprès de l'empereur pour respecter les instructions régaliennes), il expose par écrit ses doutes et ses critiques, car il ne se sent pas suffisamment informé pour développer systématiquement un nouvel argument. En ce qui concerne les décisions de D. João III, Pires de Távora est surpris par rapport à l'inutilité de fortifier le Seinal pour préserver El-Ksar es-Seghir et est sceptique quant à l'affaire d'Asilah. En analysant en détail le discours du roi de Vélez et toutes les capitulations (du 27 septembre), il condamne la remise de cette place avec la garnison portugaise et l'artillerie, fondant son avis personnel sur l'ensemble d'une expérience politique vécue en Afrique du Nord et sur ses connaissances au sujet des personnes et des pouvoirs impliqués. Il expose à son monarque un texte préparé avec des avertissements sur des actes prévisibles et des réorientations politiques du roi de Vélez et comment tout cela pourrait affecter le prestige du Portugal, évaluant également, en même temps, la politique susceptible d'être suivie par la Castille. Ces commentaires concernant le caractère inopérant d'une offensive et pénétration des forces portugaises jusqu'à Fès à partir de Tanger sont également importants.

COLECÇÃO ARQUEOARTE

O CHAM – Centro de Humanidades desenvolve investigação relacionada com a presença portuguesa no mundo, numa perspectiva interdisciplinar e da história comparada, prestando particular atenção às regiões com as quais Portugal manteve contacto, no contexto de uma história global. Procura também estudar a preponderância do mar na história portuguesa, através do tratamento de cronologias distintas e suas incidências no entendimento do presente e na projecção do futuro.

A investigação desenvolvida privilegia, igualmente, o património material resultante destes processos históricos, abordado na perspectiva da história da arte e da arqueologia, que constituem grupos de pesquisa autónomos. Esta colecção dá expressão ao trabalho que é desenvolvido pelo CHAM nestes domínios, numa configuração que pretende dar espaço aos suportes de trabalho destas áreas do conhecimento histórico, nomeadamente o desenho e fotografia.

O movimento expansionista português para o Norte de África, surgido na continuidade da «Reconquista», marcou também o arranque da expansão ultramarina. Esta ambivalência, aliada à circunstância da região junto ao Estreito de Gibraltar se ter perfilado no discurso oficial como um espaço de eleição da Cruzada, despojado de interesses mercantis, contribuiu para imprimir uma carga mítica a esta vertente da expansão. Contudo, o movimento expansionista português no Sul Marrocos (no emirado hintata de Marraquexe e região onde emergiu o xerifado sádida) revestiu-se de singularidades que o demarcam da zona do Estreito de Gibraltar (no antigo reino oatácida de Fez), justificando e fundamentando o seu tratamento à parte.

O presente livro decorre do projecto «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII)», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Assumiu-se uma perspectiva transdisciplinar, congregando uma equipa de historiadores, arqueólogos, arquitectos e especialistas de história da arte. Definiram-se como áreas prioritárias a pesquisa, inventário, estudo e divulgação do património subsistente daquele processo histórico nas suas diversas vertentes, incluindo fontes escritas, iconográficas e cartográficas, legado arquitectónico e arqueológico.

Le mouvement expansionniste portugais vers l'Afrique du Nord, dans le cadre de la continuité des conquêtes des royaumes chrétiens dans la péninsule Ibérique, a également marqué le début de l'expansion portugaise d'outre-mer. Cette ambivalence, au-delà du fait que la région le long du détroit de Gibraltar ait été présentée dans le discours officiel comme l'espace choisi pour la Croisade, dépouillé de ses intérêts commerciaux, a contribué à conférer une dimension mythique à cet aspect de l'expansion. Cependant, le mouvement expansionniste portugais au sud du Maroc (dans l'émirat hintata de Marrakech et dans la région où le shérif sadien est apparu) s'est revêtu de singularités qui le démarquent de la zone du détroit de Gibraltar (dans l'ancien royaume wattasside de Fès), justifiant une analyse indépendante.

Cet ouvrage est issu du projet « Le Portugal et le sud du Maroc : contacts et conflits (XV^e-XVIII^e siècles) », financé par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Nous avons choisi une perspective transdisciplinaire, réunissant une équipe d'historiens, d'archéologues, d'architectes et de spécialistes de l'histoire de l'art. La recherche, l'inventaire, l'étude et la diffusion du patrimoine subsistant de ce processus historique ont été définis comme des domaines prioritaires, y compris les sources écrites, iconographiques et cartographiques et l'héritage architectural et archéologique.



E_ISBN 978-989-8492-82-1



9 789898 492821